

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação de Mestrado

REFLEXOS POSSÍVEIS:

O olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva

MARCELA CAROLINA SCHILD VIEIRA

Orientador: Prof. Dr. Daniel Kupermann
São Paulo, de 2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

REFLEXOS POSSÍVEIS:

O olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva

Dissertação de Mestrado

MARCELA CAROLINA SCHILD VIEIRA

Prof. Dr. Daniel Kupermann
Orientador

São Paulo, de 2010.

MARCELA CAROLINA SCHILD VIEIRA

REFLEXOS POSSÍVEIS:

O olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Prof. Dr. Daniel Kupermann
Orientador

São Paulo, julho de 2010.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Vieira, Marcela Carolina Schild.

Reflexos possíveis: o olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva / Marcela Carolina Schild Vieira; orientador Daniel Kupermann. -- São Paulo, 2010.

131 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Constituição do sujeito 3. Lacan, Jacques, 1901-1981 4. Winnicott, Donald Woods, 1896-1971 I. Título.

RC504

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

MARCELA CAROLINA SCHILD VIEIRA

REFLEXOS POSSÍVEIS:

O olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Kupermann
Presidente

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Machado Kupfer
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Octavio Almeida de Souza
Instituto Fernandes Figueira/ FIOCRUZ

São Paulo, julho de 2010

*Provavelmente sobre as frondes viriam os pássaros cantar
Levando-me até os caminhos indecisos da aurora.
Entretanto havia uma pergunta que me desafiava
E um desejo obscuro nas mãos de apanhar objetos largados pela tarde...*

*Fui andando...
Meus passos não eram para chegar porque não havia chegada
Nem desejo de ficar parado no meio do caminho
Fui andando...*

*As coisas eram simples.
Nem gaivotas no mar imperturbável,
Mas havia uma pergunta que me desafiava
E os mistérios se encontravam como dois números e se completavam
Em meu rosto... nada posso fazer, pensei.
E fui apanhando objetos largados na tarde
Com as ruínas do outono em que vicejo*

Manoel de Barros (2010, p. 50).

AGRADECIMENTOS

A ideia de *percorrer um caminho* sempre me serviu como uma agradável metáfora ao longo deste trabalho, de modo que o valor contido em seu percurso e a importância de cada passo pudesse pouco a pouco ganhar destaque. Surpreendentemente, foi no cessar de minha andança que a ideia de *caminho* revelou seu maior valor, ao me possibilitar perceber a presença de diversas pegadas em toda a sua extensão, que, juntamente com as minhas, tornaram este percurso possível.

Agradeço primeiramente a presença do meu orientador, o professor doutor Daniel Kupermann, por não deixar que esta caminhada se tornasse solitária e por ter me possibilitado a realização desse trabalho.

Ao professor doutor Octavio Souza pelas perspicazes contribuições durante o exame de qualificação, por sua participação como membro da banca examinadora e pela disponibilidade sempre demonstrada, meus sinceros agradecimentos.

À querida professora doutora Maria Cristina Machado Kupfer pela presença viva e empolgante, que no prazer do trabalho compartilhado me inspiram pensar sobre uma psicanálise dinâmica, curiosa e corajosa, meu carinho e agradecimento especial.

A todos os membros da Associação Lugar de Vida pela alegria da convivência, na qual não cesso de aprender, e pelas muitas experiências compartilhadas, que, sem dúvida, semearam uma parte significativa dos questionamentos fundadores deste trabalho, meu carinho e amizade.

Aos profs. do IPUSP, em especial, os profs. Dr. Cristhian Dunker e Dr. Rogério Lerner pelos desafios que suas disciplinas me impuseram, e à prof. Dra. Ecléa Bosi pela sabedoria com a qual mantém viva a memória do bom professor, minha gratidão.

A Paula Quental e a Sander Machado, agradeço pela disponibilidade, leitura cuidadosa e contribuições para o texto do trabalho.

Ao Capes, agradeço por me contemplar com a bolsa de estudos.

À minha supervisora *suficientemente boa* Sueli Hisada, pelo apoio incondicional nos diversos caminhos da minha formação e por sua presença afetiva, meu profundo agradecimento.

Aos meus pacientes, agradeço imensamente a confiança depositada e por me instigarem a criar.

Ao Nelson, a quem sou imensamente grata.

A todos que fizeram parte do grupo de orientação, agradeço por compartilharem seus conhecimentos em psicanálise, em especial, à querida amiga Lizana Dallazen, a Vanessa Mráz pela convivência permeada por coincidências, a Aline Garjaka pelas conversas animadas, e a Bia Tura por me apresentar a Matinta.

Aos meus amigos que compartilham o interesse pela psicanálise, agradeço por sempre compartilharem com atenção meus questionamentos ao longo deste trabalho, por se mostrarem disponíveis ao diálogo e contribuírem para o seu desenvolvimento com suas críticas e considerações. Aos meus amigos que, felizmente, nutrem interesse por outras áreas e assuntos, agradeço a paciência e compreensão durante minhas ausências, por se esforçarem em entender, afinal, do que trata este trabalho e de me lembrarem, nos momentos certos, da importância de dar um tempo de vez em quando.

Ao meu pai e à minha mãe, pelo cuidado e carinho que sempre os tornaram tão participativos, pela dedicação e afeto que os fazem ser uma referência segura, e, principalmente, por me ensinarem tanto sobre a vida, meu amor e admiração.

À minha querida irmã, agradeço imensamente seu carinho, generosidade e alegrias que desfruto em nossa relação.

Aos meus familiares, por serem tão afetivos e me apoiarem cada qual à sua maneira, meu carinhoso agradecimento.

Ao Gustavo, por sua sensibilidade e presença no compartilhar desse e de muitos outros caminhos, meu agradecimento mais especial e amor.

RESUMO

As reflexões que compõem este estudo partem de inquietações geradas a partir da prática clínica com crianças, especialmente aquelas com distúrbios graves no desenvolvimento, como autismo e psicose. Seguindo as coordenadas oferecidas pela psicanálise, o analista tem a sua disposição uma extensa fundamentação teórica em torno do tema da constituição subjetiva, revelando múltiplos contornos conforme a filiação teórica-clínica adotada e impasses decorrentes da resistência em dialogar com perspectivas de compreensão distintas. A partir da discussão sobre os sentidos do processo de subjetivação para a psicanálise, esperamos demonstrar como é possível encontrar diferentes modelos de compreensão referentes ao que é o bebê, a relação primordial, o papel integrador do outro, a cultura e, por fim, o cuidado. Ao promover o diálogo entre múltiplas perspectivas, aponta-se para a necessidade de impulsionar a reflexão sobre o trabalho do analista, apostando que, por meio da interlocução entre Winnicott e Lacan, autores considerados tão distantes a um primeiro olhar, possam emergir giros teóricos significativos. Seguindo o percurso que ambos dedicaram ao tema da constituição subjetiva, apoiados na relação entre o bebê e o outro, vislumbra-se uma proposta de articulação entre a noção de dependência absoluta dos primeiros estágios da vida humana e a capacidade de o analista valorizar as diversas possibilidades de conceber a prática clínica. O espaço reflexivo promovido permitirá alcançar algumas conclusões, em especial, sobre uma concepção frente à prática psicanalítica orientada pela heterogeneidade e maleabilidade teórica. É preciso esclarecer que a proposta de dialogar não configura uma tentativa de converter uma teoria na outra, apoiada em comparações que visam localizar pressupostos comuns e eliminar as diferenças em função de uma pretensa harmonia. Por outro lado, não se trata também de exaltar as diferenças a ponto de cunhar limites intransponíveis, o que só pode resultar em exposições reducionistas e estéreis. O desafio aqui enfrentado implica não ceder à tentação de simplificar o complexo, mas preservar a heterogeneidade produtiva tanto para uma teoria quanto para a outra, preservando um modelo de compreensão, a partir dos estágios precoces da subjetivação, suficientemente sensível às diferentes estratégias e demandas clínicas. Ao final do percurso, encontramos como ponto de convergência entre as teorias de Lacan e Winnicott a ênfase dada à função do outro no processo de constituição subjetiva e à resistência frente ao entendimento da psicanálise como uma prática de interiorização, o que se pode testemunhar pelo privilégio atribuído por ambos à situação de *descentramento radical* que inaugura a aventura subjetiva. Parece evidente, assim, que não se nasce sujeito, mas que uma subjetividade se instala pela garantia de algumas condições originárias e que, nesse encadeamento, transitamos incessantemente pela tênue linha entre aquilo que assegura que o sujeito possa advir, ou seja, sua possibilidade de subjetivação, até aquilo que passa a configurar o ponto de aprisionamento do ser ao desejo do outro.

Palavras-chave: Psicanálise, constituição subjetiva, Lacan, Winnicott, relação especular.

ABSTRACT

This study gathers some concerns borne from clinical practice with children, especially those with severe disturbances in development, such as autism and psychosis. Following the coordinates provided by psychoanalysis, the analyst works with an extensive theoretical framework around the theme of subjectivity, revealing multiple contours according with his clinical orientation, where the theoretical impasses usually arise from the resistance to dialogue with different perspectives of understanding the subject. Discussing the meanings of subjective constitution for psychoanalysis, we hope to demonstrate how you can find different models of understanding what the infant is, the primordial relation, the integrative role of the other, the culture and, finally, the concern. By promoting a dialogue among multiple perspectives, we expects to encourage reflection on the work of the analyst, betting that, through the dialogue between Winnicott and Lacan, authors whose are considered so far at first sight, a theoretical renewing could appear. Following the route that both devoted to the topic of subjective constitution, supported by the relationship between the baby and the other, the aim propose of this study is to articulate the notion of absolute dependence of early stages of human life and the ability of the analyst to deal with different possibilities to develop clinical practice. The reflections promoted some conclusions, especially on the perspective of a psychoanalytic practice guided by heterogeneity and plasticity theory. We must clarify that the proposed dialogue does not constitute an attempt to transform a theory into another one, based on comparisons that aim to find common understanding and to eliminate differences due to a false harmony. On the other hand, it is not also worried to establish a point of coining insurmountable limits by increasing the differences between them, which may result in exposures reductionist and sterile. The challenge faced here means not yielding to the temptation to simplify the complex, but to preserve the productive heterogeneity of both theory, preserving a model of understanding, from the early stages of subjectivity, sufficiently sensitive to different strategies and clinical demands. At the end of the journey, we find a point of convergence between the theories of Lacan and Winnicott focus on the function of the other in the process of subjective constitution and the resistance against the understanding of psychoanalysis as a practice of internalization, which on both theories we can recognize the privilege of a *radical decentralization* on the relations. It seems clear, therefore, that subject does not comes with birth, it is installed under warranty of some original conditions, where we are constantly moving on the thin line between what ensures that the subject could arise to the point of imprisoning the subjective into other's desire.

Keywords: Psychoanalysis, of subjectivity, Lacan, Winnicott, specular relation.

SUMÁRIO

EPIGRAFE	6
AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	12
1. ENCONTROS POSSÍVEIS	17
1.1 Encruzilhadas - Caminhos na história da psicanálise.....	17
1.2 Lacan e Winnicott – sujeitos de uma época.....	27
1.3 Perspectivas sobre a noção de constituição subjetiva	37
1.4 A fase do espelho – formulações sobre a relação primordial	42
2. O OLHAR DE LACAN PARA FASE DO ESPELHO	52
2.1 Primeiros olhares para a teoria lacaniana.....	52
2.2 O estágio do espelho – Convite para um tipo de olhar	60
2.3. O Outro Primordial – O cuidador na relação especular	73
3. O OLHAR DE WINNICOTT PARA O ESPELHO	79
3.1 Primeiros olhares para a teoria winnicottiana... ..	79
3.2 O espelho no olhar de Winnicott – Considerações sobre os cuidados maternos.....	93
3.3 O papel de espelho da mãe – as bases para a constituição do <i>self</i>	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

As reflexões que compõem este estudo partem de inquietações geradas a partir da prática clínica com crianças, especialmente aquelas com distúrbios graves no desenvolvimento, como autismo e psicose. A experiência analítica com crianças revela a grande complexidade que é tornar-se inteiramente uma pessoa, um processo que envolve um campo bastante amplo de aspectos sociais e subjetivos produtores de marcas fundamentais para a existência do indivíduo no mundo. Nessa trilha, as coordenadas oferecidas pela psicanálise conduzem o analista a uma extensa fundamentação em torno do tema da constituição subjetiva, revelando múltiplos contornos conforme a filiação teórica-clínica adotada e impasses decorrentes da resistência em dialogar com perspectivas de compreensão distintas.

Quando algo no processo constitutivo não vai bem, cabe ao analista revisitar as fronteiras que constituem os seres humanos, dentre elas estão as questões sobre os limites entre o orgânico e o relacional, e entre a realidade psíquica e a realidade exterior. É fundamental que as condições de impasse também desafiem o campo teórico, podendo reconhecer aí um saber que não é todo e garantir uma abertura para influências de outras teorias, as quais poderão provocar, indicar direções e fortalecer os pontos já consagrados. O movimento de elaboração do trabalho analítico deve ser impulsionado pelo fluxo de questionamentos que atravessam a relação entre teoria e prática, respeitando a direção entre aquilo que é manifestado e o que só depois poderá ser compreendido teoricamente.

Partindo da concepção da relação entre a clínica e a teoria fundamentalmente alicerçada pelos obstáculos, naquilo que não é resolvido e está em permanente construção, espero percorrer ao longo deste trabalho ao menos dois níveis de reflexão que se inter-relacionarão constantemente: o primeiro visa a estabelecer um campo possível de diálogo entre diferentes

modelos de entendimento – a saber, oferecidos pela teoria de Lacan e de Winnicott; o segundo apresenta e traz as reflexões sobre os modelos de compreensão dos processos constitutivos, tendo como elemento articulador as noções com as quais cada um dos autores trabalha a metáfora do espelho. A intenção é, com isso, contribuir para mapear como um modelo de compreensão se constitui em referência ao que são o bebê, a relação primordial, o papel integrador do outro, a cultura e, por fim, as estratégias clínicas.

O trabalho tem como ponto de partida o capítulo *Encontros possíveis*, no qual se espera fundamentar a ideia de a teoria psicanalítica ser profundamente afetada por questões políticas de caráter ideológico, instaurando um tipo de funcionamento que conduz muitos que a ela se dedicam a reproduzir ingenuamente seus afetos e desafetos. Para fundamentar tal hipótese acerca da organização e formação em psicanálise, serão trazidos fragmentos históricos do percurso psicanalítico que ampliam nossa referência a respeito de tendências e repetições presentes ao longo da história, apostando-se que, por meio da reunião de algumas situações e seus desdobramentos, será possível identificar alguns dos vieses que nos conduzem a deformações teóricas. Nessa sequência, se dará ênfase às teorias de Lacan e de Winnicott, principalmente porque *encontramos grupos reunidos em torno de seus conceitos reivindicando uma identidade psicanalítica própria, uma exultação das diferenças pela via confrontativa e a reprodução de jargões que em nada preservam a potência transgressiva da psicanálise original*. Em acordo com Martin Bergmann (2004), lançar-se à reflexão sobre a mobilidade teórica ao longo da história psicanalítica enriquece o aparato teórico do psicanalista e lhe permite circunscrever de forma mais apropriada o papel da psicanálise na história humana. No entanto, sendo a proposta de encontro uma tentativa de construir pontes em que as articulações não configurem encontros e desencontros sacrificantes para ambas as teorias, o critério de aproximação estabelecido é em

torno da constituição subjetiva e, mais especificamente, do entendimento sobre o papel do espelho para cada um dos autores.

O segundo capítulo *O olhar de Lacan para a fase do espelho*, nessa sequência, é dedicado às concepções lacanianas, partindo de noções centrais para essa teoria, tal como a relação entre a noção de significante e o aparecimento do sujeito do inconsciente, para chegar às considerações sobre o estádio do espelho e papel do Outro Primordial. Serão apresentados conceitos da perspectiva lacaniana que atribuem à experiência da relação especular o substrato para a formação da *função do eu*, assim como algumas formulações posteriores que elevaram a importância do campo simbólico no acesso à imagem especular a partir da reelaboração do primeiro modelo de compreensão sobre a fase do espelho. O capítulo fecha com uma análise mais específica sobre o cuidador na relação primordial e suas funções junto ao bebê, de onde a constituição do sujeito é pensada a partir da confusão imaginária com o Outro materno primordial.

O capítulo seguinte, *O olhar de Winnicott para a fase o espelho*, é composto pelas noções teóricas de Donald Woods Winnicott sobre os *cuidados da mãe suficientemente boa* e o papel central da ilusão em todas as etapas da vida, a partir da qual se desenvolve a concepção sobre o papel de espelho do rosto materno. Para isso se entende que, além de a figura materna estar ocupada em garantir algumas condições para a sobrevivência e desenvolvimento do filho, ela é também o principal agente para a aquisição da capacidade criativa do bebê. Ao longo da apresentação desse capítulo será possível reconhecer por que as contribuições desse autor o levam a ser considerado um dos principais teóricos sobre a dupla mãe-bebê, em especial por sua sensível discussão em torno da constituição subjetiva.

As considerações finais cuidarão de promover um espaço reflexivo que aproxima e afasta continuamente as concepções entre Lacan e Winnicott, conduzindo às conclusões alcançadas. Sobretudo, a uma concepção frente à prática psicanalítica orientada pela heterogeneidade e maleabilidade teórica. Para isso, alguns conteúdos serão revisitados a fim de traçar uma articulação que defina melhor as direções percorridas ao longo do trabalho, em especial pela tentativa de justificar sua relevância para o conjunto teórico da psicanálise. Nesse sentido, o maior desafio se revelará na intenção de preservar um modelo de compreensão suficientemente sensível às diferentes estratégias clínicas, atentando-se para a elaboração de uma análise com dois níveis constantemente entrelaçados: o estabelecimento de um diálogo possível entre as concepções lacanianas e winnicottianas, e a discussão em torno dos processos de constituição da subjetiva para cada um dos autores a partir do uso da metáfora do espelho.

Novamente me vejo inclinada a ressaltar a importância de limites na iniciativa de fazer dialogar diferentes pressupostos, e reconheço que da mesma maneira que o caminhar pode nos levar a paisagens que ampliam nosso acervo criativo, também poderá configurar uma ação exaustiva que conduz apenas ao desgaste. O andarilho sabe que há responsabilidades nas marcas deixadas pelo caminho, exigindo-lhe uma dose de cautela e outra tanta de ousadia. Ao mesmo tempo em que se encanta pelas belezas que encontra, necessita de agilidade para reconhecer as armadilhas e os sinais de perigo. Sendo assim, é preciso circunscrever que a proposta de dialogar tratada não equivale ao efeito de converter uma teoria na outra, centrada em comparações que visam a localizar pressupostos comuns e a eliminar as diferenças em função de uma pretensa harmonia; na outra ponta, também não se trata de exultar as diferenças a ponto de cunhar limites impenetráveis, resultando apenas em exposições reducionistas e estéreis. Portanto, o desafio do

diálogo aqui proposto é não ceder à tendência de simplificar o complexo e preservar a heterogeneidade produtiva tanto para uma teoria quanto para a outra.

1. ENCONTROS POSSÍVEIS

Bicho acostumado na toca encega com estrela.

Manoel de Barros (2010, p. 222)

1.1 Encruzilhadas no caminho da psicanálise

A leitura e a escrita psicanalítica continuam a ser reconhecidas como atividades subjetivas e intimamente relacionadas à clínica, capazes de oferecer um campo de análise sobre o autor, sua obra e o panorama histórico. Os temas privilegiados, suas influências e as articulações realizadas são apenas alguns exemplos dessa condição, na qual a pretensão do autor com sua produção é a de transferir o leitor a um espaço favorável à livre associação, revelando, assim, sua natureza subjetiva e psicoterapêutica. Encontramos no processo histórico da psicanálise, especialmente no âmbito da formação psicanalítica, de sua face terapêutica e das consequências de sua institucionalização, a criação de um ambiente partidário e militante envolvendo os próprios psicanalistas. Uma vez que é preciso considerar a existência de uma face de controle e persuasão nas funções exercidas, a produção teórica e a prática clínica são diretamente atingidas, influenciando de forma poderosa os muitos embates existentes no circuito psicanalítico.

Diante disso, a postura ingênua frente aos textos e formulações conceituais exclui e reproduz desdobramentos políticos contidos no cerne desta teoria. No caso das teorias de Jacques Lacan e de Donald Wood Winnicott, encontramos grupos reunidos em torno de seus conceitos reivindicando uma identidade psicanalítica própria, uma exultação das diferenças pela via confrontativa e a reprodução de jargões que em nada preservam a potência transgressiva da

psicanálise original. Esta situação é uma das principais fontes inspiradoras para este estudo. Implica permanecer numa trilha sinuosa e carente de coordenadas, na qual um dos maiores desafios é a iniciativa de trabalhar de forma *articulada* com as ideias lacanianas e winnicottianas. Portanto, espero apresentar uma perspectiva acima de tudo crítica, e não somente informativa, evitando, principalmente, aproximações que se mostrem encontros e desencontros forçados, uma vez que estarei trabalhando com autores que usualmente despertam posicionamentos teóricos radicais - os quais, em certos momentos, assumem contornos de intensa hostilidade.

Para inaugurar essa proposta, é imprescindível uma disponibilidade mínima para o diálogo, livre de preocupações próprias do compromisso ideológico de filiação a uma ou outra composição teórica, em que o encontro serviria apenas ao circuito de defesas antecipatórias. Para nos lançarmos na “trilha” propriamente dita, vamos antes percorrer um trecho da história psicanalítica que pode nos assinalar algumas direções e precauções.

A psicanálise pretendeu, desde sua criação, existir na tensão entre o saber crítico sobre a cultura e a emergência transgressora, e carregar um potencial revolucionário que faria emergir do núcleo da própria cultura a possibilidade de transformação. O nascimento e os primeiros anos da psicanálise, como já descritos pelo próprio Freud, foram vividos à margem dos discursos científicos, da Associação Médica de Viena e dos centros acadêmicos. Sobre esse período, Freud (1914/ 2005b) virá a reivindicar tempos depois ser o único a ter sofrido pessoalmente toda a agressividade e isolamento deste cenário. Apesar da situação desagradável e de não ser sua intenção permanecer nesse lugar, considerou inevitável aceitar os desenlaces de sua descoberta e permanecer insistentemente com suas formulações teóricas, acreditando “ter tido o privilégio de descobrir algo de extrema importância” (1914/ 2005b, p. 1903).

Esses primeiros movimentos revelam algo da ordem original da história psicanalítica que continua a reverberar, um registro primordial da relação a ser estabelecida frente aos preceitos teóricos que convoca a ocupar as extremidades: ou se está a favor e devotado, ou se é contra e um adversário. As reflexões a seguir poderão nos auxiliar numa análise mais refinada, mas a máxima “antes só, do que mal acompanhado”, que tanto pareceu ter sustentado a postura de Freud, reúne satisfatoriamente o sentimento da época. Como veremos no percurso que traça ao longo do texto *A História do Movimento Psicanalítico* (1914/2005d), ele ressignifica os anos de isolamento, reconhecendo ali vantagens e encantos, denominando esse período como uma *bela época heroica de esplêndida isolação* (1914/2005d, p. 1904). Escreveu que nesse período pôde se poupar da exigência de especular e revisar os conteúdos até o momento em que realmente passassem a lhe dizer algo, associando tal postura a produções centrais de sua obra: *A interpretação dos sonhos* (1900/ 2005) e o *caso Dora* (1905/ 2005c) - segundo Freud com publicações posteriores ao período de suas formulações, respectivamente princípio de 1886 e final de 1899.

Mesmo dizendo-se fiel à sua obra e devotando pouco prestígio às opiniões do meio científico, fará grande esforço, como podemos observar, em tornar a psicanálise socialmente reconhecida e difundida, o que lhe exigiu certa flexibilização e adoção de discursos politicamente orientados. Freud (1914/2005d) definirá como princípio da projeção obtida pela psicanálise o ano de 1902, quando aparece um grupo de médicos interessado em aprender, exercitar e difundir as concepções psicanalíticas. Este grupo passa a se reunir na casa de Freud e sua articulação foi gradativamente promovendo o que poucos anos depois se consagrou numa rápida ascensão social, como descrito na passagem a seguir: “a partir de 1907 transformou-se, inesperadamente, a situação. Constatou-se que a psicanálise havia despertado silenciosamente

um interesse considerável e já contava com muitos adeptos, inclusive personalidades científicas dispostas a assumi-lo” (1914/2005d, p. 1907).

Em razão dos muitos desdobramentos ocorridos para a psicanálise a partir de seu surgimento, Freud viu-se impelido a formalizar uma estrutura que pudesse promover seu desenvolvimento e preservar suas especificidades. A proposta de criação da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), realizada no 2º Congresso de Psicanálise em Nuremberg, no ano de 1910, visava a formalizar uma “instância internacional centralizadora e reguladora das práticas psicanalíticas, o meio para atingir a utopia de uma psicanálise difundida e influente mundialmente” (Kupermann, 1996, p. 49). Dentre as funções primordiais da IPA estaria declarar o que é e o que não é psicanálise, organizando, dessa maneira, os pilares do saber teórico e da prática psicanalítica. Tratava-se certamente de uma ação estratégica com intuito de organizar e proteger o movimento psicanalítico dos abusos da popularidade, especialmente do ponto de vista da transmissão e ensino, que incluíam as ideias de passagem da transferência a um novo líder – no caso Jung – e a mudança da sede de Viena para Zurique.

Já em 1914, ano da formulação do texto freudiano *A História do Movimento Psicanalítico*, vamos encontrar desenlaces do processo de institucionalização da psicanálise fecundos para este trabalho. É por meio do registro que Freud faz, atrelando diretamente a história da psicanálise à sua própria história, que podemos identificar uma marca original de exultação das situações de confronto como estrutura argumentativa. Apoiando-se nas concepções teóricas como forma de justificar os caminhos e descaminhos das relações vividas, o conhecimento psicanalítico se torna assim uma arma que apenas pode ser usada por aquele que exerce a função de mestria. O mestre se torna imune às dissidências na medida em que “sempre” sabe sobre os elementos que conduzem as situações em questão, assume a função de receptáculo

dos conteúdos projetivos e eleva como condição *sine qua non* de seu papel a solidão heroica. No texto citado, o próprio Freud mencionou serem “tempos de guerra” e o conteúdo deixava claro o tom de confronto, dirigido principalmente aos recentes dissidentes Jung e Adler. É neste artigo que reivindica deter todo o *saber* sobre a psicanálise e, munido dos “conhecimentos psicanalíticos”, tece um conjunto de interpretações sobre as divergências protagonizadas, centrado no tipo de transferência estabelecida e nas resistências dos ex-discípulos. Os meandros que motivaram esse processo não serão extensamente analisados dentro da proposta deste trabalho, mas, a partir da apresentação de algumas passagens, espera-se ressaltar a existência de uma relação entre a tradição do período inicial com os confrontos em psicanálise dos dias atuais. Para isso, trago como referência o apontamento de Kupermann, descrevendo duas marcas persistentes neste âmbito:

A primeira diz respeito ao tom beligerante e passional desse confronto, com o uso de ‘conhecimentos psicanalíticos’ entre as armas de acusação mútua, caracterizando um abuso da psicanálise, uma análise ‘selvagem’ praticada no interior do próprio meio psicanalítico; a segunda diz respeito ao próprio objetivo do confronto, a redefinição do que é e do que não é psicanálise, que, com a morte de Freud – aquele que *sabia* a psicanálise – passará a ser a luta pelo status de herdeiro legítimo de seu legado (Kupermann, 1996, p. 25).

Em referência à passagem acima, uma característica que parece surgir em razão da combinação das duas marcas apresentadas há pouco e o funcionamento de transmissão do saber em psicanálise é a do herói trágico. Nesse sentido, o reconhecimento e projeção alcançados por alguns teóricos da psicanálise pertencem a um circuito comum em suas trajetórias, reproduzindo

a condição freudiana de permanência num período de ostracismo e conseguinte prestígio em detrimento da persistência para com a causa defendida – de preferência de forma solitária e com destaque para as relações conflituosas. Esse aspecto parece especialmente interessante por indicar repetições ao longo da história psicanalítica, revelando ser uma fonte de impasse em seu processo de institucionalização. Apesar de haver movimentos para incluir na trajetória freudiana alguns interlocutores e um circuito social favorável ao aparecimento de suas formulações, ainda se exulta uma história intensamente marcada pelo isolamento e o desamparo como fonte inspiradora.

Podemos afirmar que os primeiros movimentos históricos deixaram marcas profundas no contexto da psicanálise, especialmente quando consideramos a formação do psicanalista eminentemente estruturada a partir de contornos ritualísticos e imposições superegoicas que exacerbam a relação de devoção dos iniciantes para com seus iniciadores. Como exemplo, podemos tomar o âmbito dos aspectos projetivos encontrados e exultados na relação com o mestre, na qual se espera de seus afiliados a reprodução fiel e especializada dos parâmetros por ele defendidos. Um dos efeitos encontrados é a desvalorização de uma formação constituída por referências teóricas distintas e na qual os poucos diálogos entre perspectivas distintas tendem a se estabelecer em bases comparativas, visando marcar os pontos nos quais as leituras divergem ou convergem, sem necessariamente promover uma reflexão crítica apontada para o desenvolvimento da psicanálise enquanto sistema de pensamento em permanente revisão. Dessa maneira, à medida que as produções e práticas psicanalíticas encontram-se prioritariamente submetidas às relações de poder, não se deveria esperar outra coisa que não a repetição alienante e o extermínio criativo, bem como grupos de trabalho, que, apesar de assim não se verem, encontram-se isolados e mais preocupados em organizar suas diretrizes a ponto de torná-las uma

língua própria de acesso às discussões – ou se fala ou se está fora. Ademais, de modo geral, os registros históricos dos conceitos psicanalíticos são intimamente relacionados e afetados pelas histórias pessoais de seus teóricos, o que não raras vezes contribui para sentimentos de afeição ou rejeição a partir desses entrelaçamentos. Esta situação se problematiza ainda mais quando consideramos a difícil realidade de se passar pelo estudo da psicanálise ileso a comentários pejorativos, análises superficiais da vida de um autor e concepções que subvalorizam o papel de uma experiência dramática para a consagração teórica, denegrindo-a por ser considerada como alternativa aos conflitos pessoais e de caráter pouco científico, de modo que o espaço para reflexão passa a ser preenchido com opiniões e julgamentos morais. Por meio dessa breve contextualização, espera-se tornar possível o reconhecimento de que há, em boa parte do percurso de formação psicanalítica, uma contínua convocação à filiação e reprodução de juízos de valor em relação à diretriz teórica “opositora”, de modo que os alicerces desse posicionamento originam-se de análises estereotipadas e ideológicas sobre a vida do autor.

Kupermann (2008) avança nesta reflexão ao complementar a análise com o aparecimento de uma nova problemática, articulada a condições histórico-institucionais no percurso psicanalítico. Tratava-se do surgimento dos candidatos ditos “normais”, principalmente em meados do século XX. A questão se colocou a partir do perfil dos candidatos a analista: indivíduos adequadamente adaptados à cultura, bem-sucedidos, considerados limitados e pouco criativos, que “faziam análise porque era obrigatório como parte da formação, mas não apresentavam conflitos psíquicos que justificassem esta análise” (Kupermann, 2008, p. 34). Haveria, assim, uma situação bastante distinta daquela vivida por Freud e os primeiros analistas, quando o sentido para empreender uma análise “didática” prestava-se ao convencimento do candidato a analista sobre a existência do inconsciente, a partir de uma experiência pessoal. Nas

condições atuais, considera-se haver uma sobreposição de papéis, em que o analista é também um representante institucional responsável por intervir na decisão final sobre a habilitação do candidato analisando, impossibilitado, dessa maneira, de passar pela vivência e elaboração satisfatória dos componentes da transferência negativa, tais como a agressividade e a hostilidade; a base da relação entre o analista didata e o candidato analisando, portanto, seria a da “*transferência absoluta* endereçada a um lugar único, cujo efeito é a revolta ou a servidão, faces comuns da moeda da impotência” (Kupermann, 2008, p. 54). Nesse sentido, no que concerne à questão da formação psicanalítica, a análise didática favoreceria um reforço superegoico fundamentalmente identificado a um poder real atribuído ao analista, e não apenas fantasmático, por meio do qual o destino do analisando é diretamente afetado.

No entanto, o próprio autor apresenta como uma situação “pós-moderna” iniciada na década de 1970, a ocorrência de um enfraquecimento da posição mitificada dos antigos mestres, “acrescida da ausência de um grande mestre catalisador dos *afetos* e dos *anseios de verdade* no campo psicanalítico” (Kupermann, 2008, p. 53). Disso emerge uma situação paradoxal, pois, se numa ponta dispara a angústia pela suposta fragilidade e desorientação, veremos surgir na outra ponta uma abertura para manifestações renovadoras, dentre elas o que o autor nomeou *pluralismo teórico-institucional*. Nas palavras de Kupermann (2008): “este *Zeitgeist* favorece a criação de formas organizacionais mais abertas e ventiladas, aliviando o sufocamento e a opressão de um convívio institucional superegoico vivido e exigido, até então, nas associações psicanalíticas” (p. 53). Assim, o contexto atual parece mais favorável às iniciativas e propostas que convidam ao diálogo, não somente entre perspectivas psicanalíticas diferentes, mas também entre outras áreas do saber como a medicina e a educação. É importante considerar que, para além de uma renovação da postura do psicanalista, o panorama contemporâneo parece

principalmente disposto a resgatar uma marca histórica da psicanálise: *a formação ampliada*. Para tanto, é preciso que as partes envolvidas não assumam uma postura arrogante e não se orientem por conclusões previamente concebidas sobre o tema em questão. Dessa forma, se dá lugar à disponibilidade de contato suficientemente capaz de suportar os elementos de oposição, bem como os de inovação, exigindo um refinamento e um rigor ainda maiores em relação aos pilares que sustentam o próprio posicionamento, e permitindo algum tipo de aprendizagem com a troca de experiências. Entre outros aspectos, não se pode deixar de apontar que a manifestação de uma postura teórica mais ventilada e engajada em construir interlocuções também compeha a oposição à tendência contemporânea de um saber cada vez mais veloz e especializado, que rechaça as diferenças e é pouco favorável ao desenvolvimento da habilidade reflexiva. As obras de Freud, Lacan e Winnicott, para citar apenas três bons exemplos, são compostas por muitos desses diálogos, ora de confrontação, ora de admiração e inspiração. É possível localizar nessas três obras a presença de diálogo com a arte e com outras ciências, um grandioso volume de cartas trocadas e inúmeros encontros realizados, o que leva a pensar serem tempos de uma proposta de teorização viva e dinâmica.

Para Bergmann (2004)¹, os psicanalistas deveriam se ocupar mais das dissidências propagadas na história da psicanálise, e realizar, por sua vez, uma análise dos desdobramentos ocorridos. Considera que o psicanalista sensível a esta questão pode se resguardar do impulso de validar ou não os possíveis desafetos, podendo, dessa forma, se lançar à reflexão sobre a mobilidade teórica encontrada ao longo da história psicanalítica. Dessa maneira, segundo o autor, o psicanalista assumiria verdadeiramente uma postura analítica frente ao processo histórico e seus dissidentes, enriquecendo suas perspectivas e compreendendo mais

¹ As traduções realizadas são de minha autoria.

adequadamente o lugar da psicanálise na história do século XX. Esta árdua tarefa é especialmente complexa dada a relação estabelecida entre as diferentes escolas psicanalíticas, aproximando-se de um discurso ideológico e alienante no qual as tentativas argumentativas se mostram praticamente inoperantes.

Na exposição sobre Lacan, Bergmann (2004), além de ressaltar algumas das importantes contribuições teóricas realizadas por este autor, percorre sua inserção no conjunto histórico frente às diferentes concepções teóricas. A seguir, indica um sinal recorrente no discurso dos chamados dissidentes, o de que “eles não dizem que Freud mudou seu ponto de vista, mas que traiu a causa” (Bergmann, p. 69). Com isso, se extrai um núcleo em que se compõem muitas das situações encontradas no desenrolar da história da psicanálise, no qual caricaturalmente se assume uma linguagem conspiratória frente a determinados pontos e não em torno daquilo que se pode apenas concordar ou discordar.

Diante dessa conjectura, lançar-se à discussão entre perspectivas teóricas distintas é um ato de resistência à submissão transferencial, justamente aquela frequentemente encontrada nas diversas instituições e grupos psicanalíticos. Os movimentos de união e separação são atos inerentes ao dinamismo do pensamento, em que o diálogo e o contato com a diferença parecem ser o caminho possível para arejar os saberes psicanalíticos. Espera-se que a proposta do encontro possa contribuir para evitar o enrijecimento próprio do *narcisismo das pequenas diferenças*, noção desenvolvida por Freud em diversos momentos de sua obra, que o autor descreve como “antipatias e aversões indisfarçadas que as pessoas sentem por estranhos com quem têm de tratar, em que podemos identificar a expressão do amor a si mesmo, do narcisismo” (Freud, 1921/2005f, p.2583).

1.2 Lacan e Winnicott – sujeitos de uma época

Aproveito aqui a oportunidade para dissuadi-los de tomar partido numa disputa supérflua.

No cultivo da ciência, há um expediente ao qual muitos recorrem: escolhe-se uma parte da verdade, situando-a no lugar do todo e, em seu nome, interdita-se todo o resto que não é menos verdadeiro (Freud, 1916-17/2005e, p. 315).

A passagem acima exerce uma função estrutural para este estudo, desejando-se que o entendimento nela contido possa permear todas as etapas deste trabalho. Encontramos nessas palavras de Freud uma importante compreensão em relação aos recortes e atitudes frente às concepções teórico-científicas, revelando a maléfica tendência de nos orientarmos neste campo por regras de combate ideológico. Assim, ao adotar o trecho acima como diretriz reflexiva, espera-se evidenciar a intenção de não criar um confronto entre as concepções lacanianas e winnicottianas, mas de trabalhar com as referências teóricas naquilo que nos possibilita suportar o paradoxo contido nesta iniciativa. Mas, afinal, qual o objetivo de um trabalho que propõe estudar, simultaneamente, Lacan e Winnicott?

Anteriormente foi colocado que o encontro entre esses dois teóricos seria como percorrer uma trilha tortuosa, especialmente pela escassa tradição em se trabalhar com seus conceitos de forma articulada, e não engajada somente na exposição de suas diferenças teóricas. No entanto, a questão trazida acima indica ser preciso dedicar mais atenção à primeira etapa deste trabalho, na qual a proposta de encontro se aproxima mais da construção de pontes. Nesse sentido, é preciso colocar em perspectiva algumas possibilidades que indiquem as razões pelas quais ambos têm atraído tanto interesse na contemporaneidade, apresentado em forma de estudos, interlocuções e encontros entre os representantes de cada uma dessas abordagens. A título de referência inspiradora e utilizada para este estudo, cabe destacar o trabalho desenvolvido no Brasil por

Perla Klautau e Octavio Souza (2002-03), no qual discutem as noções de objeto para cada um dos autores e suas consequências para o manejo clínico.

Ademais, é preciso abordar o processo de acolhimento do plural e maior tolerância às diferenças, cada vez mais presente no contexto psicanalítico contemporâneo. Em acordo com Kupermann (1996), principalmente em relação à formação analítica, a “transferência nômade” é (*e precisa ser*) considerada como uma tendência no campo psicanalítico. Por colocar em movimento o fluxo transferencial pelos diversos núcleos institucionais da psicanálise e tornar suportáveis as oscilações próprias da relação com o saber, esse tipo de transferência é entendido como uma possibilidade que preserva a singularidade da experiência analítica adquirida ao longo do processo de formação.

No entanto, a confusão pode recair na compreensão da noção de pluralidade a partir de sua perspectiva tanática, reduzida à porção destrutiva que tanto afasta os psicanalistas da análise da transferência negativa. É nesse sentido que Kupermann ressalta como a união erótica não é o único destino para o fluxo pulsional, o qual, sendo movido “por disjunções provocadas pela ação imperativa de Tânatos (...) luta também para libertar o sujeito da ação de posse promovida pela atividade gregária e aglutinante de Eros, que exige a anulação de toda alteridade” (Kupermann, 2008, pg. 54). A partir de uma modalidade transferencial nômade, há um favorecimento da percepção em relação aos contornos de cada teoria com menos hostilidade. As fronteiras, assim, deixam de representar elementos ameaçadores e não mais configuram zonas de captura, possibilitando o interesse sobre o que há para além do conhecido.

A configuração de um contexto histórico cultural como o encontrado na contemporaneidade é determinante para tornar possível um estudo centrado na articulação entre as concepções teóricas de Lacan e Winnicott. De forma geral, a psicanálise sempre enfrentou

muito intimamente a dimensão conflituosa das relações ao longo de seu percurso, no qual ambos os autores foram afetados e ocuparam cada qual em sua realidade posições decisivas. Atravessaram situações de embate extremamente complexas e desdobramentos bastante diferentes.

Nesse sentido, encontramos, no contexto mais amplo da história da psicanálise, a figura de Winnicott como um agente mediador e conciliatório, enquanto Lacan a personificação da ruptura. Diante de uma postura atenta ao plural, a fixação de ambos em um ou outro papel ignora elementos valiosos, denunciando o impedimento de uma análise que inclui perspectivas distintas pela tendência de percorrer os caminhos já delineados. Quanto ao que tange a relação cultivada entre Lacan e Winnicott, encontramos a conjunção dos níveis individuais e sociais capazes de preservar sentimentos como admiração e respeito, lhes permitindo constituir uma relação afetiva legítima. Essa noção é especialmente curiosa dada a sua inscrição num período marcado por forte sentimento de oposicionismo, fiscalização e combate, ao longo dos anos de 1950 a 1960.

Nesse período, na perspectiva da psicanálise francesa, encontraremos tanto uma grande difusão da formação analítica e prática clínica, como uma crise em desenvolvimento na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). A SPP enfrentava um impasse resultante de questões externas e internas: de um lado existia a crescente suspeita em relação às suas práticas e de outro as discordâncias entre seus membros. A Associação Internacional de Psicanálise (IPA) interrogava cada vez mais sobre estratégias consideradas destoantes, tal como o não cumprimento da duração das sessões em cinquenta minutos, intensificando o movimento de organização e regulação do campo psicanalítico. Concomitantemente, as dissonâncias entre os associados ganhavam perspectivas dramáticas, evidenciadas quando Daniel Lagache, Françoise Dolto, Juliette Favez-Boutonier e Blanche Reverchon-Jouven demitem-se da SPP, em 16 de

junho de 1953. Lacan por sua vez, apesar de desfavorável à cisão e tendo procurado evitá-la até onde pôde, seis meses após ter assumido a presidência, demitiu-se da SPP juntamente com seus amigos e associou-se à recém-criada Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).

Segundo Roudinesco (2008), “era a vez de a França freudiana ser atravessada por uma tempestade idêntica à que os ingleses haviam conhecido durante as Grandes Controvérsias” (p.274), isto é, os embates entre Melanie Klein e Anna Freud na primeira metade dos anos 1940. No caso da cena francesa, o embate se dava em relação à orientação da formação dos analistas, colocando a disputa entre o autoritarismo médico, com Nacht, e o liberalismo universitário, com Lagache. No entanto, a mesma autora acrescenta não haverem mais semelhanças entre a SPP e a BPS (*British Psychoanalytical Society*), uma vez que na Grã-Bretanha o desenlace se deu entre duas doutrinas, situação em que “a intervenção de uma terceira tendência tivera como efeito obrigar os adversários a assinar um pacto de coexistência pacífica” (Roudinesco, 2008 p. 274).

Os anos 1950 para a psicanálise inglesa foram fortemente marcados pelo conflito entre as perspectivas de Melanie Klein e Anna Freud, originado na década anterior. As concepções teóricas propostas por Klein, sem dúvida, traziam inovações à psicanálise, a qual, sem esse vigor, seguia o destino de tornar-se “objeto de sacralização mortífera” (Roudinesco, p. 265). Além disso, a doutrina kleiniana era carregada de um potencial inovador em parte creditado à não reivindicação de uma filiação legítima, o que tanto parecia ocupar a filha de Freud. Havia também um fato que não pode ser ignorado: a escolha de Freud pela Inglaterra como seu último asilo, levando ao acolhimento de Anna e os vienenses pela BPS como refugiados políticos vítimas do nazismo (Roudinesco, p.265). Portanto, era sabido que a expulsão de Anna Freud não representava uma alternativa para o conflito, estando ambos os grupos fadados a coexistir por tempo indeterminado. Tal situação foi favorável para o surgimento de um grupo intermediário, o

independent group, que considerava a situação como uma ameaça à SBP por sua estrutura de devoção alienadora, compreendendo-a pela via de oposição pessoal e não teórica. Winnicott compunha este grupo e, de maneira incisiva, assim se manifestou, em 1954:

Considero que é de importância vital e absoluta para a sociedade que vocês duas destruam seus grupos no que eles têm de oficial. Ninguém mais a não ser vocês pode destruí-los, e vocês só poderão fazê-lo enquanto estiverem vivas. Se viessem a morrer, essas formações, com o reconhecimento oficial estatutário, se tornariam então absolutamente intocáveis e seria preciso uma geração ou mais até que a sociedade se recuperasse do desastre de ter tornado uma estrutura rígida, baseada não na ciência, mas em personalidades (Roudinesco, 2008, p.266)

Vale acrescentar, para esta contextualização, principalmente de acordo com a proposta de traçar algumas “pontes”, os eventos ocorridos no verão de 1953. Neste período, foi realizado em Londres um congresso que trouxe grande repercussão para o contexto psicanalítico da época, primeiramente pela rejeição da filiação dos demissionários da SPP pela direção da IPA, e, em seguida, pela formação de um comitê responsável pela análise da candidatura da nova sociedade – a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP). Winnicott foi encarregado de dirigir a nova comissão, composta ainda por Phyllis Greenacre, Willi Hoffer e Jeanne Lampl de Groot. Nesse exercício, coube a Winnicott avaliar o trabalho desenvolvido por Dolto sobre a psicanálise de crianças, a respeito do qual proferiu um parecer favorável quanto à sua habilidade clínica e desfavorável quanto às suas qualidades como didata. Segundo ele, faltava-lhe método e “suscitava em relação a sua pessoa uma transferência selvagem” (Roudinesco, p. 335). O julgamento realizado por essa comissão emitiu uma análise negativa sobre diversas práticas, bem

como de Lacan, de modo geral, que recebeu críticas relacionadas às relações de sedução para com os alunos, incapacidade de análise da transferência e a ao fato de ser forte representante de influência negativa para a própria SFP. Talvez não fosse surpreendente a rejeição em relação a Lacan, mas o mesmo não se pode dizer sobre Dolto, que, “não sendo nem perversa, nem psicótica, nem libertina, nem introvertida, nem homossexual, apresentava, em princípio, todas as qualidades de ‘normalidade’ requeridas para integrar-se a IPA” (Roudinesco, p. 336).

A razão para acrescentarmos ao corpo deste trabalho alguns dos desdobramentos e situações ocorridas, em especial em torno da década de 1950 e dos pareceres emitidos, diz respeito ao interessante fato de Winnicott e Lacan terem encontrado uma zona preservada para manterem um diálogo real. Tal situação pode ser lida como ainda mais curiosa se considerarmos a grande amizade existente entre Lacan e Dolto, incluindo formas de tratamento que designavam uma relação fraterna diferenciada, principalmente pelo fato de ser dirigida a uma mulher. Conforme Roudinesco (2008), após a guerra, “tornaram-se os melhores amigos do mundo e passaram a tratar-se por tu” (p. 328), uma designação jamais empregada em público para outra mulher, exclusivamente utilizada para os homens de sua geração e antigos colegas. A mesma autora acrescenta o fato de Dolto não ter sido alvo de investidas sedutoras por parte de Lacan, tendo sido considerada sua discípula sem precisar “expressar sua fidelidade por reverências cortesãs ou manifestações de idolatria” (Roudinesco, 2008, p. 328). Com a citação do evento em que Winnicott concedeu um parecer desfavorável a Dolto, espera-se marcar uma situação que, certamente, poderia ter promovido indisposição e hostilidade entre o teórico francês e o inglês caso ambos não se esforçassem para manter certo distanciamento frente ao mal-estar gerado, demonstrando a importância dada por Lacan e Winnicott a essa amizade.

Cabe acrescentar, para esta análise, o fato de Winnicott também ter sido alvo de críticas, principalmente devido à adoção de práticas clínicas pouco usuais para um analista, e especialmente levando em consideração a época em que a situação se desenrolava. Dentre essas práticas, cabe ressaltar o encorajamento para que o paciente se levantasse do divã e o estabelecimento de contato físico com alguns pacientes em estado regressivo. Tais estratégias foram fundamentais para o desenvolvimento e compreensão teórica dos conceitos winnicottianos, sustentando uma parte significativa das principais contribuições que lhe são atribuídas, como a ideia do espaço potencial na terapia, a importância do brincar, o *holding* e o papel de espelhamento exercido pelo analista (Bergmann, 2004, p. 185). Portanto, Winnicott também viveu o impasse das imposições estabelecidas pela IPA, que determinava regras a serem seguidas na conduta analítica, as quais serviam como medidas de regulação e controle que inevitavelmente também tendiam ao enrijecimento do potencial criativo.

A seguir serão apresentados trechos retirados de uma troca de cartas entre Winnicott e Lacan, ocorrida no ano 1960, momento em que a relação entre a Sociedade Francesa de Psicanálise e a IPA permanecia atravessando uma série de perturbações. Dentre os motivos para tal situação, cabe destacar a apresentação de uma nova solicitação de integração de Lacan à entidade - tendo a primeira sido rejeitada em 1953 após os pareceres da comissão presidida por Winnicott, que contribuíram para fundamentar a proibição a Lacan de exercer funções didáticas na Sociedade Psicanalítica de Paris.

Carta de Winnicott para Lacan: 11 de fevereiro de 1960

(...) Parece-me que alguém teve um trabalho imenso com os detalhes de tradução, e esse alguém foi provavelmente o senhor. De qualquer modo, devo ao senhor o fato de esse artigo agora estar disponível em francês.

Não me esqueci que me perguntou se poderia apresentar um ensaio aqui, e, sem dúvida, deve achar que fui bastante relaxado quanto a isso. Na verdade, compreenderá o que quero dizer quando lhe informar que foi necessário primeiro que a Sociedade convidasse oficialmente um membro da Société Psychoanalytique de Paris. Creio que isso agora foi arranjado, que alguém virá dar uma palestra, e então estaremos livres para convidá-lo. Sinto que isso tenha de ser solucionado dessa maneira, mas sinto também pela cisão da psicanálise francesa e desejo o tempo todo que possa haver uma reunião. Receio que a indisposição tenha se desenvolvido a tal ponto que dificilmente possa ser remediada, mas, do meu ponto de vista, as pessoas de cada lado da controvérsia são humanas, homens e mulheres comuns lutando por algo que acreditam ser bom (Winnicott, 2005, p.157).

Carta de Lacan para Winnicott: 05 de agosto de 1960

Muito caro amigo.

Eu trago comigo sua carta desde 11 de fevereiro (digamos 12) quando a recebi. É somente agora, depois de alguns dias de férias, que eu me sinto bastante à vontade para responder-lhe a meu gosto (...).

Com referência à oferta amável que você me faz de ir falar à Sociedade de Londres, como não ser sensível a esta quando ela se cerca de explicações tão profundamente benévolas. Apresentadas conforme são, como eu pensaria em melindrar-me com estas conveniências, mesmo se elas me recordam aquilo que constantemente me fere?

Posso precisar que escolhi, para esse memorial de Jones, falar da sua teoria do simbolismo.

1. porque eu encontro seu esforço como o mais fundamentado, em princípio, para situar em relação à metáfora, quer dizer, a uma figura de linguagem, os efeitos ditos do simbolismo em análise (lamentando que este esforço, antes de mim, tenha ficado sem continuidade);

2. porque seu fracasso é instrutivo, como o são os fracassos dos espíritos vigorosos. Os furos que se mostram em seu empreendimento designam os lugares onde estes devem ser retificados;

3. porque encontro ali, ainda, uma confirmação das minhas teses sobre a função privilegiada do falo: a forma como a deriva de suas relações com o significante está ilustrada de forma tão mais impactante na medida em que o é sem o conhecimento do autor, pelo fato de que cada um dos exemplos que ele é levado a promover para satisfazer sua teoria não é outra coisa que um símbolo fálico.

Que isso complete para você o quadro daquilo que envolve um silêncio demasiado longo.

Que isso o ajude a me perdoar, se eu acrescento que meu pensamento está seguidamente dirigido a você e sua esposa, com toda a amizade que nós lhes devotamos em minha casa *for ever*. (Lacan, 1960/2005a)

Considero relevante acrescentar e destacar a esse último trecho apresentado o comentário tecido pelo tradutor da carta de Lacan ²:

O conhecedor de Lacan não se surpreenderá com o fato de Lacan ser sempre demasiadamente econômico em saudar o talento ou a obra de um autor em especial. Além de Freud, com quem Lacan parece pretender mimetizar-se e seguir muito mais de perto do que a leitura de sua obra poderia justificar (ele na verdade promoveu uma desconstrução tão completa e profunda da obra de Freud que ela teve como efeito residual uma efetiva renúncia da psicanálise sobre bases epistemológicas que se afastam sensivelmente das de um Freud que Lacan insiste sempre em reverenciar) apenas Winnicott será reiterada e sinceramente honrada com assinalamentos tão notavelmente afetuosos que contrastam vividamente com as comuns e cáusticas referências aos colegas ingleses, norte-americanos e franceses.

Espero, com os recortes acima, ressaltar o que me parece servir como balizas - tanto da metodologia necessária para o processo científico, como da postura analítica a ser adotada frente à teorização de uma prática. Primeiramente destaco a disponibilidade de diálogo que ambos demonstravam ter, que é permeada pela apresentação das impressões pessoais de cada um, com espaço para discordâncias e inspirações. Ambos se referem ao interesse pelas formulações teóricas do outro, relatando um investimento tanto em propagar tais ideais como de buscar um maior refinamento. Acrescento aí a marca promovida pela alteridade, expressa pela tolerância e respeito que ambos pareceram ter cultivado entre si, bem como uma forma de tratamento que assume contornos próprios das relações de amizade. Outro ponto é a oportunidade de ampliar as

² Roberto B. Graña, psicanalista, membro titular da Associação Psicanalítica Internacional. Tradução realizada a partir do documento em francês.

perspectivas existentes ao longo de uma construção teórica, reconhecendo ser esta uma dinâmica composta por níveis que incluem elementos históricos, políticos, interpessoais e subjetivos. Mas que, uma vez ignorados, tendem a nos conduzir a análises insuficientes e enviesadas.

Portanto, espera-se que os pontos apresentados sirvam para indicar a existência de um campo de possibilidades entre Lacan e Winnicott, exigindo uma reflexão mais ampliada dos caminhos que norteiam o contexto histórico e contemporâneo da psicanálise.

1.3 Perspectivas sobre a noção de constituição subjetiva

Para seguir adiante com este estudo, é preciso marcá-lo como uma reflexão teórica fundamentalmente apoiada na prática clínica e possibilitada pela disponibilidade para o contato com diferentes pressupostos, sendo essa uma das principais lições que a análise com crianças me impôs. Permitir o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, tanto no campo da psicanálise como de outras áreas do conhecimento, está relacionado às indagações cotidianas existentes na dinâmica analítica com crianças. Especialmente por estarmos falando sobre os processos que envolvem a constituição subjetiva, pressupondo um campo de trabalho composto por múltiplos fatores. Uma vez que atua no momento em que estruturas fundamentais são constituídas, o analista em sua função precisa contemplar toda essa série de processos concomitantes que entram em marcha e faz desse período o mais importante na vida do indivíduo.

A psicanálise trouxe à compreensão da infância um nível de complexidade e um volume de indagações que se renovam incessantemente (Zornig, 2000). De tempos em tempos, alguns temas ganham maior ou menor projeção teórica, sendo esse movimento um efeito da combinação entre as manifestações psicopatológicas mais comuns de cada época e o correspondente desenvolvimento da própria teoria. Se adotarmos como referência uma linha histórica marcada

por esses temas, pode-se dizer que, inicialmente, a atenção da comunidade psicanalítica esteve voltada para o período edipiano, enquanto que, na contemporaneidade, acompanhamos um crescente interesse para o que *antecede* esse momento da constituição subjetiva. Nesse sentido, percebem-se como as fases mais precoces das relações de objeto vêm ocupando os psicanalistas, que agora se empenham em “estabelecer uma conexão entre a clínica, as transformações contemporâneas e o impacto destas na organização da experiência subjetiva” (Klautau, Ferreira & Souza, 2008, p.56).

O conjunto das diversas conceituações teóricas da psicanálise, seus procedimentos investigativos e suas propostas de atuação, por mais distintas que possam parecer, têm em comum um pressuposto: *a subjetividade não é dada no momento do nascimento do indivíduo*. Mesmo quando não explicitada no corpo da teoria, a noção de subjetividade está presente na busca de um fundamento clínico que sustente a teoria psicanalítica. No entanto, assim como em outros campos do saber, a psicanálise muitas vezes também falha pela tendência de naturalizar seus objetos sob a forma de pressupostos dogmáticos, e revela uma frágil configuração ao apoiar seus instrumentos de conhecimento, bem como seu modelo de atuação, no campo das certezas. O reconhecimento dessa fragilidade deveria impulsionar uma incessante reflexão sobre a genealogia dos conceitos adotados e evitar a precariedade própria de um corpo teórico enrijecido. Entende-se genealogia como:

projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (Foucault, 1966/2005, p. 16).

Pode-se afirmar que a obra de Freud, principalmente em seu início, promoveu um efeito perturbador nas concepções de subjetividade, decorrente, sobretudo, do enfrentamento do sujeito cartesiano e da irremediável cisão promovida pela conceituação do inconsciente. Enquanto o sujeito cartesiano era posicionado como agente de busca da verdade, estando sua consciência limitada a servir a ele próprio, o eu descentralizado proposto por Freud não podia mais alcançar o conhecimento total sobre si, estando irremediavelmente dividido pela realidade inconsciente, manifesta por meio do sintoma, do sonho e do ato falho. A partir desse momento, poder-se-ia reconhecer que aquele que fala é alguém que não é o eu.

Apesar de não haver nas elaborações freudianas uma definição explícita da noção de sujeito, sua presença é constante como sinônimo de “eu”, de “si mesmo”. Encontram-se, entretanto, frequentes indicações da necessidade de um agente externo infligindo uma organização neste que ainda não pode ser tomado unitariamente logo após seu nascimento. Nessa perspectiva, é possível retomar a noção freudiana sobre o ego enquanto projeção mental da superfície do corpo, decorrente das fases mais precoces em que o bebê está submetido às sensações prazerosas promovidas pelo acolhimento materno, mas, também, às ansiedades impensáveis provocadas pelas sensações de liquefação, explosão e queda sem fim, o que torna necessário conter-se em vários envelopes (sonoro, térmico, muscular) (Fontes, 2002).

Encontramos no texto de Freud *Pulsões e destinos da pulsão* (1915/2004) a presença de uma noção de eu desde o princípio da vida totalmente tomado por pulsões e capaz de satisfazê-las em si mesmo, denominado como *eu-real*. Momento marcado por uma indiferença frente ao mundo externo e irrelevante para a satisfação pulsional, sendo o eu coincidente com tudo o que é prazeroso, por essa razão “denominamos esse estado de narcisismo e para designar essa possibilidade de satisfação empregamos o termo *autoerótico*” (Freud, 1915/2004, p. 158). O *eu-*

prazer aparece já num outro momento, no qual se incorpora uma parcela do mundo externo reconhecida como prazerosa e se expõe para o mundo uma parte de si sentida como hostil. Nessa decomposição, o exterior corresponde a todo desprazer e o sujeito à porção prazerosa. Na passagem a seguir encontramos alguns indicadores da necessidade de que algo seja “desenvolvido” no indivíduo que se encontra na situação em que as pulsões autoeróticas estão muito vinculadas à satisfação das funções vitais e a serviço da autopreservação do indivíduo:

É uma suposição necessária a de que uma unidade comparável ao Eu não esteja presente no indivíduo desde o início; o Eu precisa ser desenvolvido. Todavia, as pulsões autoeróticas estão presentes desde o início, e é necessário supor que algo tem de ser acrescentado ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se constitua o narcisismo (Freud, 1914/2004, p. 99) .

Por meio do destaque da ocorrência de uma “nova ação psíquica” para a constituição subjetiva e para a promoção dos processos identificatórios, Freud aponta que a constituição do narcisismo primário ocorre no desenvolvimento do *eu* a partir de uma imposição vinda de fora. Com isso, Freud sugere que há um necessário deslocamento da libido em direção ao *ideal de eu* do casal parental. “O que o ser humano projeta diante de si como seu ideal”, escreve Freud, “é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, durante a qual ele mesmo era seu próprio ideal” (Freud, 1914/2004, p. 112).

Ocorre que as proposições freudianas foram fortemente marcadas pela tendência à interiorização vigente no final do século XIX, quando a experiência individual era privilegiada em oposição aos componentes sociais, mesmo que houvesse em sua obra, principalmente a partir de 1914, com a publicação de *À guisa de introdução ao narcisismo*, uma perspectiva mais

relacional e intersubjetiva. Foi a partir desse contexto que, nos anos 1950 e 1970, as discussões dos grupos francês e inglês encontraram solo fértil e iniciaram um movimento de questionamento desse sujeito autônomo representado pelo *eu*, senhor da consciência. Como parte significativa desse processo, está a projeção alcançada por Jacques Lacan com a noção de *sujeito do inconsciente*, correspondente a um lugar, a uma função, que se apresenta à revelia do eu – em função do desejo ser desconhecido pelo que era chamado de “personalidade”. Do mesmo modo, a obra de D. W. Winnicott provocou grande repercussão e impactou fortemente o campo psicanalítico, em especial pelo destaque dado à função do ambiente nos processos de maturação do homem, e pelo recurso às perspectivas paradoxais, como os *objetos e fenômenos transicionais*, a *capacidade para estar só*, a *relação paterno-filial* e, certamente, a noção do *brincar* (Winnicott, 1975; 1990).

É possível reconhecer que tanto Lacan quanto Winnicott partem da ideia segundo a qual, para que algo da ordem subjetiva possa ascender, é necessário que um processo constitutivo ocorra de forma adequada e, para isso, algumas condições precisam ser garantidas. Pode-se afirmar que, para ambos os autores, não parece exagerado pensar a noção de autoexistência, que permite ao indivíduo atribuir a si próprio algo do mundo, o “*eu sou*”, como posterior ao momento do ser por garantia de outro ser humano. As concepções de efeito da suposição (pela mãe) de um sujeito (no *infans*) na teoria lacaniana, e a “preocupação materna primária”, na teoria winnicottiana, são os maiores exemplos da importância crucial da relação com o Outro primordial nesses autores. Desse modo, pode-se considerar como ponto de aproximação entre as formulações lacaniana e winnicottiana a noção de *descentramento* do eu como marca fundamental no processo de constituição subjetiva, pela ênfase dada por ambos à relação primordial.

Dentre os desdobramentos teóricos presentes nas teorias lacaniana e winnicottiana, o destaque dado ao período mais precoce da vida como um tempo marcado pela dependência absoluta trouxe efeitos tanto na perspectiva psicopatológica quanto na configuração do processo analítico. A inclusão de uma forma não verbal no processo analítico ampliou significativamente a concepção do espaço analítico e instaurou um novo paradigma na psicanálise, concebida prioritariamente, até então, em torno da cura pela fala. A primorosa descrição de Winnicott (1990) da complexidade existente, por exemplo, no processo de amamentação, bem como a formulação lacaniana da noção de *lalangue* a serviço de “coisas inteiramente diferentes da comunicação” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 188), se oferecem como fios condutores capazes de promover pontos de contato entre essas diferentes perspectivas teóricas em torno da reflexão acerca dos primórdios da constituição subjetiva.

1.4 A fase do espelho – formulações sobre a relação primordial

As indagações acerca do que há de tão fundamental para o sujeito na ligação com o outro explicitam a experiência de dependência absoluta vivida nos primeiros momentos de vida. A relação primordial marca a subjetividade humana em sua prematuridade após o nascimento, colocando em evidência a impossibilidade de sobrevivência sem a ajuda de um semelhante. Nossa existência é atravessada por essa necessidade de ser cuidado por um outro, capaz de garantir o enfrentamento das etapas iniciais do desenvolvimento e seus desenlaces.

Por meio do termo *infans* é possível especificar um tempo da criança em constituição, fortemente marcado pela imaturidade biológica, que percorrerá o processo singular de sua subjetivação a partir do laço com seu cuidador. Esse momento evidencia o privilégio que as relações humanas detêm no processo de subjetivação, quando, no decorrer de uma série de

operações psíquicas próprias da *relação primordial*, serão impressas marcas estruturais determinantes de todo um modelo de funcionamento. Como aponta Kupfer (2000): “a relação mãe-bebê opera sobre um universo de grande complexidade, que começa com o equipamento material com o qual a criança vem ao mundo e termina no entorno social em que mãe e bebê encontram-se mergulhados” (*27³).

Vale apontar que o tempo da gestação biológica implica também um tempo de gestação psíquica, que pode ser em alguns casos insuficiente, levando a futura mãe a sentir-se angustiada pela invasão de um corpo estranho. O trabalho psíquico de antecipação e de suposição de um sujeito constitui-se por meio de uma elaboração materna que cria espaço para o bebê, transformando o estranho em familiar e inserindo-o na cadeia simbólica que sustenta sua subjetivação. Nessa perspectiva, o que configura a relação primordial – o enlaçamento entre mãe e bebê – desenrola-se em um esquema em que o outro materno, em condições suficientes de investimento libidinal, assegura-se na suposição de que ali, naquele organismo, há um sujeito que deseja. Ao antecipar-se frente à insuficiência do bebê, a mãe, como intermediária das referências culturais, permite ao filho pertencer à trama das relações humanas.

É nesse sentido que a função materna nos permite testemunhar a singularidade que leva uma mãe e um bebê a serem ou não afetados mutuamente, sendo a ocorrência do encontro ou do desencontro afetivo um efeito próprio dessa dupla. Seguindo essa perspectiva, por estarem em jogo tanto as competências do bebê quanto as competências do outro, a manifestação de uma falha na constituição subjetiva não pode ser atribuída apenas ao agente cuidador. A complexidade dessa configuração exige um olhar mais sensível aos aspectos decorrentes da

³ Documento eletrônico não paginado. O número seguido do asterisco é o número do parágrafo no qual se encontra a frase citada

ausência de condições da mãe para seu exercício, como também do bebê impedido de absorver os investimentos dirigidos a ele, ou ainda da ineficácia promovida por esta relação.

Quando nasce o bebê, há todo um processo em movimento que se inicia antes mesmo do parto e lhe confere um lugar predeterminado com nome, sobrenome e uma história familiar, que o definem num tempo e espaço específicos. Isso, que podemos afirmar ser a ordem simbólica em que o indivíduo é banhado ao ser concebido, garante as condições satisfatórias para o processo de subjetivação. Falar sobre o nascimento do sujeito é falar de um reconhecimento materno e da introdução de uma marca por meio do movimento realizado na dupla, experimentada pela criança como o acesso a algo de si e, portanto, de sua existência. Freud, na passagem seguinte, apresenta um encadeamento dos aspectos apresentados por ele num contexto mais amplo, depurando o que está em marcha no desenvolvimento do *eu*:

His Majesty the Baby, tal como nós mesmos nos imaginamos um dia. A criança deve satisfazer os sonhos e desejos nunca realizados dos pais, tornar-se um grande homem e herói no lugar do pai, ou desposar um príncipe, a título de indenização tardia da mãe. [...] o comovente amor parental, no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais, que, ao se transformar em amor objetal, acaba por revelar inequivocamente sua antiga natureza (Freud, 1914/2004a, p. 110).

Os cuidados parentais e tudo o mais que circunda o bebê ativam o circuito desejante que marca desde o princípio a existência desse novo indivíduo em relação à rede na qual está inserido. No elenco das condições necessárias para o encontro da dupla estão em jogo tanto as competências do bebê quanto as competências do Outro, sendo o bebê desde o início um participante ativo na relação. Por seu turno, o Outro da relação, ao participar do processo de

constituição subjetiva da criança, também dá continuidade a um processo de constituição de si. Ao afetar e ser afetado, aciona um conjunto psíquico de fantasias, defesas e projeções experimentadas de forma singular pelo sujeito naquela situação.

Prosseguindo na elaboração dos aspectos em jogo na relação primordial, em especial no campo das identificações, incluiremos uma breve reflexão acerca do processo de subjetivação na perspectiva do que ocorre no lado do agente cuidador. A frase de Freud presente em *À guisa de introdução ao narcisismo* – “quem ama já sacrificou, por assim dizer, uma parcela de seu narcisismo, e o único modo pelo qual o indivíduo agora pode substituí-la é sendo amado” (Freud, 1914/2004a, p. 116) – indica o circuito no qual as relações humanas são engendradas. De acordo com essa leitura, a noção de amor é intimamente vinculada aos processos narcísicos, em que a chegada do bebê, em especial, reapresenta para as figuras parentais a conflituosa relação entre os anseios narcísicos e a convocação social. Neste caso, a criança, ao nascer, além de impor aos pais um sacrifício amoroso, proporciona-lhes também um resgate narcísico por meio da suposição de que os desejos não realizados agora poderão sê-lo, bem como da perspectiva da imortalidade do *eu* transferida às novas gerações. Portanto, o “sacrifício” para amar, entendido como o direcionamento de uma parcela da libido para o objeto, impõe um elemento complicador nos desdobramentos do laço afetivo entre pais e filhos, uma vez que a própria noção de objeto adquire contornos narcísicos muito específicos nessa dinâmica.

A partir das perspectivas teóricas de Lacan e Winnicott, é possível afirmar que ambos reconhecem ser fundamental a presença de um outro humano no processo de constituição subjetiva, sendo o substrato da subjetividade originário da vulnerabilidade do bebê e de sua absoluta dependência em relação ao adulto cuidador. Nesse sentido, cabe reconhecer que, *em alguma medida*, ambos apontam para uma mesma direção – a noção de descentramento –

adotando princípios contrários e, ao mesmo tempo, complementares, para articular suas posições teóricas. Parece possível, então, propor, sobretudo em torno das suas concepções sobre a fase do espelho, uma relação entre esses dois autores a ser explorada, apoiada na primazia atribuída ao Outro primordial na dinâmica da subjetivação. É evidente que há distinções no modo de conceber a maternagem em Lacan e em Winnicott, diferenças que se encontram relacionadas, especialmente, quando se analisa a função especular promovida pela mãe e o espectro que cada um dos autores pretendia elucidar no decorrer das suas elaborações. Como não se pretende violentar os caminhos escolhidos por cada um por meio de uma aproximação abrupta, convém novamente ressaltar que os desdobramentos teóricos daí ocorridos claramente ganham contornos distintos conforme as especificidades de cada leitura.

Na perspectiva lacaniana, a metáfora do espelho serve como ilustração para o entendimento da formação da *função do eu* – atribuindo aos processos identificatórios a metamorfose das relações objetais. Nessa configuração, a noção de identificação ocupa um lugar privilegiado e fundamenta o que Lacan salienta acerca do efeito produzido no indivíduo ao assumir uma imagem para si. Já na leitura winnicottiana, o componente especular na relação mãe-bebê está articulado ao projeto maior do autor de trabalhar a noção de transicionalidade e a dinâmica processual da incidência de um componente objetivo do ambiente para o bebê. Assim, temos que a fase do espelho, para Lacan, versa sobre uma marca produzida pela primeira experiência de reconhecimento do indivíduo sobre si, por meio da ascensão à própria imagem, enquanto, para Winnicott, a marca desse primeiro reconhecimento dá-se pela instalação do elemento *não-eu*.

Nessas condições, as necessidades básicas de sobrevivência e desenvolvimento do humano extrapolam as noções mais difundidas sobre as *técnicas* de cuidado, usualmente

tendenciosas ao privilégio das urgências orgânicas do bebê. Ainda na contemporaneidade, em relação às fases mais precoces, encontramos uma maciça atenção ao conjunto orgânico e sua funcionalidade. Frequentemente, os profissionais envolvidos na rede que ampara o bebê e sua família pouco se dedicam a incluir em sua rotina uma dimensão que reconheça a posição subjetiva da criança e o processo constitutivo em andamento. Neste sentido, a vasta experiência de Winnicott no exercício da pediatria lhe permitiu avançar enormemente, dedicando-se à tarefa de evidenciar uma importância na amamentação, no contato físico e na atenção materna, apenas como exemplos, uma porção que vai muito além de sua operacionalidade.

A partir do exposto, surgem alguns elementos que distinguem as formulações de Lacan e de Winnicott, sendo importante ressaltar que há eixos de entendimento bastante diferentes nas concepções do que é o *bebê* para esses autores. Nesse sentido, é preciso cautela ao se falar em bebê, uma vez que a noção pode facilmente ser tomada como um pressuposto e, rapidamente, promover uma naturalização do objeto de conhecimento. Convém preservar a noção de *bebês* - sublinhando o entendimento de Lacan e o de Winnicott.

As ideias trabalhadas por Lacan, encontradas principalmente no Seminário 11 (Lacan, 1964/1985), fazem referência a um momento do bebê como protossujeito, já dotado de coordenadas imaginárias mínimas dadas pelo nascimento, encarnando, assim, a possibilidade para a relação intersubjetiva e, conseqüentemente, para a entrada no campo simbólico. O bebê, nesse momento, espera encontrar no mundo externo a satisfação no âmbito das necessidades simbólicas, e não apenas no plano das necessidades físicas. Neste sentido, a ocorrência de uma metabolização do significante é efeito de uma marca impressa pelo desejo, efetivada a partir dos elementos ofertados pelo outro

e de sua inscrição no próprio corpo do bebê – de onde se pode concluir que, para Lacan, o surgimento do sujeito é resultante da entrada do bebê no campo do desejo e da linguagem.

No entanto, nessa contextualização teórica, o bebê apresentado por Lacan poderia ser entendido como um “bebê velho”, temporalmente pensado a partir dos seis meses. Nesse estágio se intensifica o reconhecimento por parte do ambiente quanto a sua vocação para tornar-se um sujeito desejante e falante em nome próprio, a partir de seu aparelho biológico e daquilo que pôde receber do Outro. Com isso, a concepção que mais se aproximaria da ideia de um bebê lacaniano nos primeiros momentos após o nascimento - o “bebê novo” - é a de ser “um feixe de nervos” (Kupfer, 2000), um puro organismo biológico que somente sairá dessa condição pela intervenção de um agente externo e por sua inserção na linguagem. O *infans*, conforme essa perspectiva, vai gradativamente sendo envelopado por um drama que, como define Lacan:

fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o desenvolvimento mental (Lacan, 1966/1998, p. 100).

Portanto, o conflito nos estágios iniciais decorreria da precipitação psíquica frente ao aparato orgânico, o que Lacan nomeou de *drama* encenado entre a insuficiência e a antecipação. Nesse sentido, o acesso imaginário a uma unidade corporal antecede a própria maturação fisiológica e motora, apresentando ao indivíduo uma organização mental anterior à experiência de domínio real do seu corpo, e de onde se espera que decorra o processo de maturação que o permitirá integrar efetivamente suas funções corporais.

Já em toda a obra de Winnicott, as referências para demonstrar como as manifestações mais complexas possuem relações com as necessidades aparentemente mais simples e naturais de serem sustentadas pelo cuidador em seu trato com o bebê adquirem contornos nada ortopédicos. Para este autor, o princípio, para o bebê, corresponde a “uma ausência de globalidade tanto no espaço como no tempo” (Winnicott, 1990f, p.136), chamado de estado de não-integração e marcado pela falta de consciência. A partir de então, o bebê parte em direção ao estado de integração, percorrendo um processo determinado por condições inatas – como as exigências instintivas e expressões agressivas – e pelos estímulos do cuidado ambiental. Assim, haveria, para Winnicott, uma tendência inata do bebê em direção ao estado de dependência absoluta, o que o coloca como um participante ativo no processo de subjetivação, e não apenas como abrigo das projeções do meio.

Conforme a descrição de Winnicott (Winnicott, 1990h, p. 136): “o bebê que conhecemos como unidade humana, seguro dentro do útero, ainda não é uma unidade em termos de desenvolvimento emocional”. Não recebendo os cuidados necessários, o bebê sequer pode realizar-se como tal; em outras palavras, os componentes orgânicos certamente não são suficientes para sua constituição. É imprescindível que haja o encontro de suas tendências inatas com o ambiente facilitador do desenvolvimento, possibilitando seus processos maturacionais. Quando isso não ocorre, conforme a magnitude das frustrações geradas pelas falhas ambientais, a maneira como cada bebê lida com a situação poderá evoluir para um tipo de organização patológica da personalidade. “Em psicologia”, escreve Winnicott (1990h, p. 137), “é preciso dizer que o bebê se desmancha em pedaços a não ser que alguém o mantenha inteiro”. Convém ressaltar que a noção mais apropriada para descrever o inverso do estado de integração é a

desintegração, representando um fenômeno secundário e que não deve ser associado apenas ao informe dos processos constitutivos mais primitivos.

Portanto, o bebê, na perspectiva winnicottiana, também não é um sujeito dado pelo nascimento; encontra-se em um estado de indiferenciação que não o torna capaz de perceber o outro como sujeito. No entanto, diferentemente das leituras mais difundidas da obra de Lacan, que consideram as especificidades de cada bebê como efeito da submissão para com o agente materno, na perspectiva winnicottiana cada bebê será único, criador de si mesmo. Quando Winnicott especifica que a expressão *falha ambiental* refere-se “à falha em carregar o bebê com segurança, para além do limite de tolerância do bebê naquele momento” (Winnicott, 1990h, p. 137), é em acordo com a concepção de que o limite de tolerância é dado por *aquele* bebê *naquele* momento específico e singular.

Cada um dos autores assumiu uma posição sobre o que significa tornar-se inteiramente uma pessoa, orientados pela ideia sobre a constituição subjetiva a partir da noção do que é o bebê, a relação e o papel do Outro primordial, o lugar da cultura e do corpo, assim como a função da ilusão, que, dentre muitos outros conceitos, ganharão delineamentos distintos conforme o desenvolvimento de cada teoria. As duas abordagens carregam intensa dedicação em atribuir grande importância à função do Outro na relação primordial e o reconhecimento de si próprio como resultante da ruptura promovida pela marca da alteridade. Uma vez que tais formulações são inscrições absolutamente teóricas, os conceitos poderiam estar a serviço de discussões menos pragmáticas e mais sensíveis à perspectiva clínica. O desafio maior é, portanto, encontrar a boa medida entre elas.

A partir das articulações teóricas sugeridas por esses encontros e desencontros, abrem-se muitos caminhos para pensar o trabalho do analista à luz dos modelos de constituição subjetiva

concebidos, que certamente promovem importantes desdobramentos na clínica com adultos. Ao balizarmos o trabalho analítico na ideia de que as manifestações apresentadas tanto pela criança quanto pelo adulto encontram-se relacionadas ao paradoxo entre o indivíduo e o ambiente, o interno e externo, reconhecemos que o processo de *análise do infantil* se constrói ao longo do manejo sensível dessas dimensões caso a caso. A sequência aponta para reflexões possíveis acerca dos manejos clínicos mais adequados diante do sofrimento psíquico; nela, cada uma das concepções teórico-clínicas apresentadas ganha consistência, e nos afasta da tendência muitas vezes esterilizante de filiação exclusiva a determinado autor ou escola.

2. O OLHAR DE LACAN PARA A FASE DO ESPELHO

*Fomos formados no mato – as palavras e eu. O que da terra a palavra se acrescentasse,
a gente se acrescentava de terra. O que de água a gente se encharcasse, a palavra se
encharcava de água. Porque nós íamos crescendo em par.*

Manoel de Barros (2008).

2.1. Primeiros olhares para a teoria lacaniana

O poema de Manoel de Barros foi escolhido para abrir o capítulo dedicado às concepções lacanianas por ir ao encontro do eixo central desta teoria, a saber, a relação entre a noção de significante e o aparecimento do sujeito do inconsciente. De forma poética, Barros descreve ao longo de cada trecho o processo de constituição das *palavras* e do *eu*, revelando nesse baile uma íntima ligação de dependência entre eles, em que cada um surge e é transformado pelo contato com o outro. A aproximação da abordagem lacaniana é possível, pois, conforme essa teoria define, as operações envolvidas na constituição do sujeito do inconsciente ocorrem simultaneamente às inscrições da ordem simbólica, representada em torno da noção de palavra. Assim, a possibilidade de o sujeito ascender como portador de um desejo está relacionada à possibilidade de o *infans* estabelecer alguma organização da realidade. Tal processo é compreendido de forma concomitante ao efeito da instalação do significante, que, por sua vez, produzirá marcas no corpo do bebê relacionadas ao recalçamento original e à inauguração de um circuito por onde o desejo passará. A palavra é assumida, nesse contexto, enquanto um estatuto fundamental para a circulação do indivíduo na rede humana, ampliando, nessa sequência, sua relevância para além da mera função descritiva e constituindo a função do significante enquanto

uma incessante apresentação do sujeito a outro significante (Lacan, 1957/1995). A noção de significante, que é um conceito chave para a teoria lacaniana e fundamental para alcançar a compreensão desta abordagem, será desenvolvida a seguir, antes de passarmos para a análise das experiências primordiais, abordando o processo descrito acima de forma mais detalhada.

O termo *significante* foi certamente, para Lacan, um dos principais elementos norteadores de sua teoria, tendo sido formulado pelos encontros entre o campo psicanalítico e distintas concepções teóricas, em especial a linguística de Saussure e a antropologia de Lévi-Strauss; juntamente com outras referências não apresentadas nesse estudo, mas que são suficientes para indicar a forte influência do movimento estruturalista para as formulações da teoria lacaniana. Uma das razões que levaram Lacan a promover reflexões aproximando-se de outras áreas científicas foi o fato de a psicanálise estar passando, no início dos anos 1950, por transformações que conduziam a finalidade de sua prática à adaptação do indivíduo ao meio social, desviando-se do núcleo fundamentado por Freud a respeito do inconsciente e da teoria sobre a sexualidade; configurando-se, assim, um "método de verdade e de desmistificação das camuflagens subjetivas" (Lacan, 1953/1998c, p. 242). Diante disso, a linguística pareceu, a esse autor, por estar na vanguarda da antropologia contemporânea da época, como um bom guia a respeito do que para ele deveria ser a direção na qual a psicanálise deveria se projetar. Ou seja, o campo da fala e da linguagem. (Lacan, 1953/ 1998c, p. 286)

Assim, o conceito de significante foi inspirado pelo estudo linguístico, originário, por sua vez, de uma área de saber específica das ciências da linguagem e marcada no início do século XX pela obra *Curso de Linguística Geral*⁴ (1916), de Ferdinand de Saussure. Na linguística, o conceito de significante representa um dos elementos que compõem a noção de

⁴ Vale ressaltar a importância desta obra para o campo das ciências da linguagem, sendo conhecida como a porta de entrada do estudo linguístico contemporâneo europeu.

signo, dividida em duas partes: o significado e o significante. Rompendo com as tradições vigentes na época, que pensavam a unidade linguística como a relação direta entre a coisa e o termo, Saussure inova ao trazer a compreensão dos signos linguísticos em dois níveis de ocorrência simultânea, um mais próximo da ordem social (significado) e o outro composto por aspectos singulares conforme os registros estabelecidos por cada indivíduo (significante). A passagem a seguir nos permite acompanhar a exposição de Saussure sobre essa proposta de entendimento:

o signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos [...] (Saussure, 2006 p. 80).

A título de exemplificação dessa compreensão, podemos escolher o signo *livro*, analisando, assim, que *livro* possui um significado – o conceito do objeto em si – e um significante – a imagem acústica de livro que permite caber nesse nome tantas interpretações quanto o sujeito puder criar. É importante considerar a ocorrência no aspecto dos significantes de uma porção própria ao indivíduo, o que torna o signo uma produção singular e permeável às interferências ocasionadas pelo que mais adiante se justificará por meio da dimensão inconsciente.

Saussure, em seus estudos, compreendia o significado e o significante como duas cadeias de ocorrência simultânea, de igual relevância e interferência sobre o sentido, de modo a não representar uma maior relevância ou domínio de uma sobre a outra. Portanto, para esse autor, a manifestação de sentido era produto de uma combinação harmônica entre o significado e

o significante, sendo este um ponto de discórdia em relação à análise lacaniana. Lacan utiliza-se da noção de significante tal como uma prova da existência da dimensão inconsciente no sujeito, e reconhece uma predominância sobre o significado que até então não lhe era atribuída. Em sua releitura desses conceitos, entende a produção de sentidos como uma ocorrência determinada, acima de tudo, pela fruição dos significantes, ou seja, produto de um circuito desejante singular ao indivíduo e mais influente que as ofertas sociais formadoras do significado.

Para que Lacan pudesse empreender em sua teoria uma forma distinta de compreender a composição do signo, foram necessários alguns pontos de referência, tais como a noção de inconsciente e o entendimento de sua prevalência na dinâmica do indivíduo. Na leitura lacaniana, o inconsciente está fundamentado em torno daquilo que *falta* ao sujeito, naquilo que escapa à sua disposição e não lhe permite dar continuidade ao discurso consciente (Lacan, 1953/1998c, p. 260). Nesse sentido, a noção de *sujeito do inconsciente* representaria um efeito desta não plenitude da existência humana, marcada pela divisão do “eu não sei quem sou” (Roudinesco, 2008, p. 369). Além de o inconsciente configurar o não familiar ao indivíduo e a manifestação de um saber que ele desconhece, este pressuposto se alinha ao da consciência submetida a esse incessante e atemporal deslizar do desejo pela cadeia significante.

A partir da ênfase à submissão do indivíduo à realidade inconsciente, Lacan se utiliza mais uma vez de noções retiradas da linguística e atribui à estrutura do inconsciente uma ordem similar à que constitui a linguagem. Assim, o inconsciente estaria estruturado para operar conforme uma organização determinada pelas relações estabelecidas entre seus elementos, independentemente de uma ordenação externa introjetada, e por meio da qual uma lógica específica de funcionamento é criada. No conjunto que compõe a proposta do “inconsciente estruturado como linguagem”, a noção de uma cadeia de significantes concebe certa

historicidade, determinando a existência de um único e primeiro signo, denominado como significante primordial (S1). Este significante ocupa o lugar de um objeto perdido, predestinado a sofrer o processo de recalçamento originário e ser substituído por um segundo significante (S2), que, por sua vez, sofreria o mesmo destino, sendo, então, também recalçado, cedendo lugar ao terceiro significante (S3), e assim por diante. Dessa maneira, a constituição do inconsciente corresponderia aos significantes recalçados e relacionados ao significante fálico primordial (S1).

A concepção de Lacan sobre o inconsciente estruturado como linguagem está articulada ao retorno às formulações freudianas – que organizavam o campo psicanalítico em torno da ideia de inconsciente como algo da ordem psíquica – e da leitura crítica da noção saussureana da língua enquanto sistema de valores. Escapa à proposta deste trabalho colocar em questão o axioma lacaniano “o inconsciente estruturado como linguagem”, especialmente pelo vasto conjunto de ideias que ele abarca e por modificações contemporâneas dessa compreensão⁵. No entanto, ao tomar essa noção como um pressuposto teórico, podemos avançar na reflexão sobre os efeitos das marcas subjetivas produzidas no contato com o conjunto social e seus desdobramentos para o processo constitutivo. Cabe também ressaltar que tais articulações revelaram-se como importantes contribuições para a recusa do ideal de interiorização em vigor nas ciências humanas, em especial as noções propostas pela Psicologia do Ego (*Ego Psychology*) que ganhavam cada vez mais repercussão, especialmente nos Estados Unidos. Para essa vertente da psicologia, o surgimento do eu corresponde a uma instância responsável pela consciência e

⁵ Atualmente há uma vasta discussão sobre a ideia de inconsciente estruturado como linguagem e, nesse contexto, alguns estudos apontam para a fala como uma espécie de representação do escrito inconsciente. Assim, questionam o pressuposto da fala vir antes da escrita, baseando suas análises em releituras da formulação lacaniana do inconsciente estruturado como uma linguagem inspiradas pela concepção freudiana de inconsciente estruturado como inscrito, presente em *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900).

disposta a cooperar com a tarefa de restabelecimento do equilíbrio do indivíduo, contribuindo de forma favorável à adaptação do indivíduo à realidade externa, de modo que a função do analista corresponderia ao estabelecimento de uma aliança terapêutica na luta contra o sintoma. No entanto, opondo-se a essa leitura, Lacan refere-se, a partir da noção de estágio do espelho, a um processo de constituição do eu não pela via da consciência, mas do inconsciente, processo no qual a perspectiva de construção do *eu* a partir do outro implica tirar a consciência de um lugar central e aponta o eu como sede do desconhecimento.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Lacan empreendeu uma extensa busca por diferenciar o *sujeito* do *eu*, também expressa pelas transformações no uso dos pronomes franceses utilizados para designar o eu: *moi* e *je*. A compreensão de uma diferença entre essas designações corresponde a um processo minucioso de construção, tendo permeado ora de forma mais explícita, ora menos, a teoria lacaniana em sua totalidade, culminando na formulação do *sujeito (je)* enquanto representante do desejo imerso no campo simbólico, *sujeito do inconsciente* na relação com o Outro; e o *eu (moi)* concebido como instância imaginária sintomática e alienante, que afigura a sede das resistências e desconhecimentos.

De acordo com este encadeamento de ideias, também é preciso acrescentar sucintamente os conceitos que embasam a compreensão sobre a relação primordial e o papel do outro na teoria lacaniana. Para isso, destacaremos as noções de *Outro*, com “O” maiúsculo, e *outro* com “o” minúsculo. O grande outro (*Outro*) aparece para designar uma instância e não uma pessoa física, correspondendo ao universo simbólico no qual o indivíduo se circula; enquanto o pequeno outro (*outro*) para tratar de cada sujeito como “representante único e não esgotável do grande Outro ao qual pertence” (Cullere-Crespin, 2004, p. 22). Assim, a mãe está como o pequeno outro servindo ao bebê como o grande Outro.

Dado que este trabalho possui como um de seus fios de articulação teórica as noções do estádio do espelho, em especial disponíveis no texto de 1949, é preciso ressaltar que o inconsciente tal qual concebido por Lacan e as demais concepções fortemente marcadas pelo estruturalismo são datados de um período posterior, sendo um anacronismo pensar no *sujeito do inconsciente* já nas linhas dessa versão. No entanto, ao trazermos tais referências teóricas, bem como as suas inserções históricas, apontamos para a possibilidade de elas nos servirem na tecelagem de uma linha de pensamento gestado a partir das propostas analisadas aqui, assim como o favorecimento das releituras empreendidas por Lacan apresentadas adiante.

Em linhas gerais, podemos pensar a tarefa primordial do outro em relação ao *infans* como a transformação do organismo biológico (recém-nascido) em corpo erógeno (sujeito), entendendo esse circuito como o processo de subjetivação em ação. A partir desse posicionamento, a figura de um cuidador é situada como operador fundamental do processo constitutivo, pois dela depende a mediação das operações de causalidade do sujeito que levam o bebê a imprimir uma intencionalidade em suas ações e não mais responder conforme o determinismo instintivo. Apesar de esse outro ser frequentemente relacionado à presença da figura materna, conforme aponta Lacan, o mais adequado é compreender os cuidados iniciais submetidos ao conjunto da função materna – ampliando com isso a perspectiva dos cuidados para que outros adultos possam assumi-la, bem como preservar a ideia de um conjunto de ações constitutivas do sujeito variáveis conforme as especificidades de cada mãe com seu bebê, em um tempo e espaço específicos.

Segundo a teoria lacaniana e as noções trabalhadas em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1964/1985), a constituição do eu é estruturalmente determinada por operações de realização do sujeito, sendo o primeiro movimento a operação de

alienação. Nessa concepção, a operação de alienação é entendida como um tempo em que a criança, totalmente dependente dos cuidados do outro para sobreviver, encontra-se em condições favoráveis ao aprisionamento decorrente da identificação com uma imagem discordante e produzida externamente. Em razão desse desamparo primordial, a relação especular se desenrola de tal forma que o bebê encontra-se totalmente submetido ao desejo do outro, enquanto o agente materno estabelece uma relação de júbilo com a criança, como se esta fosse sua extensão, uma parte perdida e, agora, supostamente, recuperada. Portanto, para que a função materna opere e permita ao *infans* ser capturado no campo da palavra e da linguagem, é preciso que a criança se submeta a este lugar do psiquismo materno – isto é, a posição de identificação com o falo materno – pois, somente assim, o cuidador poderá dar sentido às necessidades infantis e lhe apresentar um corpo organizado que possibilita o estabelecimento dos primeiros contatos com o ambiente. A partir da imagem corporal ofertada pelo outro, o bebê se reconhecerá num formato próprio e se diferenciará do ambiente externo, marcando rudimentarmente a subjetividade em constituição.

Com isso, podemos concluir que falar sobre o nascimento do sujeito é falar de um movimento de apreensão realizado na dupla, no qual a imagem oferecida ao bebê é uma representação do mundo com a função de constituir seu interior, configurando este processo de identificação em bases imaginárias e alienantes – por serem determinações produzidas externamente, isto é, pelo Outro. Em torno da confusão imaginária com o Outro materno primordial, as contribuições sobre a fase do espelho tal como propostas por Lacan são valiosas, oferecendo um conjunto teórico que busca, a partir da relação especular, traçar a equação existente na captura de uma primeira experiência de eu.

Nessa proposta, há uma inversão na compreensão da constituição psíquica encontrada em análises e leituras posteriores da obra de Freud, sobre as quais André Green destaca que a “nova distribuição das instâncias da segunda tópica deu lugar a deformações esquematizantes do pensamento de Freud [...], evidentemente, as reinterpretações feitas sob o ângulo da *Psicologia do Ego*” (Green, 2008, p. 141), que contribuíram para uma simplificação e reinterpretação de conceitos que de alguma forma deformaram o pensamento freudiano. Ainda segundo Green (2008), “encontramo-nos frente à necessidade de um exame das correntes que atravessaram a obra de Freud em seu interior e daquelas que vão abrir caminho na história da psicanálise após sua morte” (p. 142), e, em razão disso, podemos reconhecer que, apesar de a teoria de Lacan ser fundamentalmente baseada na ideia de sujeito, ele também atribuirá grande importância ao objeto, especialmente ao considerar o surgimento do *eu* enquanto uma ocorrência de fora para dentro e não de dentro para fora – retirando, assim, a suposta autonomia do indivíduo em seu processo constitutivo. Vale destacar que o elemento mais importante dessa fórmula não é a definição do sentido no qual o processo ocorre, mas o fato de que, ao revisitar o pressuposto freudiano num momento em que a psicanálise e outras ciências tendiam às concepções sobre os processos de interiorização, Lacan convida para abertura da dupla via, coloca o par em movimento e retoma a dialética.

2.2 O estágio do espelho – Convite para um tipo de olhar

Diante da incompletude orgânica nos primeiros anos de vida e da questão sobre a concepção da gênese psicológica, Lacan formulou a noção de *fase do espelho*. Disso trata seu texto *O estágio do espelho como formador da função do eu, tal qual nos revelada na experiência psicanalítica*,

escrito em 1949, para o XVI Congresso da Associação Internacional de Psicanálise (IPA) ⁶, em Zurique, e antes apresentado oralmente em 1936 no XIV Congresso da IPA, em Marienbad. Ao longo da década de 1940, os estudos de Lacan poderiam ser ordenados como parte de dois grandes temas: “a determinação da dimensão social sobre a experiência psíquica e as funções do complexo e da imago no processo de constituição do sujeito” (Sales, 2005, p.114). O artigo apresenta formulações inspiradas – não explicitamente reconhecidas por Lacan – nos estudos sobre o transitivismo da psicologia comparada (Bühler), nos dados de pesquisa sobre os fenômenos de imitação na primeira infância (Baldwin), na análise das reações do chimpanzé frente ao espelho (Köhler) e na descrição do comportamento infantil frente ao espelho (Wallon) (Sales, 2005).

As noções trabalhadas por Henri Wallon conhecidas como “prova do espelho”, retiradas do artigo *Como se desenvolve na criança a noção de corpo próprio*, em 1931, é um dos primeiros estudos descritivos sobre a reação da criança colocada frente a um espelho. O experimento tinha como objetivo investigar, do ponto de vista cognitivo, o nível perceptual da criança a respeito de sua imagem e de sua ocorrência espacial. De acordo com Olgivie (apud Sales, 2005), as proposições de Wallon estavam orientadas numa perspectiva utilitária, segundo a qual a criança passaria progressivamente e naturalmente a distinguir seu próprio corpo da imagem refletida, dirigindo-se evolutivamente para o conhecimento da vida social e para a realidade. Já na perspectiva de Lacan, a proposta foi trabalhar com elementos que fornecessem subsídios para compreender a função do eu, buscando enfatizar especialmente tal processo como

⁶ Há registros de uma situação não bem esclarecida quanto à referência a esse estudo de Wallon, apontando que quando Lacan, em 1936, a poucos minutos do início da comunicação de seu trabalho foi interrompido por Ernest Jones em razão da apresentação de conceitos sem a devida referência, o texto daquela apresentação acabou perdido e registrado apenas por algumas notas tomadas por Dolto (Roudinesco, 2008).

oposto às formulações decorrentes do *Cogito*. Dessa maneira, a leitura lacaniana lança uma perspectiva distinta para o experimento de Wallon, dado seu maior interesse não ser o reconhecimento de uma manifestação da consciência infantil e sim os efeitos produzidos na constituição psíquica do indivíduo ao assumir uma imagem para si.

Na perspectiva lacaniana, a experiência da relação especular oferece condições para o entendimento da formação da *função do eu*. É nas ideias sobre a relação entre a criança e o espelho que Lacan se inspira para teorizar sobre a porção primordial da constituição humana, tema que, de alguma forma, já lhe interessava, como se pode reconhecer na sua dedicação em aprofundar o tema do narcisismo, herdeiro de sua tese de doutorado *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* (1932/1975) e de onde se retira a seguinte passagem: “o sujeito não é mais nada a não ser o lugar de sucessão de sensações, de desejos e de imagens” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 35). Considerando tais concepções e momento histórico, é possível traçar conexões sobre o entendimento do lugar privilegiado atribuído às imagens para o psiquismo - que representam grande importância para os processos identificatórios - e a predominância das urgências orgânicas no início da vida.

O problema, então, a ser investigado por Lacan, passou a ser o estatuto da função da *imago* como produtora de um intervalo entre o organismo biológico e o corpo visual, fundamentalmente apoiado no caráter ficcional da fase do espelho, pois acreditava ser por meio dela que o bebê se tornava capaz de transformar as sensações orgânicas e as perturbações advindas do contato com o ambiente. Faz parte dessa sequência teórica o pressuposto que determina a existência de uma condição antecipatória fundamental para a constituição psíquica, na qual o “impulso interno *precipita-se* da insuficiência para a antecipação” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 100, grifo nosso), permitindo ao bebê ascender à sua imagem especular. Uma vez

que a imagem se torna acessível ao infans, ela lhe anuncia um eu primordial *anterior* à instalação da alteridade “e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (Lacan, 1949/1998, p. 97) – é como se o bebê descobrisse o que um dia ele virá a ser, apesar dessa notícia ser bastante complexa para ele na etapa da vida em que se encontra. Prosseguindo a partir das concepções retiradas do texto de 1949, baseadas nas experiências do bebê marcadas pela insuficiência motora e sobre o acesso imaginário a uma unidade corporal, nossa reflexão está dirigida para os efeitos da anunciação feita ao bebê de um corpo unificado e à experiência de domínio real do seu corpo. Nesse sentido, trabalhamos com o que Lacan (1949/1998b) chamou de *drama* entre a insuficiência e a antecipação, revelando o conflito desse estágio inicial como decorrente da precipitação psíquica frente ao aparato orgânico.

Nesta análise sobre a teoria do estágio do espelho, iniciada conforme as diretrizes trabalhadas por Lacan em 1949, dedicar-se-á maior atenção ao trabalho de duas noções centrais: *a de imaturidade biológica após o nascimento e a necessidade de contar com a presença de um cuidador para a ocorrência de uma transformação na dinâmica global do bebê*. É certo que ambas as noções serão tratadas nesta etapa do trabalho com alguma luminosidade decorrente de uma perspectiva mais contemporânea, especialmente promovida a partir dos questionamentos gerados pela relação viva entre a teoria e a prática clínica, bem como pelo contato com pressupostos distintos sobre os tópicos em questão.

No início de seu artigo, Lacan traz uma apresentação em torno dos efeitos provocados no bebê pela conquista obtida a partir da relação com o espelho, acessíveis pela observação e análise dos comportamentos infantis que passam a ser manifestados. Disso decorre a suposição de que, apesar de sua imaturidade física e cognitiva, já exista certa montagem rudimentar suficientemente capaz de tornar o bebê apto a representar simbolicamente o meio que lhe cerca,

“ou seja, com seu próprio corpo e com as pessoas, e também com os objetos que se encontram junto a ela (criança)” (Lacan, 1949/1998, p. 97). Tal processo, conforme exposto em 1949, aconteceria dentro de um período que se estende do sexto ao décimo oitavo mês de vida do bebê. Porém, a partir da leitura da obra de Lacan que apresentaremos adiante, importantes transformações na concepção inicial podem ser identificadas, o que dá à experiência constricta a uma fase específica do desenvolvimento a função, mais ampla, de uma matriz constitutiva da subjetividade. Neste sentido, é bonita a proposta do autor de relacionar o estágio do espelho com uma aventura original por intermédio da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência em que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo, uma dimensão essencial do humano e estrutural para toda a sua vida de fantasia – e a respeito da qual podemos supor que a própria designação de “fase” ou “estádio” já sugeriria alguma articulação à dinâmica das relações mais ampliada.

A questão que se coloca a seguir está apontada para a especificidade conceitual sobre o corpo e sua função. Nesse sentido, a análise encaminha-se para o sistema de referências teóricas sobre a noção de corpo conforme proposta por Lacan, visando, entre outros aspectos, a diferenciar o corpo do organismo, e ressaltando os elementos em sua tese quanto ao discurso psicanalítico ser irreduzível ao biológico. Assim, dentre as principais concepções sobre a experiência do espelho, a noção de corpo despedaçado é central por delinear o que seria o conjunto corporal da fase pré-especular, na qual o corpo do bebê, pela falta total de coordenação, lhe oferece a experiência de membros desarticulados e órgãos dispersos no espaço – *corps morcelé*⁷. Portanto, abre-se para a criança uma alternativa frente à angústia de despedaçamento

⁷ Na base da denominação do corpo fragmentado está um sistema corporal que se mostra acessível “regularmente nos sonhos, quando o movimento da análise toca num certo nível de desintegração agressiva do indivíduo” (1949/1998, p. 100), e “tangível no próprio plano orgânico, nas linhas de

pela identificação que estabelece com esta imagem especular, lhe antecipando um domínio sobre o que ainda se encontra inacabado e permitindo a conquista, de forma imaginária, do controle sobre o próprio conjunto corporal.

Dessa maneira, além de especificar um momento original a partir da imagem corporal que “dá ao sujeito a primeira forma que lhe permite situar o que é e o que não é do eu” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 96), concluímos que este anúncio recai sobre o desenvolvimento do bebê como um *ponto de ancoragem*. A leitura sobre o estágio do espelho também deve considerar sua importância para a continuidade do processo de maturação fisiológica do indivíduo, que o permitirá “num dado momento de sua história, integrar efetivamente suas funções motoras, e ascender a um domínio real do seu corpo” (Lacan, 1953-1954/1986, p. 96). Portanto, espera-se que a incidência da marca especular reverbere no processo de constituição da subjetividade a favor de uma integração das funções corporais do bebê, considerando, sobretudo, que a oferta da imagem à criança constitui-se por um processo circunscrito à perspectiva ilusória e alienante, constituída externamente e por informações que não correspondem à unidade subjetiva real do bebê.

Além de apontar a relação entre os processos transcorridos nessa fase com a constituição do nó imaginário para o homem, Lacan aborda a necessidade de contar com a presença do outro para a possibilidade da metamorfose das relações estabelecidas pelo sujeito, em especial quando inclui em sua teoria o reconhecimento de que a imagem com a qual o bebê se identifica não é um efeito puramente dado pelo reflexo da criança no espelho, mas produzida na mediação realizada pela presença do outro. Dessa maneira, a alternativa para aplacar o estado de angústia de despedaçamento necessariamente passa por uma dimensão primordial marcada pela alienação e fragilização que definem a anatomia fantasística, manifesta nos sintomas de esquizo ou de espasmo da histeria” (1949/1998, p. 101).

pela relação com o outro, uma vez que a origem da capacidade de dizer “eu sou” decorre de uma tolerância fundamental à submissão dos conteúdos oferecidos pela imagem especular e por sua origem situada no exterior ao *infans*.

No entanto, ao contextualizar o conjunto da obra lacaniana, na qual há um amplo destaque ao campo social, o artigo sobre o estágio do espelho de 1949 causa certo estranhamento pela escassa análise do campo social, que permaneceu como pano de fundo enquanto a maior parte da atenção recaía sobre a prematuridade humana após o nascimento e suas consequências para o psiquismo. Essa falta de dedicação em estabelecer uma conexão mais explícita entre as experiências primordiais e o social nesse momento também está articulada à concepção mais difundida de Lacan sobre o que é o bebê nos primeiros meses de vida. Para este teórico, o *infans* nas fases mais iniciais da vida encontra-se apartado de qualquer experiência social devido à condição rudimentar que a insuficiência fisiológica e motora ao nascer lhe impõe. Contudo, se pode encontrar, em razão do amadurecimento de sua teoria, a inclusão de alguns desdobramentos acerca das apreensões possíveis do bebê sobre o ambiente a partir da experiência de dependência para com os cuidados sociais.

Assim, a porção dos conceitos mais próximos da temática relacional contidos no artigo de 1949 parece ter sido pouco valorizada pelos leitores dos conceitos lacanianos em favor da concepção do espelho enquanto o objeto reflexivo em si, mesmo tendo havido, por parte do autor, uma extensa releitura de suas formulações nos anos seguintes. Em 1953, no Seminário I (1953-1954), Lacan resgata o tema com diferenças significativas e a essa retomada deu o nome de “Estádio do espelho corrigido”, especialmente distinto por elevar a importância do campo

simbólico no acesso à imagem especular através da apresentação do esquema ótico⁸. Nessa elaboração, a diferença corresponde ao entendimento da “separação entre apreensão de uma imagem pelo aparelho perceptual – o que corresponde à visão pura e simples – e a imagem que será assumida como própria – na qual se funda, propriamente, o olhar” (Fernandes, 2000, p. 106). Avança-se, portanto, em direção à ideia da necessária presença do outro, o que já impõe uma distinção significativa em relação ao primeiro ‘estádio do espelho’. A partir da explicitação de que é preciso haver uma triangulação por meio da inclusão da figura que encarna o Outro no campo visual para o acesso à imagem, Lacan se afasta completamente de qualquer suposição quanto a um efeito automático em razão da simples presença do objeto-espelho e de condições maturacionais do bebê. É preciso, portanto, que o *olho* do outro, enquanto função simbólica que nomeia e atribui lugar nas relações de parentesco, esteja corretamente posicionado para possibilitar ao bebê ver-se e experimentar-se.

Cabe destacar que as mudanças apresentadas em 1953 estão sob forte influência da tópica dos três registros (RSI) – Real, Simbólico e Imaginário – proposta por Lacan enquanto conjunto terminológico suficientemente capaz de abordar a questão fundamental da constituição da realidade. Esta tríade é pensada na forma de três registros que não podem ser analisados separadamente, constituindo, assim, um nó borromeano pela ideia de todas as partes se desfazerem quando uma das partes se desfizer. A propósito deste trabalho, os registros podem ser concebidos da seguinte maneira: o Imaginário enquanto lugar das identificações e relações duais, caracterizando fenômenos de desconhecimento, amor e agressividade; o Simbólico como efeito da entrada no campo da linguagem, assumindo a função de mediar a relação entre o desejo e a lei e a falta, de onde se retira a noção de Outro enquanto tesouro dos significantes; e, por fim,

⁸ A primeira versão do esquema ótico que inspirou Lacan corresponde à reprodução da experiência física “experimento do buquê invertido”, retirada da obra de H. Bouasse e acessível em os *Escritos* (p. 660 e 661, 1998).

o Real como a ordem daquilo que é impossível de ser significado e que não cessa de não se inscrever, sendo a morte sua maior expressão (Fernandes, 2000).

Encontraremos, mais adiante, nas elaborações lacanianas, modificações sobre o esquema ótico decisivas para o estágio do espelho e o papel do Outro primordial, acessíveis no texto *Observação sobre o informe de Daniel Lagache* (Lacan, 1960/1998d). Neste trabalho, são introduzidos novos elementos que ampliam a perspectiva sobre a fase do espelho enquanto “‘estrutura ontológica do mundo humano’, uma ‘matriz simbólica’ constitutiva do ‘eu’, e (definindo) o ‘eu ideal’ como uma ‘forma’, espécie de estrutura a servir de crivo para a vida psíquica posterior do sujeito” (Sales, 2005, p. 116). Percorrendo a trajetória de Lacan, podemos reconhecer que, enquanto ele desenvolvia o conceito do estágio do espelho, mais seu valor histórico cedia lugar ao valor estrutural, resultando na afirmação retirada de seu seminário *A relação de objeto*: “o estágio do espelho está bem longe de apenas conotar um fenômeno que se apresenta no desenvolvimento da criança. *Ele ilustra o caráter de conflito da relação dual*” (Lacan 1956-1957/1995, p. 15, grifo nosso). Assim, o destino da fase do espelho não aparecia como sendo o da superação, mas um processo inesgotável de constituição subjetiva, em que:

O funcionamento desse modelo, de um lado, abarca a função de desconhecimento que nossa concepção do estágio do espelho instaura como princípio da formação do Eu. Ele permite enunciá-la de uma forma que se pode dizer *generalizada, ligando melhor à estrutura os efeitos de assunção da imagem especular*, tais como supusemos poder interpretá-los no momento jubilatório em que ela é eletivamente observada, do 6º ao 18º mês, baseando-os numa prematura percepção inscrita numa discordância do desenvolvimento neurológico” (Lacan, 1960/1998d, p. 682, grifo nosso)

É possível colher, no trecho destacado, mais indicações sobre a ampliação da proposta contida na fase do espelho. O que leva a um encaminhamento para refletir sobre a atividade da criança frente ao espelho para além de sua dinâmica libidinal constricta a determinado período, passando, então, a configurar um momento original necessariamente composto por uma relação com o outro e pelo qual a imagem corporal permite à criança se reconhecer num formato de corpo próprio, diferente do ambiente externo. Daqui se desdobram conclusões a respeito de a *fase do espelho* promover matrizes da alteridade, uma vez que, por meio da dinâmica especular, se constrói uma marca ativa no indivíduo, a saber, a separação entre o eu e o outro. Antes de passar ao tema da separação entre o eu e outro propriamente dito, cabe apresentar a situação que permitirá a introdução do corte na dinâmica mãe-bebê, incluindo-o como desdobramento do primeiro tempo da vida do bebê, quando a mãe “o toma como pedaço dela mesma” (Cullere-Crespin, 2004, p.28), de modo a estabelecer com *aquele corpinho* um laço transitório de atribuição de conteúdos psíquicos e sustentação de seu lugar como o Outro primordial. Assim, temos um começo marcado por uma mãe que, impelida por seu desejo, antecipa a dimensão subjetiva de seu bebê ao reconhecer nele uma série de conteúdos (tal como frio, alegria, carência, contentamento, fome, dor, entre outros). A função materna, portanto, corresponde ao processo em que a mãe desenha “com seu olhar, seu gesto, com as palavras, o mapa libidinal que recobrirá o corpo do bebê, cuja carne sumirá para sempre sob a rede que ela lhe tecer” (Kupfer, 2000). Desenrola-se em razão de um estado psíquico chamado de *onipotência originária da mãe*, que lhe permite *saber exatamente* o que o filho necessita.

Já a noção de separação entre o eu e o outro corresponde ao prisma paterno no laço primordial, maciçamente identificado, nesse momento, com o que se passa entre a mãe e o bebê. A separação operada pelo pai é eminentemente simbólica, age como instância reguladora da

onipotência primordial da mãe, na medida em que interdita simbolicamente o gozo materno e promove um corte na relação que introduz a dimensão de alteridade para o bebê (Cullere-Crespin, 2004). Para que essa separação ocorra, é preciso que um pai simbólico esteja atravessado na estrutura da mulher-mãe, pois, somente assim, ela poderá deslocar seu olhar para além do seu bebê e permitir que uma falta se apresente, autorizando este pai a exercer, enquanto pai real, um pai simbólico inscrito no desejo materno. Assim, as funções materna e paterna correspondem a diferentes configurações de contato entre o bebê e o Outro da relação. E pressupõe-se que, para que o laço envolva tais qualidades, seja preciso uma articulação dialética entre elas, favorecendo, com isso, o psiquismo do bebê. Pode parecer pouco provável não relacionar a função materna à figura da mãe e a função paterna ao pai, já que, a exemplo do real biológico, ambos parecem ser os responsáveis naturais por cada uma das operações. É certo que, por vezes, a dialética seja esta, e, por essa razão, no tratamento teórico, nos utilizamos destas figuras atreladas às funções - no entanto, é preciso ressaltar que esta não é a única situação esperada ou idealizada, sendo mais importante que as operações entrem em marcha, não importando quem as pilote.

No segundo modelo do esquema ótico, o processo constitutivo é organizado numa série de momentos estruturais, nos quais se recolhem mudanças na função do Outro primordial no sentido de ajustar-se conforme as exigências do bebê e onde se incluem mais elementos quanto à perspectiva do *infans*. Partindo da vivência de captura do eu ideal, ou seja, o primeiro momento nomeado de *operação de alienação* (Lacan, 1964/1985), quando o único recurso apaziguador das urgências vitais e da tensão fisiológica do bebê advém da expressão do grito – expressão do *infans* que ainda não constitui demanda. É nesse ponto que surge na teoria lacaniana a importância da presença de uma figura mobilizada pelo desejo, antecipando uma subjetividade

no bebê que ainda não se encontra lá e que, por seu investimento, tornará possível a instauração do desejo na criança. É nesse circuito que relembramos a cena da mãe tratada há pouco, em que, diante dos gritos do bebê e da gama de necessidades, ela não escuta apenas uma descarga ruidosa, mas um chamado ao qual responderá. No momento seguinte, a criança perderá a ideia onipotente de controle e domínio do outro ao se dar conta de que ele lhe escapa. Algo naquela dinâmica de alienação cai e impõe a ocorrência da ligação entre o *eu* e as situações sociais. Como advento dessa operação, instaura-se uma divisão psíquica irreversível no sujeito frente à repetição do desaparecimento da mãe, de forma que os significantes que acompanham esse processo produzem as marcas subjetivas que consagram o sujeito enquanto representante do desejo, referente à segunda operação de realização do sujeito e constituinte do ideal de eu para o indivíduo: *operação psíquica de separação* entre a criança e a mãe.⁹

Antes de finalizar, cabe ressaltar que a proposta de chamar esta etapa do estudo de “Convite para um tipo de olhar” tem como objetivo, principalmente, levar à reflexão sobre o *olhar* e a esse *espaço de reciprocidade* que o estádio do espelho oferta, no qual se espera que o percurso proposto tenha possibilitado identificar, na perspectiva de Lacan, a dependência da presença do outro para a constituição subjetiva. Para enlaçar as ideias trabalhadas com a noção de desejo como elemento articulador do processo constitutivo da subjetividade, apresentamos uma importante passagem retirada do seminário dedicado ao estudo das psicoses (Lacan, 1955-1956):

⁹ Junto a essas concepções podemos traçar brevemente contato com a noção freudiana de *eu ideal*, em que se tem a ilusão de ocupar o lugar do desejo da mãe supondo uma existência que a completaria. Seu maior valor corresponde à experiência de um *eu* por meio da dinâmica ficcional e constituindo mais adiante o substrato das identificações secundárias e representativas da alteridade, relativas ao *ideal de eu*.

É que o eu humano é o outro, e que no começo o sujeito está mais próximo da forma do outro do que do surgimento de sua própria tendência. Ele é originariamente coleção incoerente de desejos – aí está o verdadeiro sentido da expressão corpo espedaçado – e a primeira síntese do ego é essencialmente alter ego, ela é alienada. O sujeito humano desejante se constitui **em torno de um centro que é o outro** na medida em que ele lhe dá a sua unidade, e o primeiro acesso que ele tem do objeto, é o objeto enquanto objeto do desejo do outro. (p. 50)

A impossibilidade de o próprio indivíduo apaziguar suas urgências existenciais e constituir uma ordem de forma autônoma exige que ele espere uma ordenação externamente concebida, *em torno de um centro que é o outro*, e impõe ao bebê encontrar sentido no desejo do Outro. O ponto de sustentação do encontro que promove o bebê ao estatuto de sujeito falante, *sujeito do inconsciente*¹⁰, revela-se assim na perspectiva de descentramento, quando o que ocorre não é a oferta de *uma* resposta ao dilema “quem sou eu?”, pois, antes de tudo, o mais importante para o bebê no início “é ser reconhecido pelo outro” (Lacan, 1953/1998c, p. 269). Espera-se que, uma vez exploradas as iminentes relações entre o olhar, o espelho e a falta – enquanto existência fundamentada pela não-totalidade e dependência do outro – o entendimento sobre o fluxo desejante segundo o prisma do *desejo de desejo* tenha sido atingido, em especial à função do signo como cadeia incessante de representações de algo para alguém.

¹⁰ Podemos reconhecer na ideia de sujeito falante desdobramentos da noção do “inconsciente estruturado como uma linguagem” e uma maneira de fazer referência aos processos que necessitam ocorrer para os humanos, uma vez que somos desprovidos de uma cadeia comportamental previamente registrada. Citando Cullere-Crespin (2004, p. 20): “o fato de podermos recorrer a um sistema significante para nos orientar no real, e que ao mesmo tempo regula nossas relações com o outro, é que faz os psicanalistas dizerem que os humanos são seres de linguagem, presos na linguagem”.

2.3. O Outro Primordial - O cuidador na relação especular

A partir dos caminhos percorridos nos tópicos anteriores, reunimos proposições sobre a constituição do sujeito pensada a partir da confusão imaginária com o Outro materno primordial, caracterizando, assim, a experiência de relação especular. Em seguida, buscou-se reunir contornos mais específicos quanto às variações que compõem este conjunto, ora apresentando o outro como espelho, ora como mediador junto ao objeto propriamente dito. Seja como for, a presença do outro é posta em evidência e responde a uma série de funções ao realizar para o bebê aquilo que ainda não pode executar sozinho, dada a sua imaturidade orgânica nos primeiros meses de vida.

Destaca-se desse contexto o justo ponto em que “a maturação precoce da percepção visual adquire seu valor de antecipação funcional” (Lacan, 1946/1998, p. 187), na medida em que a identificação com a imagem especular permite ao bebê escapar da angústia do corpo despedaçado e ascender à unidade corporal diferenciada do corpo da mãe e do ambiente. Ainda como parte do conjunto de funções constitutivas e próprias da relação especular, acrescentou-se a disponibilidade de o outro se oferecer como tesouro dos significantes e efetuar a transmissão de uma forma específica de lidar com a falta ao também se apresentar como ser um incompleto, não-todo (na designação lacaniana, *sujeito barrado*), e protagonizar a incidência de uma marca de separação entre o eu e o outro que incessantemente reverberará ao longo da vida do indivíduo, numa “espécie de cicatriz, absolutamente indelével, sob a forma que chamamos de amor” (Cullere-Crespin, 2004, p.18). Nesse sentido, as concepções apresentadas apontam para uma condição irrevogável relativa às possibilidades de o cuidador investir libidinalmente naquele organismo, e de forma jubilatória, supondo ali um sujeito que deseja. Para que a proposta de conceituar algo permeando insistentemente o Outro materno em todas essas funções não fique

restrita ao pressuposto da atividade libidinal, Lacan nos conduz à *noção de suposição de sujeito* em referência a antecipação com a qual a mãe contorna as manifestações do bebê, por exemplo, quando ele chora e ela *sabe* que é porque sente frio¹¹.

No encadeamento proposto para esta etapa do trabalho, especialmente dedicada à análise do Outro primordial, segundo Lacan, há uma primeira questão a ser enfrentada quanto ao que evoca o maciço investimento da libido do Outro na criança, no que o olhar ganha status de representar todo o circuito de cuidados maternos. Nesse ponto, uma possível entrada surge da concepção de existência de uma criança anterior ao seu nascimento, uma vez que o bebê é imaginado, e por vezes falado, como membro de uma rede suficientemente ampla para já lhe dar nome, sobrenome e história antes de chegar efetivamente ao mundo. Nas palavras de Lacan: “sua existência já é sustentada, inocente ou culpada, antes que ela venha ao mundo, e o tênue fio de sua verdade não pode fazer com que ela já não costure um tecido de mentira” (1960/1998d, p.659). Assumimos haver, com isso, a presença de ideais preexistentes ao nascimento, nos quais a imagem especular oferecida ao bebê será inspirada, revelando profundas repercussões de uma “coisa que temos experiência segura, o desejo dos pais” (Lacan, 1960/1998d, p.660), compondo a noção de amor parental e reconhecimento da *Vossa Majestade o bebê* (Freud, 1914/2006b) pelo adulto.

Em relação à concepção de amor, cabe colocar sucintamente algumas contribuições de Lacan, apontando elementos de interesse para a análise a seguir, especialmente pela distinção entre o amor enquanto paixão imaginária e o amor da face simbólica. Seguindo uma estrutura semelhante a do significante, o amor simbólico corresponde a um modo mais elaborado de

¹¹ É possível dizer que na leitura realizada por Winnicott sobre o “estágio do espelho lacaniano”, ele não só supera radicalmente a noção da fase do espelho enquanto circunscrita a um breve período da vida do indivíduo, como amplia a análise deste modelo na perspectiva da função ambiental na constituição subjetiva. A partir das concepções teóricas presentes no Capítulo 3, esta articulação poderá ser melhor analisada.

relação e também fundamentado pela incidência de uma falta, operando insistentemente a oferta precária de uma forma de enfrentar o real de sermos incompletos. No caso da situação amorosa mais próxima à perspectiva imaginária, encontramos o sujeito que ama para ser amado, de forma que sua busca pelo outro se orienta por raízes narcísicas e pela suposição de haver ali naquele objeto a complementaridade almejada, tal qual já indicava Freud (1914/2006a). Nessa condição, o olhar amoroso se transforma em júbilo e funciona como veículo de um jogo narcísico caracterizado pela oferta simbólica daquilo que não se tem e que, por isso, se deseja. Vale destacar que para o advento do sujeito nas fases primordiais, o amor necessita operar em bases imaginárias, sustentando toda uma relação na qual os cuidados do outro materno estão apoiados na suposição de ser o bebê a porção que lhe falta e que, por isso, sabe de suas necessidades.

Nessa sequência, é preciso dirigir nossa atenção à perspectiva do bebê em relação a seu cuidador, uma vez que estamos tratando de uma relação extremamente intrincada, na qual se estabelece, na verdade, um jogo de espelhamentos. Para tanto, a consideração sobre o bebê se colocar como receptor dos atributos maternos e lhe dirigir um pedido de reconhecimento daquilo que está lhe sendo imposto, nos permite concluir que sua participação nesse processo é ativa. Desta maneira, o que torna a imagem especular visível ao *infans* está em consonância com a perspectiva de sua demanda original, operando um investimento que atribui ao olhar do Outro também um lugar de testemunho e confirmação daquilo que se está recebendo. O movimento desta situação poderia ser resumido da seguinte forma: uma imagem é produzida pelo cuidador e ofertada à criança; esta, por sua vez, recolhe esta imagem e retorna ao outro agora para solicitar um reconhecimento, enfim, é somente quando o outro presta o seu testemunho que o bebê pode reconhecer-se nesta imagem que lhe foi dada e autorizada externamente. Na passagem de Lacan, abaixo, encontraremos importantes coordenadas nesse mapeamento do lugar do Outro

primordial, incluindo indicações que se aproximam da perspectiva do bebê conforme exposto há pouco:

no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo ela já estava (Lacan, 1960/1998d, p. 685)

É bom lembrar que, na teoria lacaniana, os aspectos organizadores da relação especular tratam de um bebê com no mínimo seis meses, o qual se nomeou anteriormente como “bebê velho”, e trazem um entendimento específico sobre as demonstrações mais rudimentares da constituição, bem como a forma possível de constituir uma demanda original que sustenta a capacidade de participar da dinâmica de espelhamentos de outra maneira. No entanto, ao se orientar pela clínica com crianças e quadros psicopatológicos graves, é possível reunir elementos que apontam para a não naturalização dos processos mais primitivos no homem, em especial por meio da recusa ativa demonstrada por alguns pacientes diante da submissão que o processo de alienação impõe, situação em que o diagnóstico mais comum que poderão vir a receber é o de autismo. A partir, então, da dinâmica em que o sujeito se acomoda ao olhar, tornando-se esse olhar, pode-se pensar haver esboços teóricos – “*da assunção jubilatória em que por certo ela já estava*” – sobre uma fase anterior que constitui o bebê a certo ponto do seu desenvolvimento que o torna apto a “simbolizar com tanta felicidade seu próprio traço evanescente e puntiforme na ilusão da consciência de ver-se vendo-se, em que o olhar elide” (Lacan, 1964/1985, p. 83). É seguindo esse encadeamento que teceremos, a seguir, considerações quanto à *dependência de ser*

visto em relação aos movimentos intersubjetivos presentes nas relações e nos processos de identificação.

Por meio do entendimento sobre a estruturação do mundo objetivo humano apoiado em imagens, Lacan recorreu às proposições dos três registros – Real, Simbólico e Imaginário (RSI) – e acrescentou algumas concepções fornecidas pela ótica, em que a dinâmica tanto de imagens reais como virtuais lança luz para um mundo subjetivamente concebido. Acompanhamos, a seguir, a dialética dessas duas dimensões:

Por um lado existe em ótica uma série de fenômenos de que se pode dizer que são inteiramente reais, porque também é a experiência que nos guia nessa matéria, mas em que, entretanto, a todo instante, a subjetividade está engajada (Lacan, 1953-1954/1986, p. 93)

Direcionando, então, esta reflexão para os elementos objetivamente e subjetivamente percebidos, podemos refinar nossa análise sobre a noção de olhar enquanto algo além do olho e da visão, de modo que o olho seja “apenas a metáfora de algo que melhor chamarei de empuxo daquele que vê – *algo anterior ao olho*” (Lacan, 1964/1985, p. 73, grifo nosso). O destaque atribuído à ideia de *algo anterior ao olho* ocorre por sua contribuição ao encadeamento que vem sendo proposto, colocando em evidência o ponto de enodamento entre o olhar e o lugar da falta como base do que desencadeará no cuidador do bebê a função de Outro. O laço com o *infans*, portanto, estrutura-se por meio daquilo que pode ecoar no desejo da mãe ao se alojar no ponto de sua falta, proporcionando-lhe uma existência ilusória de completude e onipotência – exigindo,

por sua vez, um bebê que suporte esta experiência de encarnar o falo materno¹² e com isso alcançar o status de sujeito.

Para concluir, após este percurso sobre as concepções lacanianas, cabe dizer que o contato com a teoria de Lacan exige um permanente esforço em sustentar o trabalho com seus conceitos e noções de forma inter-relacionada, sendo um difícil exercício resistir à tendência de não maximizar a importância de uma noção em detrimento da outra, tal como se costuma encontrar em trabalhos sobre os três registros ou mesmo sobre o estágio do espelho. Nesse último caso, o mais comum é dedicar pouca relevância à participação do bebê, a não ser enquanto corpo receptor dos ideais parentais, sendo que tais colocações contribuem para suscitar análises tendenciosas quanto à fantasmática materna e favorecem a realização de leituras reducionistas que culpam o cuidador quanto ao eventual fracasso no encontro primordial. Cabe reconhecer que alguns trabalhos de comentadores da obra de Lacan (Mannoni, 1977; 1987; Dolto, 1972; 1985; Laznik, 1989; Kupfer, 2004; 2010) incluem diferenças significativas a respeito do *infans* na relação especular, possivelmente originárias das análises da clínica com bebês e interpretações promovidas pelo diálogo das concepções lacanianas junto a abordagens teóricas distintas (educação, neurociências, pediatria, fonoaudiologia, entre outras).

¹² Para a perspectiva laciana o falo opera intensamente no registro imaginário e corresponde ao significante que remete à falta, repleto de ilusões de completude.

3. O OLHAR DE WINNICOTT PARA A O ESPELHO

“Tudo o que não invento é falso”

Manoel de Barros (2010, p. 345)

3.1 Primeiros olhares para a teoria winnicottiana

A frase na abertura deste capítulo, dedicado às noções teóricas de Donald Woods Winnicott, representa a intenção de chegar ao final desta etapa do trabalho podendo ler nas palavras de Manoel de Barros o efeito dos *cuidados da mãe suficientemente boa* e o papel central da ilusão em todas as etapas da vida. Para isso, partiremos do pressuposto de que além de a figura materna estar ocupada em garantir algumas condições para a sobrevivência e desenvolvimento do filho, ela é também um agente fundamental para a aquisição da capacidade criativa pelo bebê. É entendida como aquilo que atribui o “colorido de toda uma atitude com relação à realidade externa” (Winnicott, 1975, pg. 95). Na exposição do conjunto de ideias inovadoras e fortemente apoiadas na clínica com crianças desse autor, será possível reconhecer suas contribuições e as razões que o levaram a ser considerado um dos principais teóricos sobre a dupla mãe-bebê, bem como sua discussão em torno da constituição subjetiva.

Já no seu primeiro livro, *Notas clínicas sobre os distúrbios da infância* publicado em 1931, encontramos um jovem pediatra com grande interesse pela psicanálise, buscando estabelecer pontos de encontro entre as queixas orgânicas e a dimensão psíquica. O contato com a psicanálise inicia-se a partir de sua análise com James Strachey, no ano de 1924, e com o princípio de sua formação psicanalítica, em 1927, na Sociedade Britânica de Psicanálise. Winnicott foi o primeiro homem a ser reconhecido como psicanalista infantil e, dado o seu

interesse pela articulação da psicanálise com a clínica pediátrica, iniciou uma aproximação das formulações de Melanie Klein. Sabe-se que o início de sua obra é fortemente influenciado pelas noções de Freud – em especial quanto às considerações acerca da relação entre vicissitudes da infância e as condutas na vida adulta – e de Klein, principalmente pelo vasto material que colocou à disposição sobre os terrores e ansiedades que assolam a mente do neonatal (Kahr, 2002). No entanto, o amadurecimento promovido por seu percurso teórico e clínico trouxe à tona também sua originalidade conceitual e analítica, que lhe permitiu, entre outras ideias, formular a teoria dos objetos e fenômenos transicionais.

Não faz qualquer sentido para a teoria winnicottiana pensar em distinções como área interna e área externa do ser humano, sendo uma obra fortemente constituída em torno da noção de transicionalidade. Decorre desse posicionamento uma parte significativa do reconhecimento que recebe no corpo psicanalítico, tanto em razão das contribuições para a técnica analítica e uma clínica mais sensível, como para os trabalhos que apresentam ideias sobre uma área intermediária entre realidade e fantasia, verdade e ilusão, conhecimento e desconhecimento – dos quais, possivelmente, o de maior destaque seja o livro *O Brincar e a Realidade* (1975). Enquanto teórico da transicionalidade (Kahr, 2002), Winnicott desenvolve sua compreensão sobre a concepção de uma área intermediária como um espaço de encontros e desencontros entre ambas as dimensões envolvidas, não pertencendo nem a uma nem a outra, mas, justamente, no ponto de tensão que se estabelece pela ocorrência de uma presença compartilhada. Podemos acompanhar, nas palavras do próprio autor, a apresentação do seu olhar para a noção da terceira área:

Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na

perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (Winnicott, 1953/1975, p. 15).

É preciso considerar que a concepção sobre a terceira área perpassa toda a teoria winnicottiana, não se apresentando, somente, enquanto conceito explicitamente teorizado, uma vez que essa orientação cria um modelo de pensamento específico sobre o homem e seus fenômenos. A proposta a seguir é nos aproximar das concepções com as quais Winnicott articula sua leitura sobre as relações e uso de objeto, de onde se ramificam ideias como o *espaço potencial*, o valor da *experiência cultural* e do *viver criativo*. Para percorrer esse trajeto, uma boa direção parece ser oferecida nas formulações sobre os fenômenos e objetos transicionais, nas quais se poderá reconhecer um trabalho teórico sustentado por uma estrutura paradoxal que une e separa ao mesmo tempo. Em seu texto *Objetos transicionais e Fenômenos transicionais*, publicado, em 1953, no *International Journal of Psycho-Analysis* (Winnicott, 1975), Winnicott apresenta sua hipótese original sobre a existência de uma *área intermediária de experimentação*, apoiando sua análise em dois conjuntos de fenômenos: as primeiras atividades do bebê recém-nascido ao colocar seus dedos e punho na boca, e sua ligação posterior “a um ursinho, uma boneca ou brinquedo macio, ou a um brinquedo duro” (Winnicott, 1953/1975, p. 14).

De acordo com Winnicott, as concepções mais usuais para descrever os seres humanos, baseadas nos enunciados sobre os relacionamentos interpessoais ou na ideia de uma realidade interna própria, não são suficientes na medida em que excluem uma área concebida tanto pela realidade interna como pela vida externa. Diante disso, o autor procura destacar que algo muito importante está em andamento nas primeiras manipulações do recém-nascido, relativas às experiências de primeira posse e, a partir das quais, reivindica a função da *experiência ilusória* enquanto “raiz natural do agrupamento entre os seres humanos” (Winnicott, 1953/1975,

p. 15). Expressa não ser de seu interesse especificar as características do primeiro objeto das relações objetais, dado ser mais importante acessar aquilo que possibilita ao bebê usufruir do contato com o ambiente do que sua concretude real, para que, ao crescer, lhe seja permitido dizer sobre o sentido da palavra “real” o seguinte:

Eu sei que não há nenhum contato direto entre a realidade externa e eu mesmo, há apenas uma ilusão de contato, um fenômeno intermediário que funciona muito bem para mim quando não estou muito cansado. A mim não importa nem um pouco se aí existe ou não um problema filosófico (Winnicott, 1990f, p. 135).

Nessa sequência, se acompanha o valor atribuído à *ilusão* enquanto aquilo que constantemente faz a mediação entre as realidades interna e externa, colocando o ser humano, desde o seu nascimento, diante do conflito entre o que é *objetivamente percebido* e aquilo que é *subjetivamente concebido*. A possibilidade criativa encontra-se intimamente relacionada às experiências primordiais, a marca causada pela vivência de um controle mágico jamais deixa de se inscrever enquanto o indivíduo viver, tal qual nos desdobramentos do brincar e da localização da experiência cultural da vida adulta. Na teoria de Winnicott, o lugar privilegiado ocupado pela noção de ilusão abarca o fenômeno que torna possível atribuir algum sentido à realidade e àquilo que organiza os pilares da realidade subjetiva. Nesse sentido, a existência do indivíduo se relaciona diretamente à capacidade de integrar as experiências no campo da ilusão. É preciso marcar, nessa etapa, a construção do autor para trabalhar com as noções de objeto *objetivamente percebido* e objeto *subjetivamente concebido*, sobre as quais reuniremos mais elementos quanto ao papel fundamental do cuidador.

O *objeto subjetivamente concebido* está predominantemente relacionado aos primeiros momentos da experiência de *dependência absoluta*, durante os quais, pelo mecanismo de *apercepção*, o bebê encontra o objeto que atende à sua necessidade de controle da tensão instintual. Nessa configuração, o mais importante está relacionado à possibilidade de a mãe permitir ao bebê encontrar o objeto enquanto sua criação. Ele precisa experimentar a crença de que existe algo no ambiente que corresponda exatamente à satisfação de que necessita, mesmo que, na realidade, saibamos se tratar “apenas” de um seio, um ursinho de pelúcia ou a ponta de um cobertor. Podemos considerar como exemplo desse momento a experiência da primeira mamada, em que o bebê está pronto para criar e encontra o seio no ponto exato de sua ilusão. Quanto a isso, sabe-se que, nesse conjunto, a situação foi assegurada por sua mãe, atenta e sensível às necessidades dele, sem antecipar a presença do objeto antes de ele passar pela ilusão de controle. Num segundo momento, a relação com um *objeto objetivamente percebido* revela uma dinâmica resultante do reconhecimento da diferença entre *eu* e *não-eu*, sendo a *percepção* uma marca do reconhecimento de limites no controle mágico experimentado anteriormente. Aqui, se localiza o próximo objeto que o bebê pode possuir, dado, por exemplo, por uma tia, e a partir do qual ele reconhecerá “sua dependência da boa vontade das pessoas existentes no mundo externo” (Winnicott, 1990f, p. 127). Neste sentido, reconhece-se um *eu* e um *não-eu* com responsabilidades por experiências instintivas e conteúdos internos independentes, que permitirão atribuir sentido a algo que ocorre entre as pessoas.

Na dinâmica marcada por uma relação de dependência absoluta no momento inicial da vida, a dupla mãe-bebê revela a sofisticada identificação da figura materna pelo recém-nascido, exigindo da mãe uma adaptação muito sensível, na qual, dentre os aspectos mais valorizados, está a capacidade de permitir e legitimar para o bebê que o objeto apresentado por ela possa ser

experimentado por ele como criação sua. Nesse momento, não se pode distinguir o bebê a menos que se inclua também o ambiente que o segura, pois a mãe suficientemente boa estará ali sustentando que a onipotência da criança seja vivida e correspondida tantas vezes quanto for necessário. Com isso, o bebê “está experimentando a continuidade da existência, e adquirindo à sua maneira e em seu passo uma realidade psíquica pessoal e o esquema corporal pessoal” (Winnicott, 1960/2007, p. 46). Fica evidente, assim, não se tratar de uma escolha entre a realidade psíquica interna e a realidade externa, pois o que predomina é a qualidade da atitude do observador, suportando uma interação entre ambas sem jamais colocar ao bebê a seguinte questão: “você concebeu isso ou lhe foi apresentado a partir do exterior?” (Winnicott, 1953/1975, p. 28). O mesmo ocorreria ao se propor uma escolha para o dilema: o filho é procriado pelo pai ou gerado pela mãe?

Podemos agora retomar a noção de *objeto e fenômeno transicional*, melhor circunscrita na dinâmica do bebê enquanto primeira possessão revestida do controle mágico e tornada real pela mãe, sendo os “primeiros estádios do uso da ilusão, sem os quais não existe, para o ser humano, significado na ideia de uma relação com um objeto que é por outros percebidos como externo a esse ser” (Winnicott, 1953/1975, p. 26). De acordo com Winnicott, o ser humano traz consigo, ao nascer, um potencial para a integração, o que contribui significativamente para a possibilidade de colocar em marcha seu desenvolvimento e assumir um *self verdadeiro* – sensação real originária do sentimento de possuir uma identidade. No entanto, apesar de haver uma tendência inata ao amadurecimento, isso não é suficiente para garantir que o mesmo vá ocorrer, dependendo, portanto, de um *ambiente facilitador* inicialmente encarnado na mãe, que fornece os cuidados adequados e promove a fluidez do processo constitutivo, o qual permite, por exemplo, a passagem da *apercepção* para a *percepção*. Nesse sentido, é importante destacar que,

além de cuidados suficientemente bons oferecidos à criança, também faz parte dos processos de constituição subjetiva a maneira como o bebê participa e responde aos investimentos do ambiente, uma vez que as condições, potencialidades e dificuldades são diferentes para cada ser humano ao longo de seu desenvolvimento. A ideia de amadurecimento nessa sequência é entendida como o desenvolvimento de uma potencialidade intrínseca, que pode resultar em possíveis desencontros por dificuldades tanto do lado da mãe como do filho.

Na obra de Winnicott há uma radicalização da noção de continuidade e do desenvolvimento como processo, sendo um de seus principais norteadores a concepção do *desenvolvimento emocional* como um modelo lógico de descrição das etapas pelas quais o ser humano passa em sua vida, considerando, necessariamente, que, “na verdade, a criança está o tempo todo em todos os estágios, apesar de que um determinado estágio pode ser considerado dominante” (Winnicott, 1990e, p.52). Assim, apresenta uma forma de compreensão do desenvolvimento emocional do indivíduo sob a forma de estágios sucessivos que vão da dependência absoluta do ambiente para a dependência relativa e tendência à independência. A fase de dependência absoluta corresponde ao período dos seis primeiros meses de vida, no qual a dependência do bebê em relação ao ambiente é total e a mãe experimenta um estado psicológico específico dessa fase, que foi nomeado como *preocupação materna primária* (Winnicott, 2006). Esse estado materno congrega elementos originários de onipotência, de modo que a mãe pode satisfazer as necessidades e falhar conforme a tolerância adaptativa da criança: “afinal de contas, ela também já foi um bebê, e traz com ela lembranças de tê-lo sido; tem igualmente recordações de que alguém cuidou dela, e essas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe” (Winnicott, 1966/2006, p. 4). O bebê nesse estágio experimenta a configuração indiferenciada entre o eu e o não-eu, sem que esta situação de dependência seja,

nesse momento, conscientemente experimentada. A fase de dependência relativa compreende do sexto ao vigésimo quarto mês da criança, período em que se inicia o reconhecimento dos objetos e de certa separação em relação à mãe, sendo este estágio marcado pela ocorrência dos fenômenos e objetos transicionais. Nessa fase, o bebê vivencia estados de integração e não integração, que constituem os primórdios das noções que lhe permitirão seguir com seu amadurecimento, tais como eu, mundo externo e interno. Enfim, a proposta do último estágio enquanto tendência à independência relaciona-se ao princípio de autonomia, apontando que a emancipação total jamais é alcançada em razão de a separação também compor o caráter contínuo do desenvolvimento - sendo esta a condição para a fruição da ação recíproca entre união e separação, que permite ao indivíduo se perceber como parte integrante da história e da cultura. Ao examinar os estágios do desenvolvimento emocional, Winnicott se preocupou em descrever a gradativa aquisição de uma autoconsciência e o reconhecimento de uma dinâmica ambiental, para, enfim, se tornar parte da manutenção e recriação desse ambiente (Winnicott, 1990). O tempo, nessa perspectiva, é concebido sempre no gerúndio, não pressupondo uma finalidade ou um ponto máximo de evolução, de modo que a existência não seja outra coisa que a reunião de condições que permitam ao indivíduo *seguir sendo*. A isto corresponde o processo criativo em si: processo que diferencia, atualiza e segue inventando.

A forma processual pela qual a relação de dependência absoluta pode ser deslocada, passando ao estágio de *dependência relativa* e chegando à *tendência à independência*, ocorre na medida em que mãe e bebê possam suportar essa desadaptação. Para isso, a capacidade de confiar no ambiente é um dos aspectos mais importantes a serem constituídos pela dupla, sendo a partir da confiança que um deposita no outro que os processos de alternância podem ocorrer, possibilitando à mãe incluir outros elementos de interesse além do bebê e oferecer a ele,

gradativamente, elementos do *não-eu*; já na perspectiva do bebê, a capacidade de confiar está também associada à manutenção da experiência da ilusão onipotente, permitindo que as apresentações do ambiente ocorram em sintonia com sua capacidade de tolerância à frustração, lhe permitindo desenvolver recursos para prescindir do cuidado materno. É preciso, no entanto, retomar que a aceitação da realidade nunca se dará de forma plena, levando os seres humanos a experimentar o alívio da tensão entre a realidade interna e externa por meio das experiências da área intermediária (religião, artes, etc.), acessível também no plano do brincar quando se vê uma criança pequena “perdida” em sua brincadeira (Winnicott, 1990).

Outro ponto importante, para Winnicott, refere-se ao papel da agressividade para o desenvolvimento. Sobre o qual a teoria mais ortodoxa – referindo-se prioritariamente a Freud e Klein – tenderia a considerar enquanto manifestação reativa ao encontro com a realidade, ao passo que, para ele, o impulso agressivo se encontra na base da criação da externalidade. É por meio da inscrição de um *não-eu* e da possibilidade de o sujeito destruir o objeto, que o bebê experimentará a ideia de um *eu (self)*, sendo este um dos estágios mais difíceis, no qual a mãe “tem uma função a cumprir sempre que o bebê a morder, arranhar, puxar seus cabelos e chutar, e esta função é sobreviver” (Winnicott, 1968/2006, p. 26). Uma vez que a mãe sobreviva a esses ataques, será possível para o bebê colocá-la num mundo que não é parte dele, “é como se o bebê agora pudesse dizer para sua mãe: ‘Eu a amo por ter sobrevivido à minha tentativa de destruí-la. Em meus *sonhos* e em *minha fantasia* eu a destruo sempre que penso em você, pois a amo’” (Winnicott, 1968/2006, p. 26). Winnicott aponta com isso uma distinção nesse processo relativa às noções de relação de objeto e uso do objeto, de forma que a *relação com o objeto* corresponde a uma ligação de caráter mágico, prevalecendo o controle onipotente de um mundo subjetivamente constituído; enquanto que o *uso do objeto* se aproxima da incidência de uma

externalidade do mundo, criada a partir da experiência de destruição do objeto – ao expulsar o objeto para fora de sua área de controle, o bebê passa pela experiência de sobrevivência do objeto por sua própria condição, podendo reconhecê-lo como externo e separado do seu eu. Segundo Winnicott (1969/1975, p.131), essa destruição será “o pano de fundo inconsciente para o amor a um objeto real, isto é, um objeto situado fora da área de controle onipotente do sujeito”, na medida em que o objeto sobrevive às investidas do sujeito, sendo aí a localização da destrutividade enquanto criadora da dimensão de realidade compartilhada entre objeto usado e o estranho a mim que me constitui. Com isso, os elementos *não-eu* são considerados “a base do símbolo que de início é, *ao mesmo tempo*, espontaneidade e alucinação, *e também*, o objeto externo criado e finalmente catexizado” (Winnicott, 1960b/2007, p. 133, grifo do autor).

É, nesse ponto, que a destruição ganha, na teoria de Winnicott, papel de criação da realidade, tornada imprescindível pela experiência de sobrevivência do objeto, no caso do bebê por parte da mãe, e no do paciente por parte do analista, de modo que a autenticidade do encontro clínico, conforme as palavras de Kupermann (2008), “é determinada pela qualidade da presença sensível do psicanalista, sendo que o analisando não poderá confiar em alguém incapaz de discernir e admitir a sua própria ambivalência e o *ódio na contratransferência*” (p.101). Nesse encadeamento, o uso do termo *destruição* corresponde à perspectiva de colocar em cena a possibilidade da não sobrevivência, ou mesmo de uma mudança significativa da qualidade e de atitude, por parte das investidas agressivas do bebê. Aqui, o autor aponta para o papel do cuidador suficientemente bom, que suportará e sobreviverá às agressões, sendo possível a seguinte construção:

O sujeito diz ao objeto: “Eu te destruí”, e o objeto ali está recebendo a comunicação. Daí por diante, o sujeito diz: “Eu te destruí. Eu te amo. Tua sobrevivência à destruição que te fiz sofrer confere valor à tua existência, para mim. Enquanto estou te amando estou permanentemente te destruindo na fantasia” (inconsciente) (Winnicott, 1969/1975, p. 126).

A partir dos pontos tratados anteriormente, espera-se ter sido possível acompanhar como para Winnicott não basta para o processo de amadurecimento, apenas, que a mãe olhe para o seu filho com o intuito de realizar atividades mecânicas que suprirão suas necessidades. É inevitável, portanto, a existência de um ambiente propício, no qual o autor marca que a passagem entre o reconhecimento do objeto fora da área de controle mágico para o objeto como fenômeno externo seria uma das etapas mais delicadas e exaustivas do desenvolvimento, reverberando futuramente em manifestações sobre as quais os analistas terão de intervir. Antes de seguir com a proposta mais centrada na análise em torno da *noção de outro primordial* que orienta a reflexão sobre as relações de objeto, é preciso uma aproximação mais consistente dos conceitos de espaço potencial, viver criativo e experiência cultural.

A noção de espaço potencial está inserida num contexto que revela o funcionamento dos seres humanos no contato com a realidade externa, no qual a concepção sobre o processo de separação, por exemplo, ocorrido entre a mãe e o bebê, jamais ocorre em sua totalidade, apenas enquanto tendência a independência. Segundo os apontamentos de Winnicott, “poder-se-ia dizer que, com os seres humanos, não pode haver separação, apenas uma ameaça dela, e essa ameaça é máxima ou minimamente traumática, conforme a experiência das primeiras separações” (Winnicott, 1975c, p. 150). Nesse encadeamento, surgem questões sobre o que realmente se separa e o estatuto que a separação pode receber entre o sujeito e objeto, de modo que seja

possível passar do estado de dependência absoluta para a autonomia. Parte da resposta refere-se ao sentimento de confiança que o bebê passa a experimentar a partir da constância da mãe - ele experimenta a segurança de poder se retirar e desafiar a harmonia estabelecida entre eles pela certeza de retornar quando necessário. Disso resultará a ocorrência gradual de um intervalo nessa dinâmica - possível uma vez que ambos permitem que o outro se separe e saia do estado fusionado -, de forma que tal separação ao mesmo tempo lhes manterá unidos pelo compartilhamento dos conteúdos que preencherão o espaço entre eles. Portanto, a esta área hipotética que passa a existir entre a mãe e o bebê, que lhes separa e une ao mesmo tempo, se atribuirá o nome de *espaço potencial*, o lugar de acontecimento do brincar e da experiência cultural.

Ao apontar a necessidade de enfrentar as questões *sobre o que versa a vida* no texto *A Localização da Experiência Cultural* (1967/1975a), Winnicott, mais uma vez, evidencia que o começo não depende somente da satisfação instintual do bebê, reconhecendo nas relações primordiais uma série complexa de experiências fundamentais e definitivamente associadas à possibilidade de o indivíduo tornar a vida digna. Segundo este autor, a concepção de um modo de *viver criativo* corresponde à possibilidade de o indivíduo seguir vivendo em razão de terem sido criadas condições para que ele estabeleça algum sentido entre a realidade interna e externa. Com isso, Winnicott insiste que, além de se esperar do bebê uma dose significativa de ajustes e adaptações às interferências ambientais, considera-se imprescindível que o cuidador organize-se segundo o ritmo imposto por ele, pois, dessa melodia, dependerá a capacidade de o bebê vir a ilusionar-se. Nessa perspectiva, é certo que a responsabilidade de estabelecer um ritmo no qual o *infans* possa suportar essas experiências de forma não traumática nos remete à *mãe suficientemente boa* (Winnicott, 1956/2000). Pois, nessa concepção, estão incluídos os acertos e

as falhas, os estados de ausência e presença, enquanto substratos para que o bebê desenvolva a capacidade de criar alucinatoriamente aquilo que lhe falta.

Seguindo esta ordem, podemos reconhecer nas manifestações patológicas os danos causados pela experiência com o outro, que é vivida de forma desorganizadora e invasiva. Ora em razão de uma mãe “completa”, que não cria espaço para a existência da criança e estabelece uma dinâmica simbiótica na qual as ansiedades não podem aparecer, ora devido à mãe “insuficiente”, que permanece ausente para além da capacidade de tolerância do bebê, frustrando-o em sua onipotência e infligindo um sentimento de desamparo. Em ambas as situações, a experiência de dependência e submissão aos cuidados do outro trarão consigo um sentido de inutilidade e a “ideia de que nada importa e que não vale a pena viver a vida” (Winnicott, 1975b, p. 95). Por meio desse encaminhamento é possível reconhecer que a capacidade do bebê de se satisfazer alucinatoriamente possui limites, sendo que a não satisfação de sua necessidade promove, após certo tempo, marcas profundas no psiquismo da criança, em razão da vivência de privação. Esta, de acordo com Winnicott, produz no bebê ansiedades terríveis, que serão apresentadas adiante – a saber, o se desfazer em pedaços, cair para sempre, estar em completo isolamento devido à inexistência de qualquer forma de comunicação e disjunção psique-soma.

Passemos, enfim, para os apontamentos sobre o valor da experiência e da cultura como tradição herdada, mantendo como principal referência o texto *A Localização da Experiência Cultural* (1967/1975a). A escolha deste texto ocorreu por haver em sua composição uma articulação dos conceitos trazidos anteriormente e, principalmente, por ser um importante registro de toda a dedicação do autor ao longo do livro *O Brincar e a Realidade* (1975). Logo na introdução deste seu livro, Winnicott expõe seu objetivo de ampliar a fundamentação em torno

do tema da transicionalidade, de modo que fosse permitido reconhecer no objeto transicional a dinâmica que constitui um modo para que todo indivíduo “não esteja apenas vivo e a viver neste mundo, mas que também seja capaz de ser infinitamente enriquecido pela exploração do vínculo cultural com o passado e com o futuro” (Winnicott, 1975, p.10). Desse modo, o autor trabalhou um conjunto complexo de ideias ao longo dos primeiros capítulos, ao ponto de, a partir da metade do livro, ser possível afirmar que, para Winnicott, o sentido máximo do desenvolvimento é alcançar um modo de relação no qual indivíduo e grupo possam fruir pela certeza de ter um lugar comum a todos os humanos. A experiência cultural, portanto, faz referência à permanente transformação sofrida pelo campo cultural, expondo a integração entre a originalidade do presente e os elementos ofertados pela tradição herdada, configurando como “apenas mais um exemplo, e um exemplo emocionante, da ação recíproca entre separação e união” (Winnicott, 1967a/1975, p. 138).

Espera-se que, ao final deste percurso, tenha sido possível alinhar alguns conceitos em torno do período da primeira infância para Winnicott, fundamentando a concepção de o substrato psíquico humano depender da experiência primordial, que num momento inicial corresponde ao controle mágico sobre a realidade, para, em seguida, ser marcada pela vivência gradativa de alternância dos encontros e desencontros com o objeto. Nesse sentido, essa etapa do trabalho dedica-se às noções fortemente marcadas pela transicionalidade, o que é justificável por se tratar de um aspecto fundamental para toda a articulação proposta na teoria winnicottiana. A ideia, a seguir, é avançar com a reflexão em direção às proposições sobre a metáfora do espelho e a função do cuidador, visando a uma amplitude maior sobre o tema da relação primordial.

3.2 O espelho no olhar de Winnicott – Considerações sobre o cuidado materno

Em 1967, Winnicott apresenta o texto *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil* (Winnicott, 1967/1975b), reconhecidamente inspirado pelo artigo de Lacan *O estádio do espelho como formador da função do eu, tal qual nos revelada na experiência psicanalítica* (1946/1998). Contudo, Winnicott marca, desde o princípio do texto, algumas distinções em relação às concepções lacanianas, em especial quanto à hipótese que orienta cada um dos autores na articulação teórica sobre a metáfora do espelho. Com a afirmação “no desenvolvimento individual, o precursor do espelho é o rosto da mãe” (Winnicott, 1967/1975b, p. 153), o autor parte em direção à proposta de fundamentar o rosto materno enquanto matriz especular do bebê, associando-a ao conjunto teórico sobre o desenvolvimento emocional infantil, no qual se reconhece nas primeiras experiências um valor primordial para toda a vida e reunidas nesse texto a partir dos efeitos da relação de espelhamento. Acompanharemos como ainda nesse momento a função especular estava submetida ao campo visual e compreendida num estágio mais avançado do desenvolvimento, mas que, contextualizada numa análise estendida da teoria desse autor, incluir-se-ão aportes que evidenciam, sobretudo, o uso da noção de espelho enquanto metáfora das primeiras funções do cuidado materno – ou seja, enquanto função ambiental responsável por segurar, manejar e apresentar objetos. Ademais, no texto de 1967, a importância do funcionamento especular junto a um modelo psíquico predominantemente determinado por processos ilusórios é posto em destaque. Nesse modelo, as matrizes dependem da função suficientemente bem exercida pela mãe nas fases iniciais da vida, acrescentando ser preciso manter-se atento à qualidade com a qual o bebê apreende tais experiências. O desenvolvimento emocional individual, portanto, depende

de marcas que reverberarão ao longo de toda a vida e deixadas em períodos precoces da constituição em função do ambiente.

Nesta análise sobre a experiência de espelhamento no rosto da mãe, é fundamental considerar na partida que, no início do seu desenvolvimento emocional, o bebê não está pronto ainda para reconhecer uma separação entre o ambiente e si mesmo, experimentando nesta fase da vida um estado em que tal diferença simplesmente não existe. Para Winnicott, o reconhecimento do recém-nascido enquanto uma combinação absoluta entre ambiente e indivíduo não ocorre apenas em razão de sua dependência ou “porque o indivíduo ainda não está em condições de perceber o ambiente, mas também porque ainda não existe ali um self individual capaz de discriminar entre o EU e o não-EU” (Winnicott, 1990h, p. 153). Esse posicionamento encontra ressonância na colocação de seu colega pediatra John Davis, do Hospital Infantil de Paddington Green, que se referia ao recém-nascido enquanto uma representação da unidade entre fisiologia e psicologia (Winnicott, 1964/2006). Portanto, o encontro de subsídios que reforcem uma estrutura de compreensão sobre o início da vida humana, fundamentalmente arraigada em sua prática clínica, fará com que o autor afirme inúmeras vezes ao longo de sua obra que, ao se falar de um bebê, também se está falando da mãe.

Em relação ao que se pode conceber sobre as sensações e experiências do recém-nascido, Winnicott aponta o fato de não se estar diante de um ser carente apenas da satisfação de suas provisões instintivas, mas, principalmente, de “um ser imaturo que está continuamente a *pique de sofrer uma ansiedade inimaginável*” (Winnicott, 1962/2007, p. 56). Dentre as sensações que configuravam esse tipo de ansiedade e com as quais se reconhece conexões com o conteúdo das ansiedades psicóticas está o despedaçar-se, o cair para sempre, o não estabelecimento de conexão alguma com o corpo, a carência de orientação, e o isolamento completo por não haver

possibilidade comunicativa (Winnicott, 1990). A passagem a seguir destaca a concepção de Winnicott sobre como é possível conhecer os conteúdos da ansiedade inimaginável, reconhecendo ser na dedicação junto aos pacientes psicóticos que o analista alcança a fonte de análise mais adequada para compreender as vivências humanas nas fases iniciais da vida:

Tem-se constatado que, enquanto a psicose leva o analista à meninice do paciente, a esquizofrenia leva-o ao início da infância, a um estágio em que a dependência do paciente é quase absoluta. (...) Para restringir o campo ainda mais, o melhor paciente para o pesquisador que estuda a psicologia do bebê deste modo é o esquizofrênico limítrofe, isto é, aquele cuja personalidade funciona o suficiente para que ele possa ser analisado e passe pelo cansativo trabalho que se faz necessário quando a parte muito doentia da personalidade é posta em relevo. (...) De fato, o bebê ali está, no divã, no chão ou em qualquer outro lugar, e a dependência está também ali, na plenitude de sua força... (Winnicott, 1964/ 2006, p. 34).

Para prosseguirmos numa análise mais adequada do exposto acima é preciso incluir três importantes noções para a teoria winnicottiana. São elas: a não integração, a integração e a desintegração. De acordo com Winnicott, haveria um estado, que se inicia ainda dentro do útero, de não integração, marcado pela “ausência de globalidade, tanto no espaço quanto no tempo” (Winnicott, 1990g, p.136) e experimentado pelo bebê em seus estados não excitados. Nesse momento, também se considera haver uma não consciência do bebê, e possíveis vivências desse período só poderão ser experimentadas no futuro por indivíduos que alcancem momentos de relaxamento satisfatórios, ou numa possível regressão profunda em psicoterapia, “onde o terapeuta passa a se encarregar da organização das defesas no lugar do paciente, nas condições físicas e emocionais altamente especializadas, características daquela situação” (Winnicott,

1990g, p. 141)¹³. A integração dependerá fundamentalmente do auxílio egoico e do acolhimento seguro oferecido pela mãe ao bebê, que lhe permitirá alcançar gradativamente um estado geral integrado, a partir da não integração e das marcas produzidas quando ele experimenta os estados excitados, de origem instintual ou derivados da motilidade¹⁴. Portanto, a integração está fortemente apoiada na função ambiental de segurança e conquista de uma unidade que pode reconhecer um *eu* e *não-eu*, de modo que, à medida que o self se desenvolve, o indivíduo pode incorporar e reter lembranças do cuidado ambiental que lhe capacitarão a cuidar de si mesmo.

A integração e a manutenção do estado de unidade trazem consigo outros desenvolvimentos de grande importância. A integração significa responsabilidade, ao mesmo tempo em que consciência, um conjunto de memórias, e a junção de passado, presente e futuro dentro de um relacionamento. Assim, ela praticamente significa o começo de uma psicologia humana. (Winnicott, 1990g, p. 140)

Nessa sequência, na qual a criança em desenvolvimento já atingiu certo grau de integração, a perda dela não incorre no retorno ao estado de não integração, mas na manifestação de um processo ativo de defesa nomeado como *desintegração*. Isso pode ocorrer quando algo interfere para além da capacidade adaptativa do infante à continuidade da experiência de cuidado

¹³ O termo relaxamento é utilizado por Winnicott para designar a ausência da necessidade de o bebê se integrar, na medida em que este se sente suficientemente acolhido e sustentado pelos cuidados maternos, ao ponto de não ser levado a reagir às possíveis invasões por se sentir seguro e confiante.

¹⁴ Os estados excitados são categorizados em dois grupos distintos de impulsos que atingem o corpo do bebê por ele estar vivo. A tensão instintual fortemente relacionada ao primitivismo do bebê, não havendo consciência sobre o desconforto e de como aplacá-lo - ele simplesmente entra num estado de urgência e anseia pelo alívio imediato; nesse sentido, quando a mãe suficientemente boa atende à necessidade eminente, não o faz apenas como tentativa de evitar a frustração, mas, principalmente, para preservar o bebê de uma possível interrupção na continuidade de ser. A motilidade pode estar presente desde o útero materno por meio das movimentações do bebê e depois do nascimento, correspondendo à necessidade de movimentar-se, exercitar a vivacidade que está presente nos músculos e tecidos, bem como a descoberta do ambiente; nesse momento um conhecimento anterior à consciência de um mundo e de objetos externos, possível apenas por intermédio de atributos como permanência, consistência e durabilidade.

- por exemplo, quando a mãe segura de forma irregular seu bebê, demonstra um controle exagerado pelo medo de ele cair, apresenta um batimento cardíaco acelerado demais etc. Assim, a proposta de compreender a desintegração enquanto defesa corresponde à função de representar uma alternativa frente à ordem, quando o bebê se esquia tanto da não integração como das ansiedades trazidas pela integração. Assim, a partir desse percurso já realizado sobre as concepções winnicottianas, é possível articular algumas concepções e concluir que o bebê também experimenta certo grau de ansiedade intolerável ao ascender à experiência de totalidade, reforçando as hipóteses de o cuidador falhar conforme o ritmo da criança e a necessidade de um tipo de agressividade fundamental para o desenvolvimento. De acordo com Winnicott, portanto, o oposto da integração não é a desintegração, pois no início “não há caos, já que não existe ordem (...) o caos ocorre em relação à (perda da) integração, e um retorno ao caos é chamado de desintegração” (Winnicott, 1990i, p.158). Dessa maneira, exultamos novamente as condições de o ambiente se ajustar conforme as necessidades do bebê, de forma que a sobrevivência lhe seja assegurada em razão das provisões adequadas, tanto na perspectiva orgânica como na emocional.

Passemos, após percorrer as noções envolvidas no processo de integração como parte do desenvolvimento emocional primitivo, aos outros dois processos em ação nesse princípio da vida do bebê, a saber: a *personalização* e a *realização* (Winnicott, 1945/2000). Vale ressaltar que a dedicação de Winnicott em trabalhar com perspectivas tão primitivas está em acordo com sua hipótese acerca da percepção do eu e do outro-eu-que-não-o-eu enquanto algo a ser desenvolvido, afastando-se de concepções que definem esta consciência enquanto uma condição natural do processo maturacional. Nessa sequência, a noção de personalização é especialmente importante, por lançar um olhar atento à ideia da experiência de viver no próprio corpo enquanto algo conquistado, não se tratando, portanto, de uma consciência que naturalmente acompanha o

aparato orgânico. O processo de localização que o bebê passa a fazer sobre viver num corpo próprio ocorre de forma gradativa, resultante das marcas deixadas num período anterior no qual sua existência foi sustentada pela mãe e a sensação de estar integrado surgiu em razão de a figura materna o ter amparado, manipulado e ordenado seus pedaços em um conjunto corporal rudimentar. A esse respeito, Winnicott, mais uma vez, acrescenta se tratar de uma experiência instintiva, de modo que os processos se desenrolam por meio da “repetida e silenciosa experiência de estar sendo cuidado fisicamente que constroem, gradualmente, o que poderíamos chamar de personalização satisfatória” (Winnicott, 1945/2000, p.225). Já a realização corresponde à “tomada de consciência de que a coisa ou o fenômeno em questão não é produzido pela imaginação do sujeito” (Winnicott, 1945/2000, p. 223), ou seja, corresponde a quando o bebê perde o controle onipotente sobre o objeto e percebe sua existência para além de si. Esse momento, de “dimensões colossais” (Winnicott, 1945/2000, p. 227), representa uma conquista decisiva para o desenvolvimento emocional, agindo no modo como o indivíduo se relacionará com a realidade externa e reverberando, certamente, sobre a realidade interna. Cabe enfatizar que a adaptação à realidade externa corresponde a um processo gradativo que nunca chega a um ponto final, fundamentalmente marcado por um tipo de encontro muito especial, a que podemos ter acesso naquilo que se passa entre experiência de ilusão compartilhada entre a mãe e o bebê. Esse contexto pode ser descrito a partir das considerações winnicottianas, da seguinte forma: de um lado há um bebê repleto de impulsos instintivos e ideias predatórias, e do outro uma “mãe que tem o seio e o poder de produzir leite, e a ideia de que ela gostaria de ser atacada por um bebê faminto. Esses dois fenômenos não estabelecem uma relação entre si até que a mãe e o bebê *vivam juntos uma experiência*” (Winnicott, 1945/2000, p.227). Desse modo, a mãe assegura ao bebê a manutenção de sua capacidade criativa e lhe permite experimentar a tentativa de

destruição e sobrevivência do objeto - a qual, contando em todos os níveis com a função adaptativa da figura materna às distintas necessidades ao longo de cada fase, possibilita ao bebê conhecer um objeto que é externo ao seu ponto de vista.

Retomemos, então, o texto sobre o papel de espelho da mãe de 1967 à luz das considerações acerca do *desenvolvimento emocional primitivo* (Winnicott, 1945/2000), especialmente para especificar as sutilezas do cuidado materno dos quais o recém-nascido é dependente e analisar o conjunto de ideias organizadas por Winnicott em relação à dinâmica de espelhamento estabelecida entre a mãe e a criança – mais próxima, nesse momento, dos elementos visuais propriamente ditos. Primeiramente, vamos tratar de funções constantemente entrelaçadas umas às outras e indispensáveis no trato adequado com o bebê. São elas: o segurar (*holding*), o manejar (*handling*) e a apresentação de objetos (Winnicott, 1967/1975b). Por *holding*, Winnicott abordava o favorecimento do ambiente para o estado de integração do bebê no tempo e espaço, decorrente do segurar físico e emocional proporcionado pela figura cuidadora; resultando em experiências de estabilidade do meio ambiente, constância objetal e autenticidade dos cuidados maternos. Já o *handling* corresponde ao favorecimento do ambiente para o alojamento da psique no corpo do bebê, proporcionado por meio das experiências em que a interação da mãe com o bebê é mediada pelo contato físico e pelas comunicações maternas a respeito das manifestações corporais da criança. Por fim, a apresentação de objetos refere-se ao aproveitamento obtido nas relações objetais iniciais entre mãe-bebê, nas quais a mãe, em estado de devoção absoluta, fornece o objeto no exato momento em que a criança necessita, possibilitando a ele acreditar que o objeto é uma criação sua. Sobre essa função, Winnicott destaca a possibilidade de acesso gradual à realidade compartilhada e senso de realização pessoal

devido à confiança no meio, promovendo a somatória de recordações de satisfação às suas necessidades e introjeção de detalhes do cuidado.

Nessa sucessão, chega-se ao momento em que o bebê, após ter sido suficientemente bem segurado, manejado e apresentado aos objetos, passa, enfim, a olhar ao seu redor. Winnicott está orientado, conforme indica em seu texto, pelas ideias de Donald Gough (Winnicott, 1967/1975b) quanto à maior probabilidade de o bebê, ao olhar para o meio, buscar, sobretudo, o rosto da mãe. Nessa etapa, se iniciam trocas significativas com o mundo por meio da vivência do rosto da mãe funcionando como um espelho, num contexto de vislumbre quando o bebê *se vê* – se experimenta, se percebe – pela primeira vez no olhar da mãe, conforme apresentado na seguinte formulação: “o que vê o bebê quando olha para o rosto da mãe? Sugiro o que, normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo” (Winnicott, 1967/1975b, p. 154) Juntamente a essa concepção, Winnicott inclui a importância de considerar que os primeiros reconhecimentos que o indivíduo tem sobre si estão submetidos aos desejos maternos, e o reflexo oferecido pela mãe ao bebê se encontra relacionado àquilo que ela também pode, por sua vez, ver; “em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali” (Winnicott, 1967/1975b, p. 154).

A figura materna é tomada por uma onipotência nas fases iniciais originária da “identificação extremamente sofisticada com o bebê, na qual ela se sente muito identificada com ele, embora, naturalmente, permaneça adulta” (Winnicott, 1966/2006, p. 9). Winnicott ressalta a diferença fundamental existente nos estados psicológicos do par, colocando, do lado da mãe, a identificação que sente por seu bebê, enquanto na perspectiva do bebê destaca a dependência em relação aos cuidados maternos. Assim, enfatiza que “a dependência não implica identificação, pois esta última constitui um fenômeno complexo demais para que a localizemos nos primeiros

estágios da vida do bebê” (Winnicott, 1956/2000, p. 400). Diante disso, um importante catalisador da relação primordial corresponde à ideia de *permissão* concedida pela mãe, evidenciando a proposta de uma adaptação materna muito sensível aos impulsos do bebê e resultando na constituição do núcleo da capacidade de ilusionar-se com o objeto.

Segundo o autor, há uma conjunção de aspectos descritos apenas do ponto de vista teórico, tal como na experiência da mamada mítica, que marcam todo o conjunto de experiências humanas por meio da incidência inaugural do *espaço potencial* no encontro da dupla mãe-bebê. Propõe, em suas formulações, que o testemunho da passagem gradual da necessidade para o desejo pode ocorrer, por exemplo, quando a mãe coloca “o mamilo exatamente ali e no momento certo para que seja o seu mamilo que o bebê venha a criar” (Winnicott, 1990f, p. 123). Sendo especialmente valioso, para esse circuito, o fato de ser muito importante para a mãe que o bebê realize essa descoberta de forma criativa, pois disso depende a qualidade da concepção sobre a realidade, uma vez que a separação é constantemente evitada e dependente da possibilidade de preencher incessantemente o “espaço potencial com o brincar criativo, com o uso de símbolos e com tudo o que acaba por se somar a uma vida cultural” (Winnicott, 1975c, p. 151). Evidencia-se, com isso, também, que a possibilidade de *ilusionar-se* é prevalentemente uma operação antecipatória, dependente da capacidade da boa mãe de se postar e oferecer a satisfação no justo ponto da alucinação de seu bebê, preservando, dessa maneira, as condições necessárias para o desenvolvimento da capacidade criativa da criança.

A proposta, a seguir, é promover a articulação entre a dinâmica especular e as ideias em torno das primeiras mamadas, a qual, lida sob a ótica do texto de 1967, poderia causar certo estranhamento por colocar num mesmo plano momentos distintos do desenvolvimento. No entanto, este encontro está em acordo com a intenção de desenvolver a perspectiva da função

especular contextualizada ao longo de todo o período de fusão mãe-bebê, conforme alguns pontos deixados em suspensão por Winnicott já em 1968, e presentes em trechos retirados da carta dirigida a Donald Gough – psiquiatra que lhe trouxe inspirações para relacionar o espelho ao rosto da mãe –, apresentados a seguir:

Quero que saiba que fez algo muito importante para mim ao chamar a atenção para a interação através dos olhos que acompanha a alimentação nas primeiras semanas (...) no devido tempo, todas essas coisas produzirão frutos, se vivermos o suficiente (...) adoro pensar em todas as observações clínicas que estão à espera de que as façamos, mas essa é uma questão de “Quem tiver olhos para ver, que ouça”.

Algum dia quero usar o que o senhor nos mostrou do seguinte modo: usando o seio (ou mamadeira), o bebê está experimentando uma exteriorização do objeto que interfere na condição de estar unido à mãe, a qual existe como estado primário. A interação através dos olhos parece-me ser um apego à união que pode muito bem facilitar as experiências de exteriorização do objeto. Não sei como expressar isso melhor no momento.

Eu iria mais além, dizendo que quando o olhar se torna equivalente ao se alimentar, como ocorre quando lemos, começamos então a querer algo mais que faça para nós o que a situação do olhar faz por ocasião do momento original da alimentação (Winnicott, 2005, p. 210 e 211).

Com base nos trechos acima, é possível supor que Winnicott já intuía a concepção do papel de espelho da mãe mais próxima à composição fusionada entre o indivíduo e o ambiente das fases iniciais, quando o bebê passa a receber de forma gradativa a incidência de registros

objetivos do ambiente em razão da confiança que deposita na constância da mãe e lhe permite tolerar a ausência do objeto. No decorrer desse tempo, o bebê se torna apto a acessar sua primeira experiência de separação do *não-eu*, a partir do eu, e, enfim, experimenta a exteriorização do objeto em razão de sua incidência pertencer à condição de união com a mãe. Ao incluirmos, nessa sequência, a compreensão de Winnicott sobre a qualidade com que a mãe segura e manipula o bebê ser “mais importante, em termos vitais, do que a experiência concreta da amamentação” (Winnicott, 1968/2006, p.21), podemos concluir que o conjunto de funções ambientais a serem desempenhadas por um cuidador suficientemente bom fazem parte do espectro da função especular.

3.3 O papel de espelho da mãe – as bases para a constituição do *self*

Ao longo de toda sua obra, Winnicott demonstrou grande interesse em aprofundar o entendimento sobre os primórdios do psiquismo infantil, dedicando-se como poucos à análise da relação mãe-bebê e os processos envolvidos no que nomeou como *Desenvolvimento emocional primitivo* (Winnicott, 1945/2000). Partindo da consideração sobre a inexistência de um bebê sem uma mãe, circunscreveu um período entre o final da gravidez até o quinto ou sexto mês, no qual ambos experimentam sensações intensas e vividas pelo recém-nascido como um estado de não integração. É a partir desse tempo da primeira infância, no qual é permitido ao bebê supor um controle mágico sobre a realidade por meio da adaptação materna extremamente sensível, que as bases da constituição do *self* estão fundamentadas.

Para que o arranjo entre a mãe e o bebê seja bem-sucedido, é muito importante que a figura materna também tenha passado pela experiência de ser compreendida e olhada com afeto, pois disso dependerão significativamente os recursos com os quais ela deverá contar para

cumprir a tarefa que lhe cabe, ou seja, ser uma *mãe suficientemente boa*. Antes de prosseguir, assim como Winnicott (1956/2000) fez, cabe ter cautela quanto à atitude reducionista e enganosa de relacionar violentamente as desordens psíquicas com as possíveis falhas da mãe, configurando um padrão de causalidade entre as manifestações de sofrimento da criança e o manejo do adulto cuidador conforme uma responsabilidade moral. Entretanto, é preciso considerar a participação altamente específica da figura materna para o desenvolvimento emocional humano, uma vez que “o apoio do ego materno facilita a organização do ego do bebê” (Winnicott, 1966/2006, p.9), exigindo que possíveis análises sobre o que se passa nesse momento e as intervenções profissionais realizadas sejam sensíveis à complexidade dos fenômenos em questão¹⁵. Prosseguindo, a partir desse ponto, o texto *A preocupação materna primária* (Winnicott, 1956/2000) nos oferece importantes noções sobre algo que se passa na perspectiva materna e impacta fortemente a dinâmica primordial do bebê. Winnicott aborda, nesse trabalho, o que considerou ser um estado psicológico característico das mães saudáveis nos primeiros momentos da vida infantil, sobre o qual diz:

Gradualmente, esse estado passa a ser o de uma sensibilidade exacerbada durante e principalmente ao final da gravidez. Sua duração é de algumas semanas após o nascimento do bebê. Dificilmente as mães o recordam depois que o ultrapassaram. Eu

¹⁵ A respeito da complexidade envolvida na dinâmica entre a mãe e o bebê, e sua relação com os profissionais envolvidos nesse momento, as palavras de Winnicott, a seguir, são preciosas para orientar todo um modelo de intervenção: “faço questão de enfatizar que alguém deve preocupar-se com estas coisas, pois, de outra forma, esqueceremos a importância dos primórdios do relacionamento entre a mãe e o filho, e interferiremos com excessiva facilidade. Isto é algo que jamais devemos fazer. Quando uma mãe é capaz de ser mãe com toda naturalidade, jamais devemos interferir. Ela será incapaz de lutar por seus direitos, pois não terá uma compreensão dos fatos. Tudo o que saberá é que foi ferida. A única diferença é que o ferimento não é um osso quebrado ou um corte em seu braço, mas sim a personalidade mutilada do bebê. É muito comum que uma mãe passe anos de sua vida tentando curar este ferimento, que na verdade foi causado por nós quando, desnecessariamente, interferimos em algo que, de tão simples, não parecia ser importante” (Winnicott, 1966/2006, p. 11).

daria um passo a mais e diria que a memória das mães a esse respeito tende a ser reprimida. (Winnicott, 1956/2000, p. 401).

Evidentemente que a manifestação desse estado fora do contexto do final e das semanas seguintes ao período gestacional configuraria uma dinâmica psicopatológica, assim como sua permanência para além da fase inicial da vida do bebê. No entanto, esse “adoecimento normal” não corresponde a um princípio natural, precisando ser desenvolvido e tolerado pela figura materna, o que para algumas mulheres pode repercutir de forma extremamente negativa e desorganizadora psiquicamente. O princípio da *preocupação materna primária* corresponde, portanto, à oferta de um ambiente suficientemente bom na fase primitiva do bebê e lhe capacita a iniciar sua existência, ter experiências, constituir um *self*, dominar os instintos e sobreviver às dificuldades inerentes ao fato de estar vivo. Assim, a *preocupação materna primária* representa um elemento fundamental junto ao processo de integração psicossomática, que corresponde, por sua vez, a uma das conquistas básicas da fase de dependência absoluta e alcançada apenas enquanto efeito dos cuidados do ambiente, dado que no início da vida há toda uma confusa apresentação entre o corpo (*soma*) e a dimensão psíquica (*psique*).

Na concepção winnicottiana, “a natureza humana não é uma questão de corpo e mente – e sim uma questão de psique e soma inter-relacionados, que, em seu ponto culminante, apresentam um ornamento: a mente” (Winnicott, 1990d, p. 44). Winnicott não desconsiderou a distinção entre a mente e o corpo conforme introduzida por Descartes, no entanto preferiu apoiar-se na diferença entre as funções corpóreas e as funções psíquicas, desenvolvendo em sua teoria considerações sobre ser uma das tarefas primordiais justamente a elaboração do corpo – aproximando-se da ideia de corpo enquanto primeira morada neste mundo e distinta do processo de simbolização (Loparic, 2000). A esse respeito, Winnicott acrescenta:

Na formulação de uma teoria psicológica é muito fácil considerar a integração como garantida, mas no estudo dos estados iniciais do desenvolvimento individual humano é necessário pensá-lo como algo a ser alcançado. Não há dúvida de que existe uma tendência biológica em direção à integração, mas os estudos psicológicos da natureza humana jamais serão satisfatórios se se basearem excessivamente nos aspectos biológicos do crescimento. (Winnicott, 1990g, p. 136).

Nessa sequência, Winnicott considera ser somente por intermédio dos cuidados proferidos pelo meio ao longo do estágio inicial que o potencial inato em direção à integração pode ser colocado em marcha, sustentando a compreensão sobre o cuidado físico nos estados primitivos ser *um cuidado psicológico* (Winnicott, 1990). Em relação às concepções *soma* e *psique* na abordagem winnicottiana, pode-se compreender da seguinte forma: *soma* é o corpo real, vivo, que cresce, respira, se movimenta, mama, se excita com o ambiente e possui necessidades – não é apenas um conjunto orgânico que reage aos estímulos, é um corpo com sentidos desde o início; a *psique*, por sua vez, cuidará do conjunto das elaborações imaginativas dos objetos, sentimentos e experiências somáticas – é a porção que possibilita ao bebê atribuir sentido e elaborar o que se passa no soma quando se encontra com o ambiente. Em termos evolutivos, Winnicott define o soma como o primeiro a se apresentar, que serve de base de apoio para a psique, está presente desde o início da vida e se apresenta a partir da elaboração imaginativa das funções somáticas, “tendo como sua tarefa mais importante a interligação das experiências passadas com as potencialidades, a consciência do momento presente e as expectativas para o futuro” (Winnicott, 1990c, p.37). Assim, paulatinamente, a partir das experiências que o bebê reúne nos encontros (e desencontros) com o ambiente, o corpo vai sendo

concebido a partir de elaborações imaginativas das funções corporais, ao ponto de constituir, caso o processo transcorra de forma adequada, uma relação entre *soma* e *psique* designada pelo termo psicossoma. Podemos acompanhar, na abertura do texto *O Psicossoma e a mente* (Winnicott, 1990b), uma passagem bastante precisa sobre a sequência apresentada:

O ser humano é uma amostra-no-tempo da natureza humana. A pessoa total é física, se vista de um certo ângulo, ou psicológica, se vista de outro. Existem o soma e a psique. Existe também um inter-relacionamento de complexidade crescente entre uma e outra, e uma organização deste relacionamento proveniente daquilo que chamamos mente. O funcionamento intelectual, assim como a psique, tem sua base somática em certas partes do cérebro (p.29).

A partir da perspectiva trazida, cabe incluir o entendimento sobre a noção de *mente* conforme trabalhada pelo autor, uma vez que ele a define como uma ordem à parte do funcionamento psicossomático. Para Winnicott, se a adaptação da mãe for suficientemente boa e o início bem-sucedido, a mente do bebê será constituída graças à sua crescente capacidade de suportar a gradual falha materna na adaptação. Apoiado, a partir desse momento, em sua atividade mental, ele agora pode estabelecer relações entre alguns fatos e antecipar situações que lhe permitam lidar com as falhas do ambiente. Numa sequência saudável, “a atividade mental do bebê transforma um ambiente *suficientemente bom* num ambiente perfeito, ou seja, transforma a falha relativa da adaptação num êxito adaptativo. O que libera a mãe da necessidade de ser quase perfeita é a compreensão do bebê” (Winnicott, 1949/2000, p. 335, grifos do autor).

Ao final deste percurso sobre as concepções winnicottianas acerca do desenvolvimento emocional primitivo, ou seja, as bases do *self*, espera-se ter alcançado a complexa dimensão

sobre a presença de uma figura capaz de se ajustar de forma muito sensível às necessidades do bebê no início da vida. A relação especular para Winnicott, com base nas noções e articulações propostas ao longo deste capítulo dedicado à sua obra, pode ser, portanto, entendida enquanto uma série de reverberações afetivas produzidas e experimentadas no encontro da dupla mãe-bebê. A partir das marcas subjetivas produzidas pela experiência de espelhamento, tanto um bebê como uma mãe são constituídos de forma inédita, isto é, mesmo que uma mesma mulher venha a ter outros filhos, cada experiência de maternagem produzirá especificidades na constituição da mãe junto ao seu novo bebê. Nesse sentido, o trabalho de apresentar as diversas noções envolvidas no conjunto da relação primordial também promove uma apropriação específica sobre a relação especular - parecendo, nesse contexto, mais adequado ampliar a proposta inicial de “rosto da mãe como percussor do espelho” para a ideia de *papel de espelho da mãe como percussor do ambiente*. Inclui-se, dessa maneira, a importância do espelhamento em todas as fases da vida do bebê e de como se dá sua ligação com a função ampliada do ambiente – o que leva à conclusão de que essas noções precisam ganhar ainda mais destaque quando aproximadas ao trabalho analítico.

A proposta para finalizar esta última parte do capítulo é trabalhar conforme Winnicott frequentemente fez, tal como podemos acompanhar já no texto de 1963, *Dependência no cuidado do lactante, no cuidado da criança e na situação psicanalítica* (Winnicott, 1963/2007), em que busca relacionar a dependência na transferência psicanalítica à dependência em vários estágios do cuidado do bebê. Assim como o autor propôs, o cuidado do analista com o paciente está intimamente relacionado ao que se passa com a mãe e o bebê, na medida em que aborda haver especificidades quanto à personalidade do cuidador, a importância de estar disponível para identificar-se com a figura dependente e de reunir condições para lidar com estados mais

regressivos do paciente. Winnicott especifica que a “regressão pode estar a serviço do ego se recebida pelo analista e transformada em uma nova dependência em que o paciente traz o fator prejudicial externo para a área de seu controle onipotente e para a área controlada pelos mecanismos de projeção e introjeção” (Winnicott, 1967/2007, p.233), de modo que o analista poderá falhar a partir dessa conquista conforme as necessidades do paciente. Desse modo, espera-se que tenha sido possível reunir mais elementos para reforçar a hipótese de a função especular representar um modelo de funcionamento referente à função do ambiente, presente ao longo de todo o desenvolvimento emocional humano, caracterizado por uma dinâmica fundamentalmente estabelecida pelas reverberações afetivas promovidas no encontro entre um cuidador e uma figura dependente, pela adequação ao ritmo adaptativo do outro e por se estabelecer uma comunicação silenciosa na dupla.

Como adendo às últimas noções trazidas, vale acrescentar mais alguns pontos acerca do *ritmo* e da *comunicação silenciosa*, antes de passarmos para a etapa seguinte. A rítmica criada de forma muito especial entre a mãe e o bebê, entre o analista e o paciente, denota a importância da capacidade de identificação e de regressão da mãe ou do analista, na medida em que a capacidade de suportar as falhas ambientais corresponde a um limite individual e subjetivo, necessitando de um cuidado sensível e atento ao ritmo que será estabelecido entre as alternâncias constituidoras da subjetividade do indivíduo. É a partir das especulações com que a mãe, ou o analista, nomeia, contorna, significa e apresenta ao mundo o bebê que um *eu* vai sendo constituído pela fluidez entre o de fora para dentro e o de dentro para fora. De acordo com Winnicott, a comunicação que permeia este conjunto é silenciosa, de modo que o que promove marcas no bebê está relacionado aos efeitos da confiabilidade desenvolvida na relação com o cuidador. A ideia de confiança se aproxima dos efeitos da adaptação bem-sucedida, a partir da

qual o bebê experimenta a sensação de segurança e o sentimento de ser amado, possíveis pelo estabelecimento de uma relação de mutualidade na dupla. A mutualidade, nesse sentido, representa “o começo de uma comunicação entre duas pessoas; isto (no bebê) é uma conquista desenvolvimental, uma conquista que depende dos seus processos herdados que conduzem para o crescimento emocional” (Winnicott, 1969/2007, p. 198), de modo que cabe à mãe, por sua vez, tornar a experiência real e a ele tornar possível sua capacidade de alcançar, descobrir e criar. Nesse encadeamento, mal-entendidos podem ocorrer quando a comunicação é confundida com o advento puro da fala, pois muito já se sabe sobre os prejuízos e danos causados por um ambiente marcado por sua ausência. No entanto, o que está sendo apreendido a partir das noções sobre a *comunicação silenciosa* corresponde a um funcionamento em que o circuito de comunicação entre o cuidador e o bebê está para além das palavras faladas - sem, com isso, excluir a importância da fala como meio extremamente poderoso para a constituição subjetiva. Aquilo que o bebê apreende da experiência de ser cuidado encontra-se fundamentado na qualidade que permeou as noções do cuidado sob as quais esteve submetido e que nas palavras de Winnicott, a seguir, aparecem de forma esclarecedora:

(A) experiência partilhada de embalo ilustra aquilo a que quero me referir nos estágios iniciais do cuidado do bebê, cujas pulsões instintuais não se acham especificamente envolvidas. A coisa principal é uma comunicação entre o bebê e a mãe em termos de anatomia e da fisiologia de corpos vivos. O tema pode ser facilmente elaborado e os fenômenos importantes serão as provas cruas de vida, tais como os batimentos cardíacos, os movimentos da respiração, o calor do seio, movimentos que indicam a necessidade de uma mudança de posição, etc (Winnicott, 1969/2007, p. 200).

Além de essa sequência nos oferecer uma articulação possível entre a comunicação silenciosa e o ritmo, especialmente ao evidenciar a intensidade dos muitos sons produzidos pelo corpo e a intensidade visceral humana, a passagem também traz indicações acerca das falhas, dos incômodos, dos ajustes e correções como formas comunicativas. Vale buscar, nesse final, uma amarração entre o que foi exposto e a concepção de Winnicott acerca do trabalho analítico e o papel de espelho do analista, pois, segundo ele, cabe ao analista ser “um derivado complexo do rosto que reflete o que há para ser visto” (Winnicott, 1967/1975b, p. 161), possibilitando ao paciente sentir-se real pela descoberta de um modo de existir e de se relacionar com os objetos como si mesmo, além de ter um *self* com o qual pode se retirar para relaxamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quero falar primeiro dos andarilhos, do uso em primeiro lugar que fazem da ignorância. Sempre eles sabiam tudo sobre o nada. E ainda multiplicavam o nada por zero – o que lhes dava linguagem de chão. Para nunca saber onde chegavam. E para chegar sempre de surpresa. Eles não afundavam estradas, mas inventavam caminhos.

Manoel de Barros (2008).

Ao findar esse percurso de reflexões especialmente dedicadas ao tema da constituição subjetiva a partir das perspectivas teóricas de Jacques Lacan e de Donald Woods Winnicott, considero ter percorrido trilhas sinuosas que me conduziram, sobretudo, a uma concepção frente à prática psicanalítica orientada pela heterogeneidade e maleabilidade teórica. Ao longo das etapas que compõem este trabalho, foram incluídas questões que ainda não estavam claramente circunscritas no tempo das primeiras inquietações, fomentadas, principalmente, nos impasses do encontro entre a teoria e a clínica dos transtornos graves no desenvolvimento. Chegado, enfim, o tempo de concluir, passo a revisitar alguns dos conteúdos apresentados, a fim de traçar uma articulação entre eles e delinear as direções percorridas neste trabalho, buscando, além da justificativa de sua relevância para o conjunto teórico da psicanálise, sustentar em especial a necessidade de assumir um posicionamento teórico apoiado nos princípios transgressores da

psicanálise, opondo-se à alienação produzida pela impossibilidade de elaborar as feridas narcísicas da própria teoria.

Retomando a expectativa desse trabalho de mapear um modelo de compreensão suficientemente sensível para preservar estratégias clínicas distintas, o maior desafio revelou-se no permanente cuidado em elaborar uma análise com dois níveis constantemente entrelaçados, de modo que o primeiro tornasse possível o diálogo entre as concepções lacanianas e winnicottianas, e o segundo tratasse da compreensão em torno dos processos envolvidos na constituição subjetiva para cada um dos autores, a partir do uso da metáfora do espelho. Antes de prosseguir em direção ao que se pôde concluir, proponho que cada ponto selecionado para essa discussão final seja tomado tal como se faz com os pontos de parada necessários numa longa caminhada. Isto é, como bases de apoio para descanso, reabastecimento, planejamento do próximo trecho a ser percorrido e, acima de tudo, um excelente momento para compartilhar as impressões e experiências da jornada realizada.

Como primeira parada, retomo a discussão sobre o trajeto histórico da psicanálise para ressaltar como sendo uma das principais características do campo psicanalítico – naquilo em especial que tange a formação do psicanalista e o processo de institucionalização – a tendência de estruturar-se a partir de contornos ideológicos, de modo a instaurar uma atmosfera paranoide entre seus partícipes e pôr em destaque as convocações para reprodução alienada de ideias e sentimentos. Diante disso, o espaço criativo da teoria psicanalítica corre o risco de vir a ser preenchido por uma exigência filiatória, de caráter militante e contrário a uma exploração científica aberta - o que impossibilita estabelecer diretrizes de preservação dialógica, valorizando, em contrapartida, uma formação não afeita ao pluralismo teórico e pouco disponível à submissão de seus instrumentos de trabalho a olhos estrangeiros. Certamente esta não é uma

discussão inédita, esteve presente desde o início das organizações psicanalíticas, por exemplo, nas palavras de Sándor Ferenczi (1911/1968), no documento fundador da IPA, no qual falava a respeito da prejudicial patologia das associações e grupos políticos, sociais e científicos, nos quais normalmente predominam a megalomania infantil, a vaidade, o respeito pelas fórmulas vazias, a obediência cega e o interesse pessoal, ao invés do consolidado trabalho voltado ao bem comum (Ferenczi, 1911/1968). Se buscarmos um marco mais contemporâneo, dentre as principais referências, podemos destacar a Quinta Conferência dos Analistas Didatas, em Buenos Aires, presidida por Otto Kernberg, em 1991, quando as discussões acaloraram-se em torno dos parâmetros nos quais as sociedades psicanalíticas se constituem, merecendo destaque a discussão acerca da inclusão ou não de leituras teóricas diversas e, em especial, a perigosa tendência de os didatas inibirem a criatividade dos candidatos (Martinho, 2005).

Com isso, se reconhece a constituição de uma atmosfera autoritária e hostil desde que a psicanálise é psicanálise, estabelecendo-se, segundo Kernberg (2000), sobretudo, um circuito persecutório nos institutos de psicanálise. E isso se dá, fundamentalmente, por estes institutos estarem estruturados em bases administrativas de caráter oligárquico, visando ao controle e à punição. Para o mesmo autor, parte do isolamento e enfraquecimento profissional de que muitos se queixam decorre da própria postura dos psicanalistas de se isolarem, tanto no exercício de uma clínica privada elitizada, como na tendência em reconhecer como autêntica psicanálise apenas aquela exercida entre iguais. Este aspecto encontra coro nas considerações de Douglas Kirsner (2000), que destaca a redução da política a favor do cerceamento teórico no discurso institucional atual, no qual não mais se apresenta uma defesa tão entusiasmada e difundida como se identificava mais explicitamente em outros momentos históricos. No entanto, conforme aponta Kirsner (2000), a discursividade avessa ao pluralismo teórico retirou-se do palanque e

personificou-se na postura dos psicanalistas, assumindo, assim, contornos menos evidentes, mas extremamente poderosos, que nutrem manifestações de intolerância em relação a aportes teóricos heterogêneos. Não raras vezes, nesse contexto, as iniciativas que se propõem a uma interlocução se restringem a estudos comparativos e exposições estéreis, nos quais se exultam as diferenças e constroem-se fronteiras impenetráveis - por adotarem um olhar preponderante ou apenas por estarem engajados na busca de um encadeamento histórico sobre determinado grupo de autores ou fundamentos metapsicológicos.

É preciso ressaltar a existência de limites nas iniciativas de fazer dialogar diferentes pressupostos, de modo a considerar como principal diretriz a ser seguida o princípio da não equivalência entre a proposta de diálogo e a conversão de uma teoria na outra. Dessa maneira, pretende-se impedir o sacrifício dos conceitos de cada abordagem na expectativa de encontrar um arranjo estereotipado e falsamente harmônico. Como estratégia para manejar essa delicada situação, de modo a preservar uma atitude teórica empreendedora e ao mesmo tempo cautelosa, Martin Bergmann nos propõe uma distinção que funciona como um bom delineador: a saber, a diferença entre postura teórica *plural* e postura teórica *eclética*. Para este autor, no *pluralismo* as linhas teóricas não precisam entrar em acordo, isto é, orientar-se pelos mesmos princípios ao final da discussão sobre determinado tema. No entanto, é no encontro e trabalho compartilhado que se preserva a possibilidade de os analistas poderem, juntos, ampliar sua capacidade de tolerar os diferentes pontos de vista, de trabalhar coletivamente, de se interessar genuinamente pelas ideias uns dos outros e nutrir a crença de ser possível chegar a uma compreensão mais elaborada sobre o objeto em questão. Já nas bases do *eclétismo* há uma espécie de miscelânea, reunindo conceitos de diferentes linhas teóricas sem o cuidado de circunscrevê-los conforme os parâmetros nos quais estão orientados, organizando-se os diferentes aportes numa pretensa ideia

comum. Chama a atenção para certas situações clínicas específicas nas quais o maior esforço está voltado para a sobrevivência do paciente, do analista ou da relação, exigindo que, a cada momento, se busquem alternativas e novas balizas sem que se possa ter clareza da direção que foi assumida – ou mesmo se há um rumo. No entanto, tal situação corresponde a casos especiais e não pode ser, de forma alguma, confundida com toda uma postura teórico-clínica.

A partir das últimas considerações, podemos concluir que do mesmo modo que a experiência analítica nos mostra que tornar-se inteiramente uma pessoa corresponde a um processo muito complexo, ela também nos conta que tornar-se psicanalista constitui uma tarefa árdua e incessante, desenvolvida num campo bastante amplo de aspectos sociais e subjetivos, marcando de forma fundamental o incessante fluxo entre a prática e a teoria. Nesse sentido, penso que os desafios trazidos pelas condições de impasse são os instrumentos vitais do analista, a matéria-prima de seu trabalho e pensamento, por meio dos quais a abertura para diferentes perspectivas teóricas exerce a importante função de marcar um saber não todo sensível às provocações e inspirações geradas no fazer analítico. Por “aquilo que não vai bem” corresponder à essência do trabalho de um analista e lhe exigir se lançar no campo psicanalítico disposto a correr riscos, ser afetado e criar, a formação analítica deveria estar, então, apontada para o favorecimento da descoberta e exploração de “uma realidade íntima complexa e sempre em fuga” (Martinho, 2005, p. 82), avessa à reprodução de dogmas resultante da catalisação dos afetos na figura de um mestre.

Passemos, então, para a segunda parada, na qual o tema escolhido corresponde ao olhar que Lacan e Winnicott lançaram sobre a experiência corporal primitiva. Encontramos em ambas as teorias a referência sobre um corpo inicialmente vivido como despedaçado e acessível nos relatos de sonho, em estados mais regredidos do trabalho analítico e no conteúdo das ansiedades

psicóticas. Para ambos os teóricos, há um tipo de experiência característica dos tempos primordiais em que os contornos do corpo não estão constituídos e o bebê vivencia uma ausência de globalidade, quando os membros estão desarticulados e os órgãos dispersos no espaço. No entanto, conforme a orientação teórica adotada, essa concepção pode nos levar a caminhos completamente diferentes, pois, se a leitura lacaniana trata de uma condição *sine qua non* humana após o nascimento, um estado propriamente dito pelo qual todos os indivíduos um dia já passaram, que é a experiência do corpo despedaçado (*corps morcelé*); para a teoria winnicottiana esta não é efetivamente e necessariamente uma vivência conhecida por todos os seres humanos, mas, sim, um tipo específico de experiência decorrente de falhas e interrupções no processo de integração - ou seja, a desintegração, que, diferentemente, do estado de não integração, leva ao caos em razão de um esboço integrativo já ter sido constituído e depois rompido.

A partir das considerações apresentadas, mais um ponto pode ser destacado entre os autores, com semelhanças e peculiaridades, conforme o olhar de cada um deles. É um tema que se faz presente em vários momentos nas duas teorias e evidencia como, para ambos, se tratou de um tópico merecedor de grande dedicação em suas considerações: a preocupação em marcar diferenças radicais entre a concepção de corpo para a psicanálise e os princípios biológicos que regem o entendimento sobre o organismo em outras áreas do conhecimento. No entanto, a condução teórica dada por cada um dos autores difere substancialmente e promove desdobramentos teóricos significativamente divergentes: enquanto Lacan buscou manter-se a certa distância, numa extensa argumentação ao longo de sua obra, sustentando esta diferença em relação ao organismo por meio da noção de corpo erógeno - em que o significante pôde incidir, Winnicott trouxe uma renovação por meio da concepção de *soma*, entendendo-o como um corpo real, vivo e em crescimento, o qual, além de ser sensível aos estímulos do ambiente, já *possui*

necessidades - ou seja, algo da ordem psíquica se faz presente desde os primórdios da condição humana. Tamanha diferença tem como efeito um distanciamento radical entre os teóricos, promovendo leituras reconhecidamente opostas a respeito da concepção do bebê nas fases mais precoces. Pois, se para Lacan o recém-nascido é apenas um pedaço de carne, um puro organismo absolutamente apartado do meio, o bebê winnicottiano não é apenas um ser que aguarda ter satisfeitas suas urgências instintivas - ainda indiferenciado da mãe, ele é, desde a vida uterina, criador de si, capaz de usufruir de forma singular as experiências no meio.

A noção de corpo despedaçado é central por delinear as características e condições do que seria o conjunto corporal da fase pré-especular, a respeito da qual, com base nas semelhanças e diferenças entre Lacan e Winnicott, podemos assinalar, a seguir, mais um ponto de encontro entre os autores. O bebê experimenta, devido à condição rudimentar que lhe é imposta ao nascer, fortemente marcada pela insuficiência fisiológica e motora, um estágio no qual sua existência ocorre de modo indiferenciado à mãe e as incidências que o permitem reconhecer a distinção entre o eu e o não-eu ainda estão inoperantes. Desse modo, tanto Lacan como Winnicott consideraram a situação de dependência aos cuidados do meio - *operação de alienação e estado dependência absoluta* - um momento pelo qual o bebê passa de forma não consciente. Contudo, apesar de o bebê vivenciar o desenrolar desse período num estado de não consciência, a contribuição de Winnicott é precisa ao considerar a iminente possibilidade de o *infans* vir a sofrer uma *ansiedade impensável*, capaz de produzir sequelas profundas em seu psiquismo, que vão reverberar ao longo de todo seu desenvolvimento. Diante da consideração apresentada, podemos assumir que tanto o pensamento lacaniano como o winnicottiano concebem como parte das funções da imagem especular, ou experiência especular, a possibilidade de oferecer uma alternativa (e muitas vezes até uma proteção) frente à angústia de

despedaçamento. A primeira experiência de *eu* antecede a maturidade psíquica e domínio corporal do recém-nascido, de modo que esta vivência não representa efetivamente a conquista das condições necessárias para tal, mas, de alguma forma, oferta todo um modo de organização que está por vir. À medida que Lacan e Winnicott trabalhavam com esta consideração, o tratamento teórico dado a esse processo antecipatório recebeu oscilações ao longo do desenvolvimento das duas teorias, ora sendo entendido como um efeito da maturação visual precoce, ora como uma demonstração da presença do psiquismo desde o início para o bebê, ora como um circuito pilotado pela figura materna. Conclui-se, a partir do encadeamento das noções trabalhadas, que, para ambos os autores, o início do processo de especularização é especialmente importante por oferecer à criança a descoberta de sua existência, de forma que este encontro consigo próprio é resultante da incidência da marca primordial que a primeira experiência de acesso a uma ordem corporal promove. Vale dedicar à sequência sobre a importância de ascender à imagem especular própria outros elementos além da concepção de sua função de resguardar o *infans* frente às ansiedades impensáveis, propondo-se uma passagem específica sobre o *aspecto antecipatório*. Esta inclusão está relacionada ao princípio da dependência absoluta ao qual o recém-nascido está submetido, evidenciando, assim, que o acesso à notícia de sua existência necessariamente passa pela perspectiva do outro, de modo que a antecipação responde a um ambiente ajustado às condições do bebê para empreender tamanha conquista. Ou seja, cabe ao cuidador promover as condições necessárias para o bebê experimentar, pela primeira vez, um *eu* em acordo com sua capacidade de tolerância. Caso contrário, tal momento poderá vir a ser experimentado de forma intrusiva e traumática. Tendo incidido no bebê este aporte inicial pela experiência especular, espera-se que as demais condições sejam garantidas para a continuidade do processo maturacional, para, dessa forma, enfim, integrar efetivamente

suas funções corporais - ao que Lacan nomeou de “domínio real do seu corpo” (Lacan, 1953-1954/1986) e Winnicott de “integração psicossomática” (Winnicott, 1990).

A parada a seguir mais se assemelha a uma encruzilhada, um ponto em que o caminho se bifurca, e o mapa pouco nos diz sobre qual dos percursos adotar. De um lado temos como direção as concepções mais originais retiradas dos textos sobre a fase do espelho de cada um dos autores, e nas quais a ênfase recai para o aspecto visual restrito ao período de dependência absoluta entre mãe e bebê; já o segundo caminho possível é constituído pelas ampliações realizadas pelos próprios autores e pelas articulações que passaram a construir à medida que o tema do estágio do espelho respondia a um conjunto teórico melhor trabalhado. A proposta é, portanto, apresentar minimamente as duas direções pelas quais as teorias podem nos conduzir, sem a preocupação em validar uma sobre a outra, pois, passada esta etapa, ambos os caminhos tendem a nos levar a um novo ponto em comum, de modo que a experiência em cada um dos trajetos disponibiliza potenciais únicos e bastante diferentes. Novamente considero necessário reiterar que a apresentação de diferenças e contradições não se propõe à exposição comparativa, por meio da qual, ao final seríamos arrastados a realizar uma escolha entre a verdadeira e a falsa. Certamente, o contato com abordagens distintas promove maiores ou menores afinidades e, à medida que são apresentadas, ecoam nos princípios pelos quais orientamos uma prática. No entanto o convite é para adentrar numa “zona franca”¹⁶, na qual as diferenças devem ser preservadas, mas encontram um modo de permanecer próximas.

A entrada no primeiro caminho revela se tratar de uma discussão centrada na condição de dependência absoluta enfrentada pelo recém-nascido nas primeiras fases da vida, de modo que a diferença entre os aportes lacanianos e os winnicottianos ocorre por haver distinções quanto ao

¹⁶ A concepção de “zona franca” corresponde a um princípio retirado da economia para designar uma área, cidade, porto, onde certas restrições à atividade profissional ou comercial não se aplicam.

estatuto das reverberações advindas pela incidência especular, considerando-se três situações: a perspectiva do bebê, a da mãe e os efeitos para a dupla. Nesse contexto, temos uma leitura feita pelos autores fundamentalmente distinta, pois, enquanto que para Lacan o anúncio de uma unidade corporal também notifica ao bebê uma diferenciação em relação ao corpo da mãe e do ambiente, para Winnicott é somente porque o bebê ainda está misturado ao corpo da mãe que a primeira experiência de *eu* pode ser alcançada.

A teoria lacaniana utilizará a noção de *operação de alienação* para destacar a ocorrência de um momento no qual o *infans* está totalmente submetido aos cuidados do meio, encontrando, dessa forma, condições favoráveis ao aprisionamento e submissão frente à imagem discordante produzida externamente. Essa situação traz como referência a concepção do bebê lacaniano totalmente *alienado* ao desejo do outro na relação especular, de modo que a mãe estabelece uma relação jubilatória por meio da qual a criança passa a ser sua extensão, sua parte perdida e, agora, supostamente, recuperada. A função materna, nessa perspectiva, somente ocorre se a mãe supuser no bebê a projeção de seus conteúdos narcísicos e a criança suportar se submeter a este lugar no psiquismo materno. Assim, garante-se que o cuidador possa dar sentido às necessidades infantis e oferecer uma representação do mundo – imagem especular – capaz de constituir seu interior – imagem corporal –, caracterizando o processo de identificação em bases *imaginárias e alienantes* não correspondentes à unidade real do bebê.

Para a perspectiva winnicottiana, a relação de dependência absoluta revela principalmente uma sofisticada identificação da figura materna com o bebê, exigindo que *ela se submeta* a uma adaptação muito sensível para sustentar a experiência de onipotência da criança. Tal concepção constitui a base da preocupação materna primária enquanto um estado psíquico próprio da mãe nas fases primordiais do *infans*. Nesse sentido, Winnicott enfatiza que é preciso que o psiquismo

materno suporte entrar neste estado, que, se manifestado em outro contexto que não a fase final da gestação e os primeiros meses do recém-nascido, configura um quadro psicopatológico. O autor busca, assim, incluir em sua fundamentação a posição acerca de o rosto materno corresponder à matriz especular do bebê, em uma leitura, que se pode acompanhar, fortemente submetida ao campo visual e compreendida numa etapa mais avançada do desenvolvimento humano. É preciso somar a esta análise sobre a experiência de espelhamento no rosto da mãe a compreensão de não ser possível para o bebê no início do desenvolvimento emocional reconhecer uma separação entre o ambiente e si mesmo, experimentando, nesta fase da vida, um estado em que essa diferença não existe. A partir desse ponto, pode-se resgatar a concepção de *objeto subjetivamente concebido* para lembrar que é predominantemente em razão de a mãe ser *suficientemente boa* que o bebê pode ter a ilusão de encontrar o objeto como se fosse uma criação sua, no momento certo, de forma a experimentar tal situação como efeito de seu controle e onipotência.

Nesse sentido, não se pode recuar diante das consequências geradas pela diferença da função ilusória e do princípio da realidade para cada um dos autores, especialmente em razão de a *ilusão* representar, na obra de Winnicott, uma função tão decisiva na vida dos seres humanos, responsável pela mediação entre as realidades interna e externa, e originária das primeiras experiências junto à mãe. A partir desse ponto, a aproximação das contribuições de Lacan certamente conduz nossa análise para o fato de a concepção de desenvolvimento winnicottiano operar em contornos menos intrusivos e de que tamanho distanciamento promove posicionamentos teóricos com divergências estruturais a respeito das intervenções analíticas. Nesse contexto, composto também por outros aspectos, a noção de ilusão é muito importante para compreender a distinção das bases da *clínica do holding* de Winnicott e da *clínica do corte*

de Lacan. Contudo, é preciso atentar para o fato de estarmos orientados, neste trabalho, para os primeiros períodos da constituição subjetiva, nos quais a grande distinção clínica entre as duas abordagens perde força, em especial à medida que ambas consideram como função do analista intervir no princípio das matrizes constitucionais. De modo que é mais coerente conceber o trabalho na abordagem lacaniana nesse estágio como uma *clínica da alternância* – presença e ausência, alienação e separação.

Dando continuidade ao que está em jogo na relação primordial, em especial no campo das identificações, algumas nuances da relação mãe-bebê precisam ser incluídas conforme as compreensões de Lacan e Winnicott, pois, como se poderá notar, também corresponderão a desdobramentos teóricos diferentes. Vale primeiramente acrescentar que ambos partem da ideia de uma concepção imaginária antes mesmo do nascimento da criança para a família, suficientemente poderosa para ganhar grande relevância na cena primária e fonte projetiva para o desejo parental ressoar no bebê por intermédio dos conteúdos que lhe são oferecidos a respeito de sua imagem. Na leitura de Winnicott (1965), a unidade mãe-bebê corresponde ao protótipo da relação ilusória, na qual ambos compactuam essa experiência quase sem frustração, aproximando a concepção sobre o amor materno de uma resposta instintiva que conduz a mãe ao estado de *preocupação materna primária*. Em oposição, os aportes lacanianos se aproximam das concepções freudianas, nas quais o amor da ordem simbólica se aproxima da dimensão faltosa, de modo que um jogo narcísico fundamental para a constituição do sujeito se estabelece entre a mãe e o bebê, desencadeando, por sua vez, um circuito desejante concebido por meio da oferta simbólica daquilo que não se tem e, por isso, se deseja. Com os apontamentos trazidos, podemos concluir haver um distanciamento radical entre a leitura lacaniana e a winnicottiana nas primeiras concepções teóricas de cada um dos autores sobre o estágio do espelho, em especial

em torno das matrizes da alteridade e da compreensão sobre a função da ilusão para o funcionamento humano de modo geral.

No segundo caminho que temos à disposição é preciso considerar a ocorrência de uma releitura importante dos conceitos lacanianos, em especial daquilo que se chamou de “Estádio do espelho corrigido” no Seminário I (Lacan, 1953-1954/ 1986), quando o tema recebeu novos contornos e atribuiu-se à presença do olhar do outro os efeitos do estágio do espelho. Dessa maneira, Lacan adota uma compreensão completamente oposta à suposição de certo automatismo pela simples presença do objeto-espelho e de condições maturacionais do bebê, reconhecendo ser fundamental haver uma adequação do *olhar* do outro, para que o *infans* tenha chance de se ver e se experimentar. Nesse ponto, certamente a concepção da tópica dos três registros (real, simbólico e imaginário) o influenciou a transformar o conjunto conceitual acerca do estágio do espelho, incluindo, em especial, questões essenciais a respeito da constituição da realidade. Outro grande salto da teoria pode ser encontrado no texto *Observação sobre o informe de Daniel Lagache* (Lacan, 1960/1998b), em que suas concepções aparecem apontadas para considerar a fase do espelho como uma estrutura ontológica do mundo humano, de modo que, ao percorrer a obra de Lacan, vamos reconhecendo que quanto mais ele desenvolvia o conceito do estágio do espelho, mais seu valor histórico cedia lugar ao valor estrutural.

Já na perspectiva winnicottiana, quando contextualizamos a ideia do rosto da mãe como percussor do espelho na teoria de Winnicott, temos a oportunidade de incluir nessa leitura outros aportes que evidenciam o uso da noção de espelho como uma metáfora das primeiras experiências com o ambiente, inicialmente experimentadas na personificação do meio na figura da mãe. Não parece difícil conceber que na teoria winnicottiana, mesmo nas fases dos cuidados maternos em que o bebê aparentemente se encontra mais ocupado consigo mesmo – no tempo do

holding, do *handling* e da apresentação de objetos – esteja em ação todo um circuito de espelhamento; especialmente quando se deixa de primar pelo campo visual e entende-se o *olhar* como um ritmado fluxo de reverberações afetivas que, de alguma forma, incide na possibilidade de o indivíduo atribuir sentido e constituir um contorno sobre o próprio corpo.

Nesse encadeamento, os conceitos vão sendo refinados e ampliam o espaço de reflexão para que consideremos, tanto nos apontamentos de Lacan como nos de Winnicott, indícios de uma articulação teórica atenta à inclusão de um campo intersubjetivo que exalta a função do outro primordial e contorna os processos de constituição da subjetividade a partir das noções de descentramento. Nesse complexo, a noção de olhar assume o papel de representar uma boa metáfora para o conjunto dos cuidados maternos, extrapolando a dimensão visual restrita à funcionalidade do olho, sendo entendida, enfim, como uma série de envelopes sensoriais e psíquicos em ação na subjetivação do bebê (Fontes, 2002). Nesse desenvolvimento, houve para ambas as abordagens um recuo quanto à predominância do campo visual propriamente dito, de forma que os esquemas e concepções teóricas sobre a visão pudessem contribuir para o campo psicanalítico não mais por meio da reprodução de seus mecanismos ao tema do psiquismo, mas como fontes inspiradoras para compreender o sofisticado funcionamento humano, em especial para os processos constitutivos precoces. Conclui-se, assim, que a função especular corresponde à série de aspectos envolvidos na conquista do *infans* de uma sensação de existência própria e de um modo novo de se relacionar com os objetos. E que não responde apenas ao funcionamento específico de uma fase, mas, sim, instaura as bases do psiquismo do indivíduo de acordo com um princípio ontológico pela condição de permanente relação com o outro, imposta por se viver neste mundo.

A última chance que nos é dada, ainda em percurso, diante da iminência do fim, para lançar um olhar aos rastros deixados, nos leva a perceber que além de a experiência analítica nos mostrar como se tornar inteiramente uma pessoa corresponde a um processo muito complexo, ela nos mostra também que tornar-se psicanalista constitui-se uma tarefa árdua e incessante. Assim como um andarilho faz frente a todo o potencial do horizonte, os analistas também se lançam no campo psicanalítico com a disponibilidade de ser afetados e de correr riscos - a meu ver, especialmente quando a matéria são as diferentes perspectivas conceituais. As diferentes perspectivas teóricas lembram os analistas, provocados pelas condições de impasse, de uma das mais importantes funções originárias da psicanálise: a ideia de um saber sempre marcado por sua não totalidade, sendo, por isso, sensível às provocações e inspirações geradas no cotidiano de seu trabalho analítico. As contradições correspondem a uma região desconhecida a ser explorada, a qual permite ao analista, havendo disponibilidade, aprimorar e tornar sua prática mais refinada, ao invés de fragilizá-la. Surpreendo-me com o fato de que, diferentemente dos andarilhos, que se enchem de motivação na busca pela direção e técnica mais adequadas – mesmo que isso represente visitar estratégias distintas – muitos psicanalistas desperdiçam a oportunidade de incrementar seu conjunto teórico ao se filiar a um núcleo conceitual e empreender disputas de poder que não os levarão a outro lugar que não a solidão.

É por pensar o encontro entre as abordagens teóricas de Lacan e Winnicott conforme o princípio de funcionamento da fase do espelho, em que seu destino não denota uma superação, mas sim um processo inesgotável de união e separação entre o *eu* e o *outro*, que conluo que enquanto as coordenadas oferecidas pela psicanálise puderem provocar ao revelar seus múltiplos contornos saber-se-á que a teoria psicanalítica está viva e pulsante. Com isso, não se está deixando de considerar que certa resistência e hostilidade no diálogo com o diferente sempre se

fará presente, mas, a partir desse referencial, se espera dar ênfase para a perspectiva conflituosa fortemente apoiada num discurso ideológico a serviço da manutenção de princípios imaginários e alienadores.

Referências

- Barros, M. (2008). *Memórias inventadas: a terceira infância*. São Paulo: Planeta.
- Bergmann, M. (2004). *Understanding Dissedence And Controversry In The History Of Psychoanalysis*. New York: Other Press.
- Cullere-Crespin, G. (2004) a clínica precoce: contribuição ao estudo da emergência do psiquismo no bebê. In: Fernandes, C. M.: *A Clínica Precoce: o nascimento do humano* (pp. 13-46). São Paulo: Casa Do Psicólogo.
- Dolto, F. (1972). *O caso Dominique*. Rio De Janeiro: Zahar.
- Ferenczi, S. (1911/1968). De l'histoire du Mouvement Psychanalytique. In J. Dupont & P. Garnier. (*Euvres Complètes, Tomo I: 1908-1912*). Payot: Paris.
- Fernandes, L. R. (2000). *O olhar de engano: autismo e o outro primordial*. São Paulo: Escuta.
- Fontes, I. (2002). *Memória corporal e transferência: fundamentos para uma psicanálise do sensível*. São Paulo: Via Lettera Editora E Livraria.
- Foucault, M. (1966/2005). *A verdade e as formas jurídicas* (3rd). Rio De Janeiro: NAU, 2005.
- Freud, S. (1897/1985). *A correspondência completa de Sigmund Freud e Wilhelm Fliess: 1887-1904*. Rio De Janeiro: Imago, 1985.
- Freud, S. (1899/1990). A interpretação dos sonhos. In J. Strachey (Ed. e Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Vol. 5. A interpretação dos sonhos* (3ª ed., pp. 468-533). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1900/ 2005) *La interpretación de los sueños*. In: *Sigmund Freud: Obras Completas, Tomo I*. Buenos Aires: El Ateneo.

- Freud, S. (1905/2005b). Tres ensayos de teoría sexual In: *Sigmund Freud: Obras Completas, Tomo 1*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Freud, S. (1905/ 2005c) Análisis fragmentario de una histeria. In: *Sigmund Freud: Obras Completas, Tomo 1*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Freud, S. (1914/2006a). À guisa de Introdução ao Narcisismo. In: L. Hanns (Ed. & Trad.) *Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente* (Vol. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914/2005d). Historia del movimiento psicoanalítico. In: *Sigmund Freud: Obras Completas, Tomo 2*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Freud, S. (1915/2006). Pulsões e Destinos da Pulsão. In: L. Hanns (Ed. & Trad.) *Escritos Sobre a Psicologia do Inconsciente* (Vol. 1, pp. 133-173). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1916-1917/2005e). 22ª Conferencia de introducción al psicoanálisis. In: *Sigmund Freud: Obras Completas, Tomo 2*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Freud, S. (1921/2005f). Psicología de las masas y análisis del “yo”. In: *Sigmund Freud: Obras Completas, Tomo 3*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Green, A. (2008). Orientações para uma psicanálise contemporânea. São Paulo: SBPSP. Departamento de Publicações.
- Kahr, B. (2002). Legacy of Winnicott: essays on infant and child mental health. New York: Other Press LLC.
- Kernberg, O. (2000). A Concerned Critique Of Psychoanalytic Education. *Int. J. Psycho-Anal*, 81: 97-120.
- Kirsner, D. (2000). Unfree associations: inside psychoanalytic institutes. London: Process Press.
- Klautau, P.; Ferreira, F. P.; Souza, O. (2008). Dos limites do interpretável à valorização do vivido na clínica psicanalítica. *Psyche*, 12(22), 55-66.

- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro: Revan.
- Kupermann, D. (2008). *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kupfer, M. C. M. (2000). Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância. *Psicol. USP, São Paulo*, v. 11, n. 1, 2000. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642000000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642000000100006&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Oct. 2010. doi: 10.1590/S0103-65642000000100006
- Kupfer, M. C. M. (2004). *Autismo: uma estrutura decidida? Uma contribuição dos estudos sobre bebês para a clínica do autismo*. São Paulo: Coloquio do Lepsi IP/FE-USP, 5.
- Lacan, J. (1932/1975). *De la psychose paranoïque dans ses rapports avec la personnalité*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1946/1998). *Formulações sobre a causalidade psíquica (Escritos)*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1949/1998b). *O estádio do espelho como formador da função do eu (Escritos)*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1949/1998c). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (Escritos)*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, (1953-1954/1986). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1956-1957/1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1960/2005a) Carta de Jacques Lacan a Donald W. Winnicott: 05 de agosto de 1960. *Natureza Humana*, 7(.2), 471-475.
- Lacan, J. (1960/1998d). Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (*Escritos*). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964/1985). O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1972-1973/1985). O seminário, livro 20: mais ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Loparic, Z. 2000: O 'Animal Humano'. *Natureza Humana*, 2(2), 351-97.
- Mannoni, M. (1977). Educação impossível. Rio De Janeiro: Zahar.
- Martinho, J. (2005). Sobre a formação dos psicanalistas. *Afreudite* 2, 75-96
- Ogilvie, B. (1991). Lacan: a formação do conceito de sujeito (1932-1949). Rio De Janeiro: J. Zahar.
- Roudinesco, E. (2008). Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sales, L. S. (2005). Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. *Revista do Departamento de Psicologia*, 17(1), 113-127.
- Saussure, F. (2006). Curso de lingüística geral, organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da edição brasileira. São Paulo: Cultrix.
- Winnicott, D. W. (1931). *Clinical Notes On Disorders Of Childhood*. London: Heinemann.
- Winnicott, D. W. (1945/2000). Desenvolvimento Emocional Primitivo A Preocupação Materna Primária. (*Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1949/2000). A mente e sua relação com o psicossoma. (*Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*). Rio De Janeiro: Imago.

- Winnicott, D. W. (1956/2000). A Preocupação Materna Primária. (*Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1953/1975) Objetos transicionais e fenômenos transicionais (*O Brincar e a Realidade*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1960/2007a). Teoria do relacionamento paterno-infantil. (*O Ambiente e os Processos de Maturação*). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1960/2007b). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. *O Ambiente e os Processos de Maturação*). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1962/2007). A integração do ego no desenvolvimento da criança (*O Ambiente e os Processos de Maturação*). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1963/2007a). Os doentes mentais na prática clínica. (*O Ambiente e os Processos de Maturação*). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1963/2007b). Dependência no cuidado do lactante, no cuidado da criança e na situação psicanalítica. (*O Ambiente e os Processos de Maturação*). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1964/2006) O recém-nascido e sua mãe. (*Os Bebês E Suas Mães*). São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1966/2006a) A mãe dedicada comum. (*Os Bebês E Suas Mães*). São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1966/2006b) As origens do indivíduo. (*Os Bebês E Suas Mães*). São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1967/1975a) A localização da experiência cultural. (*O Brincar e a Realidade*). Rio De Janeiro: Imago.

- Winnicott, D. W. (1967/1975b) O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. (*O Brincar e a Realidade*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1968/2006). A amamentação como forma de comunicação. (*Os Bebês E Suas Mães*). São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1969/1994a). A experiência mãe-bebê de mutualidade. (*Explorações Psicanalíticas: D.W. Winnicott*). Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1969/1975) o uso de um objeto e relacionamento através de identificações. (*O Brincar e a Realidade*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1970/1994b). A Dependência Nos Cuidados Infantis. (*Explorações Psicanalíticas: D.W. Winnicott*). Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1975). O Brincar e a Realidade. Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1975b). A criatividade e suas origens (*O Brincar e a Realidade*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1975c) O lugar em que vivemos. (*O Brincar e a Realidade*). Rio De Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1990) Natureza Humana. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1990b) O psicossoma e a mente. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1990c). O relacionamento entre doença física e distúrbio psicológico. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1990d). O campo psicossomático. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1990e). Introdução: Desenvolvimento emocional primitivo. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1990f) Estabelecimento da relação com a realidade interna. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1990g). Integração. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1990h). Um estado primário do ser: os estágios pré-primitivos. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1990i). Caos. (*Natureza Humana*). Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (2005). Gesto espontâneo. São Paulo: Martins Fontes.

Zornig, S. (2000). A criança e o infantil em psicanálise. São Paulo: Escuta.